



Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.16, n.46, jan.-abril/23

Conselho Editorial

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil
Ariel Jerez Navarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil
Gabriel Cohn, USP, Brasil
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil
Regina Silveira
Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Silvana Maria Correa Tótora, PUC-SP, Brasil
Tathiana Senne Chicarino, FESPSP, Brasil
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil
Victor Sampedro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

Diretor Editorial

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Editor

Luis Eduardo Tavares, FESPSP, Brasil

Editores Assistentes

Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil
Mércia Alves, UFPR, Brasil

Comitê Científico

Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina
Pedro Malina, FESPSP, Brasil
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil
Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil

Revisão de texto

INTERSABER

Diagramação

Yasmin Mancini, FESPSP, Brasil

Aurora. revista de arte, mídia e política é uma publicação do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política NEAMP do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.16, n.46, janeiro - abril 2023

Sumário

Editorial	3-4
Artigos	
Progresso e barbárie: um ensaio sobre formas arquitetônicas contemporâneas	5-28
Frederico Daia Firmiano e André Terra de Oliveira Loureiro	
Redes sociais e representação política	29-46
Sérgio Atieh	
Pedagogias de memes pró-vacinas no contexto da Pandemia de Covid-19	47-67
Kaio Eduardo de Jesus Oliveira, Edvaldo Souza Couto e Cristiane de Magalhães Porto	
A educação popular como contraponto das políticas neoliberais para educação	68-93
Ricardo Santos de Almeida, Emerson Rodrigues Bezerra e Franciele dos Santos Fausto	
Corpo: Exercícios poéticos de si	94-113
Maria dos Remédios de Brito e Dhemersson Warly Santos Costa	
Resenha	
Democracia digital e a ditadura dos dados	114-120
Guilherme Howes e João Gabriel Dornelles Howes	

Patchwork II

Luis Eduardo Tavares¹

ORCID: 0000-0001-6005-6928

A Aurora. revista de arte, mídia e política apresenta nesta edição artigos relevantes sobre arte, arquitetura contemporânea, democracia digital, representatividade e educação, temas atuais e relacionados à realidade brasileira. A seleção de artigos abrange objetos diversos que se conectam por meio das temáticas abordadas, criando um conjunto heterogêneo e interessante, sendo inspirada pela ideia das costuras não-uniformes de um patchwork.

Abrindo a seção de artigos, “Progresso e barbárie: um ensaio sobre formas arquitetônicas contemporâneas”, de Frederico Daia Firmiano, da UNESP/Franca, e André Terra de Oliveira Loureiro, da UEMG/Passos, busca identificar as tendências estruturantes da produção arquitetônica no capitalismo do século XXI, sobretudo no que diz respeito às relações entre espaço construído e usuário e às novas formas de habitar e trabalhar na cidade contemporânea, tendo como referência a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a teoria da crise estrutural do capital, de István Mészáros.

Sérgio Atieh, da PUC-SP, em “Redes sociais e representação política”, analisa como o acesso aos desejos e comportamentos dos usuários de redes sociais gera disputas entre a defesa dos direitos fundamentais e as regalias de uma casta institucionalizada, refletindo uma crise na representatividade.

Em “Pedagogias de memes pró-vacinas no contexto da Pandemia de Covid-19”, os autores Kaio Eduardo de Jesus Oliveira, da SEDUC-SE, Edvaldo Souza Couto, da UFBA, e Cristiane de Magalhães Porto, da UNIT, investigam as narrativas, discursos, sentidos e significados presentes nos memes das campanhas pró-vacinas de Covid-19, a fim de identificar pedagógicas válidas às estratégias de divulgação científica na internet.

¹ Editor da Revista Aurora, pesquisador do NEAMP e professor da pós-graduação da FESPSP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2697350111113033>.

O artigo “A educação popular como contraponto das políticas neoliberais para educação” de Ricardo Santos de Almeida, da UFSM, Emerson Rodrigues Bezerra e Franciele dos Santos Fausto, da UFA, faz uma revisão de pensamentos que influenciaram contextos educacionais históricos, enfocando os desafios e perspectivas da Educação Popular e apontando como a perspectiva neoliberal compromete a educação de qualidade, bem como práticas educativas que defendem pautas sociais.

Fechando a seção, o artigo-ensaio “Corpo: Exercícios poéticos de si”, de Maria dos Remédios de Brito e Dhemersson Warly Santos Costa, da UFPA, versa sobre uma arte de clínica poética que, por meio da escrita, do desenho e da colagem, possibilitam a criação e invenção de si mesmo.

Por fim, Guilherme Howes e João Gabriel Dornelles Howes, apresentam a resenha do livro “Infocracia – Digitalização e a crise da democracia”, publicado no Brasil pela Editora Vozes em 2022, destacando a democracia digital e a ditadura dos dados.

Boa leitura!

Progresso e barbárie: um ensaio sobre formas arquitetônicas contemporâneas

Frederico Daia Firmiano¹

ORCID: 0000-0002-6701-1201

André Terra de Oliveira Loureiro²

ORCID: 0000-0001-8488-4648

Resumo: Este ensaio visa examinar algumas reverberações no campo da arquitetura e do urbanismo, de conceitos e ideologias fundamentais ao processo histórico da modernidade e do capitalismo contemporâneo, tomando como referências a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a teoria da crise estrutural do capital, de István Mészáros. O objeto de pesquisa são as próprias manifestações na teoria e prática da arquitetura e do urbanismo, de tal forma que elegemos para análise alguns momentos da produção arquitetônica ao longo do século XX e início do XXI. Por fim, como resultado da análise dos objetos escolhidos, identificamos algumas tendências estruturantes da produção arquitetônica no capitalismo do século XXI, sobretudo no que diz respeito às relações entre espaço construído e usuário e às novas formas de habitar e trabalhar na cidade contemporânea.

5

Palavras chave: Arquitetura Contemporânea. Urbanismo. Barbárie. Crise do capital.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSP) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (PAPP), da UNESP/FCHS/Franca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7151157247612663>.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML); graduando em Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos (UEMG/Passos). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8941410992507816>.

Progress and barbarism: an essay on contemporary architectural forms

Abstract: This essay aims to examine some reverberations, in the fields of architecture and urbanism, of concepts and ideologies fundamental to the historical process of modernity and contemporary capitalism, having the critical theory of the Frankfurt School and the structural crisis of capital, by István Mészáros, as points of reference. The research object are the manifestations themselves in the theory and practice of architecture and urbanism, in such a way that we elected some moments of architectural production throughout the 20th century and the beginning of the 21st for analysis. Ultimately, as a result of the analysis of the elected objects, we identify some structuring tendencies in the architectural production of the 21st century capitalism, mainly with regard to relations between constructed space and user and to the new ways to inhabit and work in the contemporary city.

Keywords: Contemporary Architecture. Urbanism. Barbarism. Crisis of capital.

Progreso y barbarie: un ensayo sobre las formas arquitectónicas contemporáneas

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo examinar algunas reverberaciones en el campo de la arquitectura y el urbanismo de conceptos e ideologías fundamentales para el proceso histórico de la modernidad y del capitalismo contemporáneo, asumiendo como referencia la teoría crítica de la Escuela de Frankfurt y la teoría de la crisis estructural del capital, de István Mészáros. El objeto de la investigación son las propias manifestaciones en la teoría y práctica de la arquitectura y el urbanismo, de tal manera que se eligieron para el análisis algunos momentos de la producción arquitectónica a lo largo del siglo XX y principios del XXI. Finalmente, como resultado del análisis de los objetos elegidos, identificamos algunas tendencias estructurales en la producción arquitectónica en el capitalismo del siglo XXI, especialmente con respecto a las relaciones entre el espacio construido y el usuario y las nuevas formas de vivir y trabajar en la ciudad contemporánea.

Palabras clave: Arquitectura Contemporánea. Urbanismo. Barbárie. Crisis del capital.

Introdução

O estudo da obra arquitetônica, tanto em seu desenvolvimento teórico, do projeto de arquitetura e do planejamento urbano, quanto em sua manifestação física, na qualidade de espaço construído, habitado e transitado, deve constituir-se, fundamentalmente, por “uma análise que não parte nem se limita à arquitetura enquanto fenômeno, mas sim de uma análise que tem como questão central certos aspectos fundamentais das relações sociais que determinam a maneira como a arquitetura é produzida” (BICCA, 1984, p. 8).

É segundo esta referência para o objeto arquitetônico, centrado nas determinações e contradições sociais, que este artigo, de caráter ensaístico, propõe analisar o desenvolvimento de alguns movimentos estruturantes da teoria e prática arquitetônicas, partindo da modernidade e das categorias do progresso e da barbárie, tão caras à cultura ocidental. Longe de pretender esboçar uma crítica à complexidade da arquitetura moderna, e ao que a sucedeu, o que se propõe aqui é identificar e analisar tendências e rupturas que se manifestaram esteticamente no ambiente construído das cidades dos séculos XX e XXI, tendo em vista sempre as transformações sociais e econômicas metabolizadas no seio da sociedade burguesa, aspectos das revoluções tecnológicas e das novas formas de ser da cidade, como as diretrizes mais fundamentais do processo de projeção do habitável.

Num primeiro momento, visamos identificar algumas linhas filosóficas e ideológicas que possam nos conduzir pelo labirinto de mais de um século de produção de arquitetura no globo. Sob a modernidade, tomamos como fio condutor a noção de progresso, enquanto ideologia fundamental do processo histórico de seu desenvolvimento, no quadro do que poderíamos, de acordo com Mészáros (2009), chamar de fase ascendente do capital. Para analisar as reverberações no campo da arquitetura e do urbanismo desse conceito central - e visando perscrutar algumas contribuições para a elucidação desta relação - retomamos alguns momentos da arquitetura moderna, sobretudo na obra e no pensamento de Le Corbusier.

No campo da crítica à ideologia do progresso, encontramos a teoria frankfurtiana, para a qual a Razão, tornada instrumento do progresso, converteu-se no veículo da barbárie, particularmente, ao longo do século XX (ADORNO e HORKHEIMER, 1986). Esta referência nos permite conectar a questão do progresso à crítica à arquitetura moderna e seus elementos formais-conceituais.

Não raro, o fim da arquitetura moderna é tomado como uma espécie de fim da modernidade e de uma forma de sociabilidade marcada pelas mediações predominantes do capital produtivo, do trabalho assalariado e do Estado nacional, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento humano. No entanto, em perspectiva diversa, buscamos indicar que não se trata do fim da modernidade, mas do ingresso numa fase de crise estrutural do capital, vale dizer, irreversível em seus próprios quadros de referência, de quase absoluto esgotamento do potencial civilizatório que um dia a modernidade buscou (e que pode se exprimir, dentre outras formas, sob a própria ideologia do progresso). Não se trata de qualquer condição de fim do sistema do capital, senão de uma nova forma de ser, que inaugura uma nova sociabilidade, fortemente marcada pelo signo da barbárie, cujo caráter multidimensional encontra reverberações no âmbito da estética e do projeto arquitetônico. Visamos aqui, então, indicar estas formas de manifestação, dimensões da barbárie contemporânea, por meio da eleição e análise de algumas tendências estéticas e construtivas na arquitetura que conviveram, importa ressaltar, com a produção de crítica de Robert Venturi e Denise Scott Brown, Aldo van Eyck, Lina Bo Bardi, para mencionar apenas alguns.

9

Mas se o signo da barbárie pode ser explicitamente visto sob as lentes da destruição – como na imagem surrealista da face da guerra pintada por Dalí, entre 1940 e 1941 (*The face of war*) – parece-nos haver no progresso uma tentativa de escondê-lo. Ambos, no entanto, constituem-se como parte da mesma processualidade histórica. Assim, propomos que esse “progresso” seja vislumbrado como a outra face da barbárie. Tendo como base certas “imagens” urbanas, o objetivo deste estudo em caráter ensaístico é explorar tanto as obras de arquitetura no que ela consegue conceber de mais inovador, vanguardista, do estado da arte tecnológico, quanto às manifestações da miséria, da exploração e da decadência de relações sociais e áreas urbanas, na qualidade de formas complementares, combinadas, como as duas faces de um mesmo processo: a barbárie contemporânea.

Sobre o progresso e a arquitetura moderna

O progresso é produto capital da modernidade, uma das pedras fundamentais a partir das quais é possível compreender como se configuram variadas expressões na cultura, particularmente, no Ocidente:

A ideologia do progresso, nascida (em sua forma moderna) com as Luzes, tem na concepção hegeliana da história sua suprema expressão filosófica. Interpretava-se cada acontecimento como um momento da marcha da humanidade em direção à liberdade: quando da entrada triunfal de Napoleão na sua cidade, Hegel convenceu-se de que percebera “o espírito do mundo (weltgeist) montado num cavalo” (LÖWY e VARIKAS, 1992, p. 201).

Esta ideia parte do princípio de que o processo histórico, através do avanço da Razão, nos campos da técnica e da ciência, tem como efeito causal, teleologicamente inevitável, o progresso da humanidade, tanto como espécie/gênero, quanto de sua expressão social burguesa. Esta última, encontrará no conservantismo positivista do século XIX uma posição privilegiada, no quadro de outra transmutação importante, qual seja, “[...] o otimismo generoso do Iluminismo [que] congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade social” (LICHTHEIM apud LOWY, 2007, p. 22-23). Com Auguste Comte, o progresso teria, pois, conduzido a humanidade – no espírito registrado por Condorcet – de uma época mística para uma época civilizada, esclarecida. Sua marcha estaria alicerçada à consolidação da ordem do capital, de modo que à ciência corresponderia a tarefa de “...consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação...” (COMTE apud LOWY, 2007, p. 25).

A virada do século XIX para o século XX registra a formação e queda da Comuna de Paris, em 1871; a constituição dos grandes monopólios e do imperialismo moderno; uma sequência de crises econômicas (1900-01; 1907; 1912-1913); o nascimento da Era do Petróleo e a segunda revolução industrial; o advento do cinema, do automóvel, do avião, das primeiras manifestações da indústria cultural; a explosão da I Guerra Mundial e, três anos depois, a Revolução Russa. Eis o espírito moderno, fortemente marcado pelo signo do progresso.

A arquitetura moderna, enquanto expressão estético-espacial da cultura e da sociedade modernas, bebeu amplamente desta fonte, ao estabelecer seus marcos teóricos fundamentais. Marcos que tiveram seu lugar de debate e formulação, principalmente, nos chamados Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (conhecidos como CIAM), que são objeto de estudo ainda hoje ao redor de todo

o mundo. Os CIAM foram realizados a partir de 1928 e duraram até meados da década de 1950, contando com a participação dos arquitetos e planejadores urbanos de maior renome à época.

O resultado dos CIAM que se tornou um dos maiores monumentos teóricos da arquitetura moderna, a Carta de Atenas, escrita por Charles-Édouard Jeanneret-Gris, conhecido mundialmente pelo seu pseudônimo Le Corbusier, é uma síntese dos estudos e interpretações do arquiteto sobre o IV CIAM, de 1933. Neste documento, ele demonstra com lucidez um ideal de urbanismo moderno com caráter de emancipação do homem – emancipação esta através da racionalidade, do avanço tecnológico, levada a cabo por um Estado ético, comprometido com o progresso, que pautou sua ação pelo conhecimento técnico e científico (ALMEIDA, 2010).

“Concebida sob o signo da racionalidade e do progresso técnico, trazendo consigo uma mística do novo e um discurso de ruptura com o passado, característico do urbanismo dos CIAM” (TORELLY, 2017, p. 20), a Carta tece considerações sobre as habitações, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico das cidades. De inspiração organicista-funcionalista, o documento toma a cidade como um organismo e defende a resolução das necessidades do homem moderno, por habitação, lazer e de trabalho, através da setorização da malha urbana e de um planejamento racional do uso do solo. A Carta de Atenas apresenta uma solução com pretensão universal para o urbanismo moderno, a ser seguida e aplicada no planejamento de cidades ao redor do mundo - e assim foi: o exemplo brasileiro mais característico é o plano piloto de Brasília, desenvolvido por Lúcio Costa (CARPINTERO, 1998).

Para além do planejamento urbano, podemos compreender como se estrutura a estética moderna no plano construtivo também através do trabalho de Le Corbusier, com dois conceitos fundamentais dentro de sua obra acadêmica e profissional: os “cinco pontos da nova arquitetura” e a “máquina de morar”. Os famosos cinco pontos corbusianos são, em síntese: a planta e a fachada livres, libertadas da função estrutural na construção e independentes da estrutura; o uso de *pilotis*, termo francês para “pilar”, que consiste num sistema de pilares que eleva a construção do chão e permite a livre circulação pelo térreo; o terraço-jardim; a aplicação de “janelas em fita”, possibilitadas pela fachada livre, de modo a integrar a paisagem (MOOS, 2009).

Importa mencionar como a implantação do vão-livre no térreo, graças ao uso dos *pilotis*, possibilita um tipo de relacionamento entre homem e cidade que passa a ser muito valorizado dentro da arquitetura moderna. Com o vão-livre, esvaem-se, ainda que somente no plano idealístico-conceitual, os limites entre espaço público e propriedade privada. Com a permeabilidade público-privado, o ambiente construído no entorno da edificação ganha enorme importância para o projeto - entorno que, de acordo com o ideal moderno, poderia ser transformado, recuperado e revitalizado, racionalmente, da mesma forma como a arquitetura teria o potencial de transformar e emancipar o homem de suas mazelas (MAHFUZ, 2004)³. Bons exemplos brasileiros para a estética do vão-livre não nos faltam, como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), talvez o mais emblemático.

Figura 1 – Villa Savoye – Le Corbusier, França, 1929



Fonte: <https://www.archdaily.com/84524/ad-classics-villa-savoye-le-corbusier>

Os “cinco pontos” nos permitem refletir como os elementos estético-construtivos canônicos da arquitetura moderna advém dos fundamentos ideológicos e filosóficos da modernidade, particularmente, da noção de progresso. Em *Arquitetura: Dois Estudos*, Vasconcellos (1983) consegue elucidar com eloquência tal paralelo, ao analisar a residência unifamiliar moderna:

O homem aspira a um espaço ideal, negando-se sujeitar-se às contingências da natureza que, afinal, não despreza totalmente, antes ama e procura reconstruir em toda a sua grandeza, ainda que

³ Vale dizer que a noção de “revitalização do entorno” em muito atende, na contemporaneidade, os anseios da especulação imobiliária, particularmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se no tornar *clean* aqueles espaços públicos devastados pela barbarização das cidades. Nesse sentido, a própria revitalização do espaço urbano é, pois, expressão da barbárie.

com isso reduza ao mínimo o espaço construído, a arquitetura, para que ela não prejudique nem se confunda com o ambiente natural. O espaço interior é então cuidadosamente subdividido, subdelimitado em áreas justapostas e regulares que aproveitem ao máximo a área total considerada, sem qualquer desperdício ou excesso. A justa e necessária medida (VASCONCELLOS, 1983, p.28).

A expressão “máquina de morar”, cunhada por Corbusier na década de 1910, é uma síntese perfeita da estética moderna, funcional-organicista, na arquitetura. Tal era o objetivo final da arquitetura moderna: oferecer a máquina de morar perfeita para o homem moderno, universal, pela qual subjugasse as determinações do mundo natural. Isto, sob as melhores comodidades e salubridades que a técnica e a ciência pudessem oferecer, de modo a emancipar-se das mazelas das caóticas cidades industriais, próprias da sociedade moderna, através do progresso e da racionalização da construção. Vale ressaltar como a busca pela máquina perfeita para o homem moderno levou Corbusier à pesquisa e produção do *modulor*, um sistema de relações métricas baseado num estudo das distâncias dos membros do corpo humano de um indivíduo genérico, universal. Tal documento foi a base para o projeto da *unité d'habitation*, que surge da atenção de Corbusier à demanda por habitação em massa na Europa, decorrente do fim da Segunda Grande Guerra. Com origem num programa de reconstrução urbana do governo francês, a primeira e mais famosa dessas unidades foi construída em Marselha, entre 1947 e 1953.

Figura 2: Unidade Habitacional de Marselha – Le Corbusier, França, 1947-1953



Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/13.147/7398>

A modularização e universalização dos processos criativos e construtivos na arquitetura moderna se tornaram fundamentos do que viria a ser chamado de

“estilo internacional”, que perdura até a década de 1970 e, por vezes, é confundido com a própria arquitetura moderna como um todo. O que veio a se tornar o estilo internacional é a expressão do estado da arte da estética da racionalização e serialização da modernidade, do avanço tecnológico que permitiu a busca pela máxima eficiência construtiva e de aproveitamento do valor financeiro do terreno, através da verticalização. Trata-se, por assim dizer, da burocratização da arquitetura, expressa pela caricatura (nem tão caricata assim) do arranha-céu “caixa de vidro”.

A crítica à ideia de progresso, porém, já vinha sendo elaborada há décadas, particularmente no âmbito da chamada Escola de Frankfurt. Assim, por um lado, a ideologia do progresso guiava boa parte do pensamento moderno, por outro, as duas grandes guerras traziam consigo a contradição do progresso, da Razão, da Técnica e da Ciência e a ausência de qualquer relação, exceto como manifestação da alienação, com o progresso do desenvolvimento humano. A este tipo de racionalidade, apartada do avanço da condição humana e da busca por um conhecimento autêntico, capaz de libertar o homem das contradições da sociedade do capital, mas constituída como um meio – instrumentalizado – de dominação, poder, e exploração, Adorno e Horkheimer (1986) darão o nome de razão instrumental. O Esclarecimento, para eles, acaba por conduzir o sujeito a um estado de barbárie (ADORNO e HORKHEIMER, 1986).

Figura 3: Edifício Seagram – Mies van der Rohe, Nova Iorque, 1958.



Fonte: <https://www.nytimes.com/2013/04/07/arts/design/building-seagram-phyllis-lamberts-new-architecture-book.html>

Sob o jugo do Esclarecimento, a própria cultura se mercantiliza dentro da lógica capitalista de produção em série e de satisfação das necessidades do capital. Disto decorre um processo de mercantilização das manifestações da cultura, como se suas expressões se constituíssem em “mediações de primeira ordem” do processo de produção e reprodução social, ou seja, como se as formas reificadas da cultura fossem elas próprias as mediações culturais primárias da vida social. No entanto, a crítica frankfurtiana ainda conviveria com a “era de ouro” do capital (HOBSBAWM, 1995), no segundo pós-guerra, em cujo quadro de referência o progresso capitalista pareceria ter vencido. Mas sua atualidade seria reposta em poucas décadas, quando do mergulho irreversível do sistema do capital em sua crise civilizatória (MÉSZÁROS, 2009).

No plano da arquitetura, a implosão do conjunto de edifícios de Pruitt-Igoe, projeto de Minoru Yamasaki, que carrega o infame legado de marco do “fim da arquitetura moderna”, é bastante representativo da ascensão e queda do progresso do capital. Pruitt-Igoe surgiu para responder à demanda por habitação no pós-guerra. Em 1950, a cidade de St. Louis, nos EUA, deveria criar 5800 unidades de habitação a preços acessíveis, com fundos federais. Como prega a máxima eficiência moderna, o planejamento municipal decidiu satisfazer quase metade desse número com um único complexo, inspirado na unidade de Marselha, Le Corbusier. Ocupando 230 mil metros quadrados de terreno, os edifícios forneciam acomodações para até 10.000 pessoas, em 2.870 apartamentos. O projeto inicial pretendia a divisão racial das unidades: os moradores negros habitariam o complexo Wendell Olliver Pruitt, enquanto os brancos ocupariam os edifícios James Igoe. Quando a construção dos edifícios foi concluída, a segregação racial havia se tornado ilegal nos Estados Unidos, no curso das lutas negras pela igualdade dos direitos civis. Houve, então, uma tentativa de integração dos dois blocos, constituindo um único complexo (MONTGOMERY, 1985).

Entretanto, a segregação latente e a persistência do racismo na sociedade americana levou ao abandono de grande número de unidades por inquilinos brancos, aliada a uma série de cortes orçamentários que comprometeram o projeto durante a execução da obra. Isto culminou no declínio quase imediato do complexo habitacional. A porcentagem de ocupação dos apartamentos despencou constantemente ao longo das décadas de 1950 e 1960, chegando a apenas 35% em 1970. O complexo logo ingressou numa condição de abandono por seus

inquilinos, o que impactava na diminuição da verba para a manutenção dos edifícios e que, por seu turno, condizia a um abandono maior, produzindo um ciclo de deterioração urbana e social. Em 1972, o governo federal finalmente determinou sua desativação e conseqüente implosão – que foi muito simbólica: mais do que o fracasso de um projeto habitacional, se tornou o fracasso da própria arquitetura moderna (FRISHBERG, 2013). Ou, se quisermos, a implosão dos edifícios de Pruitt-Igoe representa o fim da ideologia do progresso. Por obra da história, aquele seria o momento de manifestação das crises agudas do sistema do capital, que encetam sua fase de decadência histórica, quando a sociedade burguesa se encontra com seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009). De certo modo, a imagem da implosão dos edifícios de St. Louis acaba por representar, assim, a implosão do próprio progresso.

Signos da barbárie: do condomínio fechado à arquitetura hostil

Como nos informa Marildo Menegat, barbárie é aquilo que se opõe à cultura que, por seu turno, teria a função de nos resgatar da incivilidade (MENEGAT, 2007). Se concordarmos com este autor, é possível afirmar que o atual curso do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade tende a nos conduzir progressivamente a um profundo barbarismo, conforme já indicamos anteriormente.

Ainda em 1845, Marx e Engels identificavam uma fase da expansão do capital em cujo interior surgiam “... forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição...” (MARX e ENGELS, 2007, p. 41). Certamente, no século XIX, esses autores ainda não podiam visualizar a espetacular marcha do capital, muito embora pudessem antever as tendências e contradições fundamentais da sociedade burguesa. Coube, assim, aos intérpretes contemporâneos da sociedade burguesa, presenciar o esgotamento das potencialidades civilizatórias da ordem social vigente.

Mészáros (2009) analisou o modo contemporâneo de funcionamento do capital, encontrando em sua tendência ao auto bloqueio, a própria eliminação do potencial civilizador, como expressão da expansão das forças produtivas – agora, forças destrutivas. O acirramento irreconciliável da contradição fundamental entre capital e trabalho, para ele, conduz o conjunto do sistema a seus limites absolutos,

intransponíveis. A partir deste ponto, o progresso se converte em decadência, em barbárie.

Não têm sido poucas as evidências empíricas do esgotamento do padrão de civilidade do capital, no conjunto do sistema. Inclusive, aquelas que pareciam se constituir em dimensões da barbárie, de certas formas do desenvolvimento até então consideradas próprias do “terceiro mundo”: a explosão do desemprego em massa, a espoliação dos recursos naturais e ecológicos (não raro identificada a “crise ecológica ou ambiental”), a violência urbana e rural, as várias formas de barbarização da vida social. Assim, o padrão de sociabilidade do capital identifica-se às condições mais degradantes da reprodução social (NETTO, 2013).

A experiência social que daí decorre em nada se parece com o registro da descoberta do indivíduo da cidade solto e perdido na multidão, ou o “grande deserto dos homens”, como registrado pelo autor d’As flores do mal: o transitório, o efêmero, o contingente, ao refletir sobre a modernidade (IANNI, 1989). Agora a cidade (pós-moderna?) é o palco dos processos de gentrificação que decorre da mundialização – uma das formas de expressão da fase decadente do capital. Mas, se seu modo de ser guarda a reestruturação do valor do espaço urbano, da especulação imobiliária, do consumo, do lazer, da pluralidade dos equipamentos públicos, das regiões de arte e de moda, em completa sintonia com a dissolução da antiga cidade industrial (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), também revela os signos da barbárie em sua forma contemporânea: não apenas sob a estética de destruição, da desefetivação explícita da humanização, mas de seu avesso dissimulado.

Se, na arquitetura moderna, os pontos centrais de sua elaboração estética, conforme discutimos até aqui, sintetizavam-se no progresso e na concepção universal de homem, com seu escancarado declínio, a partir da década de 1970, começam a despontar rupturas e novas tendências em seus conceitos e paradigmas. Uma das tendências mais radicais – em relação aos preceitos canônicos da arquitetura moderna – e de maior papel estruturante para uma estética da arquitetura contemporânea, ou uma das manifestações da estética da barbárie, como temos chamado aqui, é a da afirmação do condomínio fechado enquanto elemento “utópico” da experiência urbana contemporânea, tendência manifesta espacialmente sobretudo nas periferias do mundo do capital, mas igualmente estruturante no centro, ainda que, possivelmente, de formas mais sutis. Se, ainda pudermos argumentar que o elemento formal mais emblemático da arquitetura

moderna, até então, era o vão livre, com sua singular permeabilidade entre espaço público e privado, um dos elementos fundamentais da estética contemporânea é, sem dúvida, o muro.

O típico condomínio fechado contém dentro de seus muros a própria contradição fundamental ao entendimento da estética da barbárie contemporânea: uma efetivação da sociabilidade através dos avanços da tecnologia e da técnica, como expressão de barbarização da vida social, tanto quanto seus processos de desefetivação, exploração e segregação. É a partir desse entendimento, como uma transformação no modo de vida da sociedade burguesa, do fechar-se em si mesmo, que entende-se essa “lógica do condomínio”, assim denominada por Dunker (2011) (que, paradoxalmente, extrapola as fronteiras do condomínio fechado e apresenta-a como um elemento estruturante da urbanidade contemporânea em si).

Figura 4: Paraisópolis/Morumbi, São Paulo, 2004



Fonte: <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>

“É claro que o condomínio fechado toca-se rapidamente com o universo periférico das favelas, reverso da mesma lógica concentracionária e da reprodução de um mesmo estado de exceção” (DUNKER, 2009, p.5). De certa maneira, podemos considerar até mesmo um elemento fascista intrínseco ao condomínio contemporâneo: a nação se torna o próprio condomínio, com suas fronteiras bem definidas e, mais importante, com seu inimigo externo, aquele que ameaça a felicidade do conjunto e

que precisa ser identificado e combatido. A lógica fronteira entre civilizações passa a confundir-se com o cotidiano na metrópole urbana.

Importante notar que a tendência estética do condomínio não se limita ao condomínio fechado estereotipificado, da “cidade murada”. Ela estrutura-se no urbanismo contemporâneo, com igual representatividade, na tipologia do condomínio vertical, do edifício residencial multifamiliar, que se propõe a oferecer ao residente uma variedade de serviços e opções de sociabilidade sem que ele precise deixar seu burgo: a academia, o salão de festas, o espaço de lazer, a inexorável “área gourmet”. Ainda que a tipologia do edifício multifuncional, no qual se busca agregar habitação, lazer e trabalho em um mesmo terreno, como gerador de centralidade urbana, tenha sua origem na arquitetura moderna (DZIURA, 2003), na contemporaneidade, perde-se o já citado elemento estruturante moderno da permeabilidade público-privado, do diálogo com o entorno urbano, tão caro aos arquitetos modernistas.

Essa tendência não pode ser separada das condições de expansão do capital no pós-1970 e, mais particularmente, do capital imobiliário no desenvolvimento das grandes metrópoles. Ao analisar o caso de Salvador, na Bahia, De Carvalho e Corso-Pereira (2013) apontam algumas importantes transformações da estrutura urbana e social, presentes nas chamadas “capitais mundiais”, símbolo da mundialização do capital.

Este processo foi acompanhado por uma ampla e multidimensional reestruturação produtiva do capital, implicando em transformações que vão desde a flexibilização da produção à realocação geográfica das empresas, da desindustrialização de importantes regiões do planeta e a descontinuidade de etapas produtivas e segmentação da produção, até a constituição de uma nova divisão internacional do trabalho. A imposição da especialização produtiva flexível produziu, a partir dos anos de 1980, uma complexa mundialização da cadeia do valor nos mais variados setores da economia, estabelecendo relações em redes verticais entre distintos capitais intra ou intersetoriais e dando origem a verdadeiras cadeias globais de produção, distribuição e comercialização (HARVEY, 2005).

Primeiro, o processo de reestruturação produtiva do capital, “flexibilização” da produção, realocação geográfica das empresas, implicando na desindustrialização de importantes regiões e na descontinuidade de etapas

produtivas e segmentação da produção, acompanhado da precarização estrutural e informalização da força de trabalho. Segundo, a dinâmica de expansão das metrópoles para as bordas e o periurbano, na presença do empobrecimento e deterioração das regiões centrais, produzindo como um dos efeitos a emergência de “novas centralidades” na cidade, a partir de shoppings centers, complexos empresariais, entre outros. Terceiro, no curso dos processos de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, houve uma transferência do Estado para o capital privado das funções tradicionais de planejamento e gestão urbana, encetando o discurso e prática do “empreendedorismo urbano”, da mercantilização/espetacularização da cidade. Quarto, a emergência dos condomínios fechados. (DE CARVALHO; CORSO-PEREIRA, 2013).

Sobre esses últimos, Teresa Pires do Rio Caldera, no final dos anos 1990, já apontava o surgimento desses “enclaves fortificados”, analisando a cidade de São Paulo (e comparando-a a Los Angeles, na Califórnia, nos EUA). Conforme definia a autora:

[...] são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas” (CALDERA, 1997, p. 155).

Esses enclaves, como chama Caldera (1997) encontram na segregação social, seu valor. O isolamento converte-se em símbolo de status – expresso, ainda, num “novo conceito de moradia”. Ao analisar anúncios publicitários entre 1975 e 1995, a autora nos mostra como o condomínio fechado é imaginado como um “mundo à parte”: clubes sofisticados que oferecem serviços os mais variados possíveis, distantes da cidade, não raro, “próximos à natureza”. A “segurança total” é parte basilar do “novo conceito de morar”. A segregação dos condomínios se apoia em quatro pontos: primeiro, os instrumentos de criação da separação, sejam as barreiras físicas (grades, muros) ou os espaços vazios que separam os enclaves fortificados do resto do mundo. Segundo, a separação é garantida por sofisticados sistemas privados de controle e vigilância. Terceiro, o universo dos condomínios é voltado para dentro, seu layout e organização “excluem gestos em direção à rua”.

Quarto, tais enclaves se pretendem mundos autônomos, que não se subordinam à lógica do espaço público (crescentemente privatizado), às instituições e a vida social circundante. E uma característica da máxima importância: o próprio entorno se submete a sua lógica: as ruas públicas se convertem em espaço para a circulação de automóveis, de tal forma, que andar pelas ruas se torna um marcador de classe.

À época de sua análise, Caldera (1997) argumentava que os enclaves fortificados negavam muito da experiência moderna da vida pública, apoiada, entre outros, pela primazia das ruas, pela circulação das multidões, pelos encontros anônimos, pela ocupação do espaço público. Ainda que as cidades modernas convivessem com a segregação e a desigualdade, mantinham um potencial de abertura, lastreado por uma liberdade liberal que, embora nunca realizada em sua plenitude, também mantinha uma importante referência da experiência política. Certamente, esta potência não desapareceu – assim como as manifestações de rua também não -, no entanto, passou a conviver com o “ataque às ruas” promovido, primeiro pelos “enclaves fortificados”, depois pela “arquitetura hostil – à qual voltaremos mais adiante.

Isto ocorre no seio daquilo que Francisco de Oliveira chamou “redução ao privado”, instituído pelo neoliberalismo. Para o sociólogo brasileiro, que escrevia no final dos anos 1990, tratava-se de uma “subjetivação da acumulação capitalista”, expressa na privatização do público. Ou, mais do que isso, a constituição de uma experiência subjetiva de desnecessidade (aparente, é certo) do público. Dizia ele: “... a subjetivação descrita é uma privatização da esfera pública, sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados” (OLIVEIRA, 1999, p. 58).

A partir do início do século XXI começa a ganhar força o que convencionou a chamar-se de “arquitetura hostil” como outra tendência estruturante de uma estética contemporânea.

O termo surge inicialmente como crítica à implantação de um tipo de assento público no distrito de Camden, em Londres, que, segundo os próprios autores do projeto, foi pensado tendo em mente o objetivo de lidar com “tipos de comportamento anti-social e criminal que tipicamente infestam bancos públicos nos centros de cidades”⁴. Em termos mais diretos, um assento com um formato

⁴ Tradução nossa, de acordo com a descrição do projeto no portfólio online da empresa britânica *Factory Furniture*. Disponível em <https://www.factoryfurniture.co.uk/projects/great-queen-street-camden/>. Acesso em 10/09/2020.

irregular e inclinado que impossibilitasse que ele abrigasse confortavelmente uma pessoa deitada, além de, também através do formato, apresentar uma tentativa de inibir a prática do skate e ser construído com um material resistente às tintas usadas no pixo e no grafite (QUINN, 2014).

De fato, a arquitetura hostil refere-se a uma tendência que precede o projeto e a instalação do assento de Camden, em que se explicita como fundamento determinante do processo de projeto arquitetônico o elemento segregatório. Um problema elementar do processo projetual a ser respondido pela arquitetura hostil é: quem não é bem vindo nestes espaços? Daí surgem as imagens em que esbarramos no cotidiano das cidades contemporâneas – as pedras e pontas “anti-mendigo”, os assentos individuais em pontos de ônibus e bancos de praças e pontos de parada, as câmeras de segurança. Os muros disfarçados da cidade contemporânea.

Podemos identificar prontamente os aspectos segregatórios em tais intervenções no tecido urbano. Existe, ademais, outra tendência igualmente fundamental a estas respostas arquitetônicas que consiste na tentativa da modulação do comportamento do indivíduo enquanto usuário do espaço construído, através da própria arquitetura, com objetivos variados.

Figura 5: “*Camden bench*”, Londres, 2014



Fonte: <https://www.factoryfurniture.co.uk/projects/great-queen-street-camden/>

Figura 6: cones de cimento “anti-mendigo” em Guangzhou, 2012



Fonte: <http://www.chinahush.com/2012/07/05/building-cement-cones-under-highway-bridge-to-drive-out-homeless/>

Extrapolando a arquitetura hostil dos elementos urbanos “anti-mendigo” e sua mensagem explícita, podemos identificar tentativas de formatar o comportamento e as relações entre indivíduos e sociedade através do espaço arquitetônico em diversas outras tipologias de projeto. Tomando como exemplo uma tendência que se apresenta em projetos de reforma de escolas nos Estados Unidos, com uma preocupação determinante em suas diretrizes: os tiroteios em massa em ambientes escolares. Muito além das preocupações mais óbvias com a segurança fronteira em tais escolas, o que se apresenta são soluções projetuais com foco na redução de danos em tiroteios: corredores curvos, visando minimizar as linhas de visão de um possível atirador; posicionamentos e ângulos de abertura das portas de entrada das salas de aula, levando em conta linhas de tiro; barreiras de material à prova de bala posicionadas estrategicamente em todos os ambientes, com a finalidade de fornecer cobertura (GELLER, 2019).

No melhor espírito pós-estruturalista foucaultiano, a recepção de uma escola no estado de Michigan, com previsão de abertura em 2021, se torna um “panóptico de entrada educacional”, nos próprios termos do escritório responsável pelo projeto (GRABAR, 2019, não paginado. Tradução nossa). Ainda que com o objetivo admirável de se reduzir o impacto direto e o número de vítimas em um possível atentado, o que resulta deste tipo de iniciativa são espaços com um denominador comum em sua função projetada: a violência. Pode-se levantar

considerações sobre as implicações comportamentais, psicológicas e sociais nos indivíduos, internalizadas pelo cotidiano de uso em espaços projetados para a violência. “Quais são os efeitos a longo prazo de se passar a juventude em uma sala de aula com fita adesiva vermelha no chão indicando onde ficar quando alguém abre fogo? Ninguém sabe” (GRABAR, 2019, não paginado. Tradução nossa). O desenvolvimento de tais implicações, entretanto, foge às competências deste texto.

As implicações sociais da normatização desse tipo de design “militarizado”, da mundanização da violência entre indivíduos e entre instituição e indivíduo, estas se encontram na torrente das transformações estéticas que vêm constituindo a complexidade da arquitetura da barbárie contemporânea.

Figura 7: projeto da Fruitport Community Schools, Fruitport, Michigan, 2019



Fonte: <https://www.archpaper.com/2019/08/fruitport-high-school-towerpinkster-renovation/>

Considerações finais

Conforme lembram Lowy e Varikas (1992), durante a Segunda Grande Guerra, Adorno elabora sinteticamente uma crítica à marcha da Razão, ao dizer: “eu vi o espírito do mundo, mas não a cavalo: vi-o nas asas de um míssil” (ADORNO apud LOWY e VARIKAS, 1992, p. 201). Em tom sarcástico, *Mínima Moralía* se opõe ao otimismo do progresso de Hegel, que diante do triunfo de Napoleão, quando de sua entrada em Viena, sentiu-se maravilhado à vista do Imperador, sentado sobre um cavalo, fazendo o reconhecimento do território conquistado.

Marcada pela experiência da guerra, a crítica melancólica da primeira geração de Frankfurt inscreve-se num estilo de pensamento trágico, ausente de reconciliação, ao operar a dialética (GRÜNER, 2006). Sua crítica ao progresso é,

pois, uma antecipação do estado de barbárie da sociedade do capital. Antecipação, no preciso sentido de que o sistema do capital ingressaria em sua fase destrutiva, alcançaria seus limites absolutos, convertendo todas as suas potencialidades criadoras na desefetivação do conteúdo humano das relações sociais, apenas algumas décadas posteriores às suas formulações teóricas – não sem antes experimentar um relativamente breve período de realização de suas promessas civilizatórias, representada pela experiência da cidadania, do Welfare State, do pleno emprego, do crescimento econômico, sobretudo, nos países centrais da Europa, EUA e Japão.

De certa forma, acompanhar o desenvolvimento do objeto arquitetônico e sua inscrição na modernidade significa poder acompanhar o progresso, a crítica ao progresso, e a barbárie contemporânea – tanto como forma de manifestação concreta, quanto na qualidade de objeto estético, múltipla e complexamente determinado pela forma de ser da sociedade do capital, nas suas contradições. Longe de qualquer pretensão de esgotamento do tema, neste ensaio visamos indicar algumas das conexões possíveis entre formas arquitetônicas, sua inscrição na história como síntese das contradições do progresso e da barbárie e uma cultura estética que nem sempre se revela explicitamente esqualida, sob a aparência da degradação, embora esta, não raro, também o seja.

Do condomínio fechado à arquitetura hostil, chegando ao ambiente *clean*, dissimulador da exploração do trabalho, do labor flexível, decorrente da reestruturação permanente do capital, estamos diante de uma cultura e estética que demonstra e esconde, simultaneamente, o barbarismo social, típico da fase de crise estrutural do capital, ou da máxima evolutiva dos processos de alienação social. Perscrutar caminhos investigativos nesta direção parece, assim, contribuir com a longa tradição crítica da modernidade, suas dimensões estéticas, culturais nas suas conexões com o estado das coisas, das relações sociais de produção da civilização burguesa.

Referências

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986.

ALMEIDA, Eneida de. **O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática**. 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. <https://doi.org/10.11606/T.16.2010.tde-26042010-150955>. Acesso em 15/08/2020.

BICCA, Paulo. **Arquiteto – a máscara e a face**. São Paulo, Projeto Editores Associados, 1984.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. *In: Novos Estudos CEBRAP*, mar. 1997, n. 47, p. 155-176. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-47/>. Acesso em 21/09/2022.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DE CARVALHO, Inaiá; CORSO-PEREIRA, Gilberto. **A cidade como negócio**. *EURE (Santiago)*, Santiago, v. 39, n. 118, p. 5-26, sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000300001>.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes**. *Leitura Flutuante*. *Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise*, v. 1, nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/7623/5578>. Acesso em 12/09/2020.

DZIURA, Giselle Luzia. **Arquitetura Multifuncional Como Instrumento de Intervenção Urbana no Século XXI**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2003.

FRISHBERG, Hannah. **The Failed Paradise: Pruitt-Igoe**. *Atlas Obscura*. 26 de nov. de 2013. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/pruitt-igoe>. Acesso em 06/06/2020.

GELLER, Jacob. **Games, Schools and Worlds Made for Violence**. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/usSfgHGEGxQ>. Acesso em 13/09/2020.

GRABAR, Henry. **The Mad Rush to Bulletproof American Schools**. *Portal Slate*. 27/08/2019. Disponível em: <https://slate.com/business/2019/08/school-shootings-design-architecture-sandy-hook-columbine.html>. Acesso em 05/02/2022.

GRÜNER, Eduardo. Leituras Culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In.: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. *A Sociologia e o Mundo Moderno*. Tempo Social, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1 jun. 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83315>.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2007.

LOWY, Michael; VARIKAS, Eleni. *A crítica do progresso em Adorno*. Lua Nova, São Paulo, n.27, p.201-216, Dec. 1992. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000300010>.

MAHFUZ, Edson. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente*. 2003. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606>. Acesso em 12/09/2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. [Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEGAT, Marildo. *A Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa*. PEGADA, v. 8, n. 2, p. 27-46, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1638/1568>. Acesso em 22/11/2019.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2009.

MONTGOMERY, Roger. *Pruitt-Igoe: Policy Failure or Societal Symptom*. University of Illinois Press, Illinois, 1985.

MOOS, Stanislaus Von. *Elements of a Synthesis*. Rotterdam: 010 Publishers, 2009

NETTO, J. P. *Uma face contemporânea da barbárie*. Novos Rumos, vol. 50, n. 1, 2013. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436>.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

QUINN, Ben. **Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'**. The Guardian. 13 de Junho de 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>. Acesso em: 13/09/2020.

TORELLY, Luiz Phillipe. **Shopping Centers e Declínio Urbano: O Caso do Plano Piloto de Brasília**. Revista CAU/UCB n.6, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CAU/article/view/8416/5153>. Acesso em 15/08/2020.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura: dois estudos**. 2. ed. Goiânia: MEC/Sesu/Pimeg-ARQ/UCG, 1983.

Redes sociais e representação política

Sérgio Atieh¹

ORCID: 0000-0002-7489-7995

Resumo: O uso das redes sociais e diferentes aplicativos dos smartphones possibilitam acesso aos desejos e comportamentos de seus usuários. Como nunca temos nossos dados compartilhados tornando possível que nossos passos sejam previstos. Tamanhas transformações alteram o modo de se enxergar a política acentuando a crise de representatividade. Deve-se demonstrar neste artigo como muitas das democracias ocidentais tradicionais que pareciam consolidadas, enfrentam disputas entre quem defende os direitos mais fundamentais e aqueles que pensam que são subterfúgios para garantir regalias de uma casta institucionalizada.

29

Palavras-chave: democracia. redes sociais. representatividade.

¹ Doutorando com Mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP (2019-2021). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2002) e Psicoterapia Psicanalítica Cepsi-Unip (2016-2018). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5347492144583069>.

Social networks and political representation

Abstract: The social networks and different smartphone applications allow access to the desires and behaviors of their users. As we never have our data shared making it possible for our steps to be predicted. Such transformations alter the way of seeing politics, accentuating the representativeness crisis. This article should demonstrate how many of the traditional Western democracies that seemed consolidated, face disputes between those who defend the most fundamental rights and those who think they are subterfuges to guarantee the perks of an institutionalized caste.

Keyword: democracy. social media. representativeness.

Redes sociales y representación política

Resumen: El uso de las redes sociales y diferentes aplicaciones para teléfonos inteligentes permiten acceder a los deseos y comportamientos de sus usuarios. Como nunca compartimos nuestros datos, es posible predecir nuestros pasos. Tales transformaciones alteran la forma de ver la política, acentuando la crisis de representatividad. Este artículo debería demostrar cómo muchas de las democracias tradicionales occidentales que parecían consolidadas, enfrentan disputas entre quienes defienden los derechos más fundamentales y quienes piensan que son subterfugios para garantizar las prebendas de una casta institucionalizada.

31

Palabras clave: democracia. redes sociales. representatividad.

Por alguns anos a democracia parecia ter como ser planejada, processos eleitorais se consolidavam, campanhas mais ou menos acirradas se desdobravam, e no que diz respeito ao caráter do cotidiano político, tudo parecia caminhar para a naturalização das disputas em países como o Brasil. Porém, subitamente, cidadãos em pleno século XXI passam a clamar por medidas antidemocráticas, atores autoritários dos quais muitos ignoravam assumem repentinamente as luzes do palco político, discursos reacionários que pareciam há décadas ocultos nos porões são gritados a plenos pulmões e nos damos conta que o modelo democrático que parecia estar se fortalecendo, subitamente se mostra ameaçado.

John Adams, o segundo presidente da história dos Estados Unidos e um dos pais fundadores do modelo democrático representativo pensado para um grande espaço territorial e população, defendia que o povo não tinha condições de atuar, conduzir-se ou pensar conjuntamente, pois não conseguiria marchar quinhentas milhas encontrando um local para se agregar e deliberar. Depois da internet a afirmação de Adams pode não fazer mais sentido, havendo meios para participação virtual ser realizada, porém, por mais que hoje a população tenha maiores condições de se informar das políticas públicas, a ideia de uma democracia supostamente mais participativa parece ser uma questão explorada por políticos autoritários em sua comunicação nas redes sociais com seus seguidores, e muitas demandas caras como a representação e poderes institucionais parecem incendiar a realidade atual: os cidadãos parecem ter percepção do quanto as instituições democráticas são lentas e ineficazes.

A representação demanda normas que impõem obstáculos impactando a própria democracia: há sempre um jogo de forças, e muitas dessas disputas têm nas mídias digitais o palco perfeito para serem incendiadas por políticos mais habilidosos que se aproveitam da falsa neutralidade tecnológica. Por definição, a democracia representativa legitima um governo do povo do qual o povo não está presente na tomada de decisões, algo distinto, por exemplo, da sensação concedida pela massificada fluidez dos grupos de WhatsApp. Os imensos desafios que o sistema representativo carrega consigo não podem evitar que transmita a mensagem de trabalhar pelos interesses dos indivíduos dentro da sociedade, logo, qualquer aparato de representação carrega consigo disputas e conflitos inerentes aos âmbitos políticos e sociais demandando a busca de consensos políticos. Conforme Castells (2018), a falta de credibilidade institucional suprime a representação política,

abrindo vácuos para que qualquer debate ou disputa alcance acordos públicos. Muito além de divergências entre esquerda e direita, os questionamentos a respeito do modelo representativo colocam em risco a noção de como apenas a democracia tem legitimidade de se consolidar como oposição legítima aos autoritarismos e abusos institucionais, abrindo fértil terreno para demonização da política e sequestro de pautas caras à população por políticos antidemocráticos.

Por algum tempo pensava-se que graças à revolução digital o cidadão comum poderia vigiar o Estado e ocultar seus dados na vastidão do ciberespaço, conseguindo com isso se distanciar das instituições e corporações, porém, o que se observou foi a mudança nas dinâmicas dessas relações, onde, sob a ilusão de ter voz, o homem age sob a tutela cada vez maior dos grandes conglomerados tecnológicos, normalizando aderir a verdades que se mostrem prontas às suas expectativas. Conforme destacado por Lazzarato (2010), o cidadão se vê inserido num mundo tecnológico e cooptado a encontrar seus pares num sistema maquínico coletivo. As pistas deixadas disso são discursos não apenas deslocados da realidade, como fundamentados na legitimidade concedida por pares inseridos em segmentações algorítmicas onde “o individualismo não basta, faz falta um sujeito coletivo e é certo que, nesse lugar, poderia construir-se outro sujeito, mas se reconstrói o nacionalismo, o racismo, xenofobia” (LAZZARATO, 2010). A exemplo de como discursos xenófobos ou racistas são inflamados por políticos que melhor sabem se utilizar dos novos meios de comunicação digital, as pessoas não se veem representadas, fomentando a perigosa noção de que a democracia não é um valor social. Quando rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam, necessitam e as ações daqueles que elegem, se aprofunda uma crise de legitimidade, acentuando a falsa noção da eficácia de um tipo de comunicação digital marcada por soluções rápidas e superficiais, capazes de suprimir a diversidade social.

Hoje é possível, ao visitar determinado local, emitir julgamentos digitalmente a respeito de qualquer experiência. Com óbvias repercussões econômicas, não deixa de ser surpreendente como o Google ou Facebook detenham tal poder para determinar a reputação de outras empresas e até instituições. Se as big techs disponibilizam dessas ferramentas para participação e informação, o usuário agora pode não apenas comprar digitalmente com maior agilidade, como também deixar de reconhecer a importância dos encontros sociais presenciais,

exigindo instantaneidade nos moldes de um consumidor até mesmo na esfera política, revelando a crise de identidade da representatividade. Mas o mundo segue desigual, e com o advento dessas inovações tecnológicas, testemunhamos disparidades até dentro dos mesmos lares: Pessoas mais velhas muitas vezes não possuem conformidades com as novas tecnologias dependendo das mais jovens. Tal constatação, quando estendida às populações menos favorecidas, ilustra como não apenas a desigualdade material, mas também a exclusão na inserção dentro da nova lógica digital tem poder de maximizar a marginalização, já que através das redes sociais é possível ser receptor das informações emitidas por outras pessoas, não apenas por organizações mediadoras: “Na era das redes, quem detém capital intelectual valioso está começando a exercer um controle sobre as condições e os termos pelas quais os usuários, assegurando acesso a ideias, conhecimentos e experiências críticos” (RIFKIN, 2004. p.5). Não deixa também de ser altamente relevante levar em conta o quanto Facebook, WhatsApp ou Instagram não consomem dados dos usuários, e aqueles incapazes de pagar por algum pacote se tornam mais suscetíveis a um tipo de recepção ainda mais passiva, enviesada ou mesmo falsa de conteúdos.

Se Thompson (2001) ressalta estudos que deixaram de lado a ideia de que os receptores dos meios de comunicação são consumidores passivos, mostrando que a recepção dos produtos da mídia é um processo mais ativo e criativo do que o mito do assistente inerte sugere, o autor também ressalta que os significados que os indivíduos concedem aos produtos da mídia se dão conforme a formação e as condições sociais específicas de seu grupo, de tal modo que a mensagem pode ser entendida e transmitida de várias maneiras em diferentes contextos, o que denota o quanto as fake news são democráticas percorrendo todos os grupos sociais, sendo ainda mais reforçadas pelo comportamento do usuário identificado pelos algoritmos. Um indivíduo que antes se via como mero receptor de uma notícia, agora, ao vivenciar a experiência cotidiana das redes sociais, assume potencial de formador de opinião², onde o ativismo das pautas em mídias de determinados atores políticos pode ser confundido com legitimidade democrática.

Diante de tal lógica, quando somos convidados a avaliar uma empresa ou serviço, podemos nos sentir tentados a simplificar a realidade democrática nos

² Vide o surgimento do conceito “influencer digital”.

aproximando de uma mentalidade comercial de serviços, nos tornamos membros ativos de um novo Leviatã digital à serviço do Google ou Facebook (RUNCIMAN, 2018), que mesmo não possuindo uma espada pousada em uma das mãos, enxerga no escuro e entre paredes, numa versão onisciente e onipresente do panóptico de Bentham, tendo o poder de saber não só onde seus súditos dormem, comem e trabalham, como com quem e a hora em que fazem isso.

Imaginar que nossas informações não são usadas para ganhos econômicos ou mapeamentos políticos é tão ingênuo quanto perigoso. Em breve a internet das coisas estará em inúmeros objetos, e nossos hábitos estarão ainda mais disponíveis para Google, Facebook ou qualquer empresa de big data. Com a possibilidade da obtenção de nossos hábitos mais íntimos³, não será difícil imaginar o quanto tal realidade influenciará não só em nosso entretenimento ou consumo, vistos de maneira questionável como atividades menos ofensivas, mas também no funcionamento da democracia. É difícil apostar que políticos tenham vontade ou apoio para regulamentar essas empresas, já que muitas de suas políticas e discursos antidemocráticos se beneficiam da propagação de factoides sob o escudo de garantias para liberdade de opinião. É fato que nenhuma grande corporação pode funcionar sem o Estado, afinal, está em suas mãos a possibilidade de promulgar as leis, mas o desvirtuamento da participação democrática em nome de pressões de um público ávido por soluções rápidas e superficiais aos moldes daquelas experimentadas nas redes sociais, desumanizam ainda mais as relações políticas colocando o Estado refém diante de qualquer tentativa de regulamentação.

Mas se a democracia, cada vez mais medida e movimentada pelo funcionamento das redes sociais com seus algoritmos perder qualquer essência humana, como a representatividade poderá lidar com a diversidade humana e disputas políticas? Max Weber já pensava na mecanização dos processos humanos, reconhecendo não haver nada a se fazer. O autor alemão aceitava o caráter da democracia moderna que tenderia a ser totalmente mecânica (WEBER, 2004), pensando que a automatização era uma “jaula de ferro”, admitindo a inexorabilidade da desumanização (RUNCIMAN, 2018). As ações puramente

³ Mesmo que Google, Facebook, ou qualquer empresa de e-commerce não assuma esse tipo de ação invasiva, fica cada vez mais claro e distante de qualquer teoria de conspiração ou ficção científica, o fato de que smartphones possam “escutar” um usuário mesmo sem ativar a Siri ou a Google Assistant para oferecerem serviços ou produtos desejados.

peçoais, emocionais e naturais, às quais chamou “tradicionais”, seriam apagadas diante das necessidades e propósitos desse sistema. À luz do quanto hoje as redes sociais parecem dar voz às paixões políticas, não deixam de ser mecanismos tecnológicos desumanizantes, e a histórica estrutura democrática que concedia e legitimava a representatividade, agora parece prender cidadãos como peças dentro de um sistema enferrujado. Se para Weber, tal “desencantamento do mundo” traria custos, já que o homem se transformaria em simples engrenagem de uma máquina e a política democrática inexoravelmente tenderia a se tornar cada vez mais mediada, é ainda mais perigoso imaginar o quanto a falsa ideia de participação orgânica nas redes camufla interesses movimentados ao consumo ininterrupto de conteúdos.

Karl Marx descreve em *O 18 de Brumário, de Luís Bonaparte* (1998), o grande desenvolvimento do Estado administrativo centralizado após a revolução francesa de 1789 e o poder que essa elite burocrática exercia. Cada revolução política desde 1789 só aperfeiçoou essa máquina, e os partidos que se revezavam na luta pelo poder consideravam a conquista desse imenso edifício do Estado a mais importante presa do vencedor (ARON, 1999). Marx pensa que o prestigioso desenvolvimento do Estado burocratizado estabelecia leis que sufocavam qualquer mudança determinante, já que a cada novo grupo de interesse que surgia a partir da divisão do trabalho capitalista, novas classes administrativas se estabeleciam. “O Estado adquire autonomia em relação à sociedade, o que para Marx (apesar de em outros textos dar algumas pistas opostas) a grande revolução significaria destruir essa máquina, não se apropriar dela” (ARON, 1999, p. 261). Tal ideia traz questionamentos válidos do quanto o poder do Estado se aprofunda se distanciando do cidadão, assim como o desenvolvimento tecnológico sempre altera de maneira massacrante como o homem se situa em seu mundo e os efeitos dessa alienação. A própria obra de Marx se debruça sobre os efeitos da técnica na sociedade industrial e todas as desigualdades resultantes - como grande exemplo a máquina à vapor, impulsionadora da Revolução Industrial.

Mais de duzentos anos depois, a evolução da informática altera os termos em que a democracia precisa operar e como a população espera respostas de seus governantes, onde a exploração da noção de envelhecimento e lentidão da democracia é sequestrada por indivíduos que pregam soluções autoritárias e neoliberais camufladas como democráticas e antissistema. Diante da demonização

da política, os partidos têm sido um dos alvos preferenciais: as redes sociais parecem dar aparência de falsidade à democracia representativa mediada historicamente pelos partidos políticos (RUNCIMAN, 2018). Ao exercerem uma função essencialmente burocrática, os partidos foram criados para se interpor entre os cidadãos e o exercício político, mas cada vez mais são vistos como grupelhos agindo com o único interesse de manter a sua própria máquina⁴. Ao aderir às discussões nas redes sociais como modo de se sentir na cena de ação, muitos eleitores parecem querer políticos que não se comportem como tal, negando o próprio ser da política como campo próprio da busca do consenso entre interesses distintos de grupos diversos. Com tal arena virtual à disposição, parece custoso imaginar quem vai criar gosto pelo trabalho árduo e muitas vezes tedioso da política em suas intermináveis reuniões cheias de barreiras, regras e normas. Se pensarmos na lógica weberiana, os partidos só puderam sobreviver graças a políticos carismáticos capazes de convencer os eleitores que esses aparatos eram mais do que máquinas de arrecadar votos. Mas a própria intolerância a muitos movimentos políticos parece ocorrer porque as redes sociais influenciam os partidos tirando seu monopólio como arena de discussões, não permitindo mais espaço para qualquer dissonância interna (algo próprio da dinâmica partidária): quando a gritaria digital se posiciona ao lado de um líder, toda a histórica estrutura dos partidos se mostra inutilizada.

Em *O Povo Contra a Democracia* (2019), Yascha Mounk propõe uma questão que diz respeito ao debate da representatividade nas democracias atuais: A histórica tensão entre o que chama de “vontade popular” e os direitos de “uma sociedade liberal” (MOUNK, 2019) caminha para o conflito aberto. Existiria a sensação crescente e impaciente de que a arquitetura tradicional das democracias liberais já não funciona – e de que seria necessário acelerar o que chama de “vontade geral” na prossecução de fins políticos, mesmo que isso implicasse em formas mais autoritárias de organização social. “Os direitos institucionais são vistos pela população como o pátio de bilionários ou tecnocratas”, em resposta, “há a tentação de excluir cada vez mais o povo de decisões importantes” (MOUNK, 2019, p. 49). Ao lado da “cólera iliberal das multidões”, também existe o “liberalismo não democrático” que “ignora e exclui essas multidões” (MOUNK, 2019, p. 165).

⁴ Dois exemplos da intolerância e desdém aos partidos podem ser descritos com o ataque de grande parte dos manifestantes às bandeiras de partidos políticos na fase final dos protestos das jornadas de 2013 no Brasil, e na mudança desenfreada realizada por políticos de partidos e de domicílios eleitorais, sem qualquer preocupação ou justificativa.

Pensando na oposição proposta por Mounk, talvez valesse a pena pensar o significado de “democracia liberal”. Para Matteucci e Bobbio (2000), a definição de democracia liberal é difícil, pois tal sistema existe justamente pelo critério que a distingue dos não liberais (plebiscitário, totalitário, ou ao que os autores consideram como populista). A liberdade que deve ser promovida e desenvolvida é a liberdade individual em sua relação ao Estado, significando manifestações concretas às liberdades políticas. Se John Locke foi precursor em articular os princípios liberais por pensar o homem como proprietário de sua vida e o que faz com ela - seja sua liberdade, razão ou bens, negando a dependência de sua vontade à qualquer outro homem ou Estado - é preciso dizer que dessa defesa intransigente do indivíduo contra o poder, quer do Estado ou sociedade, não renegaria, segundo Bobbio e Mateucci, a importância da associação pública “esta defesa sempre se evidencia com a primeira tarefa, mesmo nos pensadores da concepção radicalmente individualista: Locke, através de sua redescoberta da comunidade como sede do valor moral, ou Tocqueville, através de sua defesa do associacionismo, como único instrumento que possibilita a afirmação da liberdade política do indivíduo” (MATTEUCCI 2000, p. 687). Para Marilena Chauí (2012), além de uma forma de governo, a democracia seria uma maneira de se organizar a sociedade, e quando se restringe a apenas um modelo de governo, se resumiria essencialmente à concepção liberal, enquanto uma desejada social democracia requer direitos e organizações que excluam a desigualdade.

Na análise de Mounk (2019), há uma clara divisão entre “democracia” e “liberalismo”, sendo dois monstros que aprenderam a conviver. Para ele, trata-se da disputa entre o desejo do povo manifesto contra a soberania da lei na proteção das liberdades e dos direitos fundamentais. O cientista político norte-americano Robert Dahl integra na defesa dos direitos liberais a própria definição da democracia, de modo que pensa impossível tornar ambas separadamente. Dahl (2005) define a democracia como qualquer sistema que apresenta eleições livres, justas, competitivas, sufrágio adulto e pleno, proteção ampla das liberdades civis - incluindo liberdade de expressão, de imprensa, associações, propriedade - e ausência de autoridades “tutelares” não eleitas que restrinjam a capacidade de governar dos representantes eleitos (militares, monarquias, grupos religiosos). Porém, para Mounk (2019), Dahl exagera na relevância dada às instituições políticas: em vez de identificá-las como um instrumento para atingir a democracia e o liberalismo, as imagina como um fim em si.

Na definição proposta por Mounk (2019), a democracia é uma soma de instituições eleitorais com poderio para instituir normas legais capazes de compreender as crenças da população através de políticas públicas. As instituições liberais resguardariam o Estado afirmando os direitos individuais – como o direito a se expressar, liberdade religiosa, da mídia e associação – mas essa proteção nunca seria realizada de maneira totalmente livre de estranhamentos. Finalmente, a democracia liberal deveria atingir um sistema político liberal e democrático simultaneamente, considerando os direitos do indivíduo, assim como a representação da convicção popular em políticas públicas.

No que diz respeito ao que propõe Mounk ser democracia e liberalismo, a disputa entre o último, visto pelo autor como a ascendência do direito e leis para a proteção dos direitos individuais contra o que define como democracia, capaz de proporcionar aspirações cada vez mais impacientes e autoritárias da população, parece mais ser, na prática, um conflito entre as pautas tradicionalmente associadas ao ideal democrático contra um ativismo de parte da população, que mesmo ocorrendo essencialmente nas mídias digitais, seria apenas o mesmo velho discurso reacionário de outras horas, apenas travestido com novas e camufladas roupagens capazes de potencializá-lo. No fundo, observa-se que a luta por direitos e pautas de supostas elites denunciadas por políticos autoritários, sejam essas “elites” culturais, acadêmicas, econômicas, políticas ou qualquer outra que ouse estar no caminho, uma parcela que se considera representada por atores com discursos extremistas, se vê cada vez mais excluída e sem paciência com os aparatos institucionais do governo democrático representativo, exigindo que sua vontade seja atendida com atos antidemocráticos. Em algumas grandes democracias como a brasileira, italiana, francesa ou norte-americana, parcela significativa da população se torna a cada dia mais autoritária, e as verdadeiras elites econômicas flertam com pautas menos democráticas, contando que os arranjos econômicos sejam não só mantidos, como intensificados, por trás de um discurso anti sistema⁵.

⁵ Na doutrina liberal, liberdade econômica e política não se separam, mas na prática muitos liberais ao longo do século XX flertaram com regimes autoritários. Friedrich Hayek chegou a dizer que era mais favorável a uma “ditadura com liberalismo” que a uma “democracia sem liberalismo”. O mesmo pode ser dito de Milton Friedman, que além de assessorar o ditador do Chile Augusto Pinochet, fez diversas visitas à China comunista. Mais recentemente, o ministro da economia assumidamente liberal do governo Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, defendeu a prática de uma “democracia responsável”.

Em muitas democracias do mundo, dois acontecimentos andam ocorrendo. Por um lado, as escolhas da população são cada vez mais autoritárias, por outro, muitos parecem irritados com a independência das instituições e menos propensos a apoiar o direito das minorias. Alguns representantes alinhados com as elites vêm assumindo o poder claramente ignorando as demandas populares. Dois exemplos disso podem ser vistos: Na Hungria⁶ o voto democrático ajudou a restringir as instituições independentes que protegem a primazia das regras e o respeito às minorias, já na Grécia, a pressão dos mercados e os interesses dos tecnocratas retiraram da rota os anseios populares. (MOUNK, 2019. p. 80).

Segundo Mounk, a razão para esse conflito hoje estar maior que nunca, é que, apesar de terem características conflitantes, democracia e liberalismo teriam conseguido conviver por três razões principais: O Estado tinha mais recursos para repartir, não havia redes sociais para radicalizar os conflitos, e as sociedades ocidentais eram mais homogêneas etnicamente (MOUNK, 2019). Se as gerações mais jovens não têm as mesmas perspectivas de seus ancestrais, também é verdade que as mídias eletrônicas instigam aborrecimentos com um poder que os teóricos federalistas como James Madison jamais imaginariam. Os “millennials” teriam dispositivos que concederiam maior possibilidades para reunião, mas, com poucas perspectivas de vida, enxergariam nas redes sociais, muito bem utilizadas por políticos reacionários, um modo de expelir aborrecimentos e preconceitos muitas vezes levados com maior relevância que tradicionais movimentos participativos.

Apesar dos grandes esforços teóricos, a divisão que realiza Mounk entre liberalismo e democracia é questionável, sendo a primeira associada à uma defesa de direitos individuais e a segunda à vontade popular. Seja no Brasil ou em qualquer outra democracia, é possível falar em “um povo” só pelo fato de algum governante ter sido eleito por uma maioria simples, mesmo que democrática e representativamente? Mesmo se levarmos em conta distintas visões e alcances de um liberalismo econômico ou político, tal ideal deve estar associado apenas a uma suposta elite que pensa em direitos individuais? Além disso, é claro que qualquer sociedade mais homogênea etnicamente, como a norte-americana ou europeia até os anos 1970, instigaria menos discursos xenófobos, mas e os racismos, machismos e outras perseguições às minorias?

⁶ O presidente da Hungria, Viktor Orban é um político descrito por Mounk como adepto da “democracia iliberal”, o que na prática pode ser resumido como um governante alçado ao poder pelo voto, e que cujas práticas autoritárias tentam frustrar as restantes instituições democráticas que constituem o Estado.

Com uma rede de usuários difusa na qual todos se comunicam entre si, as mídias sociais alteraram a dinâmica da participação vista como política. As redes sociais enfraqueceram os difusores convencionais da informação, dando maior voz, falta de limites institucionais e relevância para movimentos políticos não adeptos a direitos democráticos. Além disso, não deixa de ser importante ressaltar o fator mais relevante a qual Mounk pareceu não destacar com maior relevância: o quanto políticos hábeis ao funcionamento superficial das redes sociais sequestraram pautas, jogando nas costas de quem defende básicos preceitos democráticos, institucionais e sociais cunhos de “elitistas” ou do establishment. Ao camuflar interesses econômicos e outros indeclaráveis num discurso popular, grupos reacionários se aproveitaram da clássica separação entre governantes e governados e da distância institucional em relação à massa que tanto atacam, encontrando em redes aliadas e mídias digitais plataformas para se colocarem ao lado de descontentamentos por eles mesmos incendiados, como se não pudessem melhor agir por seus representados devido a obstáculos institucionais democráticos: tais políticos sabem agir nas brechas das instituições legais e nas mídias digitais vistas como imparciais.

41

Se na teoria política de Schumpeter, a função do cidadão comum é apenas legitimar a elite através do voto devido ao que considera incapacidade das classes mais baixas se organizarem e serem politicamente conscientes, todo ataque ao sistema democrático travestido de defesa dos interesses da população apenas camufla e naturaliza desigualdades quando manifestam o quanto a improvável ascensão social promovida pelo ideal neoliberal – ou da aclamada “meritocracia” e “mente empreendedora” - seria brecada por uma suposta elite que se esconderia atrás de direitos legais e das minorias. Assumir que quem grita por igualdade social e direitos básicos se trata de defensores da democracia liberal - nos termos de Mounk - seria entrar no próprio discurso e narrativa de políticos autoritários: a questão é mais profunda e perigosa.

Quando grupos liderados por políticos reacionários antissistema defendem restituir o poder de um suposto povo lutando contra obstáculos institucionais, a ameaça se dirige à democracia em todas suas práticas que permitem o viver junto, não apenas ao modelo de democracia liberal definida pelo autor: A ruína da democracia, seja esta liberal, legislativa, social, mais ou menos representativa, resulta num autoritarismo legitimado ou não por eleições, com poucos ou muitos

direitos individuais, não apenas numa “democracia iliberal”. O autoritarismo é a semente da tirania e da desigualdade social, e as redes sociais, das quais muitos desses novos líderes usam para legitimar e fomentar discursos medindo a popularidade de suas ações, apenas ilustram uma prática restritiva e autoritária, já que a imensa maioria da população brasileira não tem acesso, vontade, ou mesmo vê relevância em seguir um presidente ou um representante legislativo nas mídias sociais: tais líderes sabem que falam aos convertidos. Quando políticos reacionários se auto proclamam como únicos representantes verdadeiros do povo, alijando seus adversários como traidores e ilegítimos, também atacam as regras e normas básicas institucionais - chegando ao ponto de elogiar regimes de exceção - condenando qualquer que seja o modelo democrático e de direitos a ruir.

A confiabilidade das instituições legítima não apenas a obediência às leis, como o sistema democrático como todo, e sem anteparos legais, grupos podem se utilizar das próprias regras democráticas para questionar a democracia se apropriando do poder e minando os próprios ideais institucionais que garantiram sua eleição. Nesse ponto, as fake news são sistematicamente utilizadas para potencializar tal sentimento, numa lógica que se assemelha às históricas técnicas da Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco americana, que diante da enxurrada de evidências que ligavam doenças ao uso do cigarro, tratavam de criar dúvidas na opinião pública ao usar da própria lógica científica. Quando a desinformação e retórica centrada em paixões se mostram capazes de produzir “likes” e visualizações, técnicas como “firehose” - mangueira de fogo - miram ressentimentos diversos e desinformação, sendo eficientes justamente por tornar a complexidade do viver junto em sociedades democráticas inverificável. Ao serem apropriados por políticos que bem sabem o funcionamento das mídias digitais com sua falsa neutralidade, factóides são sistematicamente utilizados para atingir seus propósitos, criando confusão e pautando o ambiente social. A discussão democrática participativa tradicional, inerente à vivência de uma sociedade diversa, não encontra terreno fértil para aqueles que se sentem negligenciados e incomodados diante de sua realidade, identificando nos grupos sociologicamente excluídos e naqueles que se dispõem a eles finalmente dar voz enorme ressentimento.

Se as leis foram criadas para limitar as paixões humanas, o que se observa é que as instituições são atacadas dando noção elitista àqueles que tentam defender o que parece cada vez mais um antigo e lento modelo de Estado já ultrapassado.

Mais que nunca, as mídias digitais demonstram o quanto as pessoas precisam crer que seus atos ainda fazem diferença. Se a democracia for vista como uma questão acessória, os cidadãos podem se sentir ainda mais desconsiderados. A internet mobiliza descontentamentos muitas vezes desconexos com uma força jamais conhecida, e as sociedades conectadas e desiguais veem despertadas ansiedades das quais não se pode mais ignorar. Há uma razão para “meme” ou “viral” terem se tornado novos termos no dicionário: eles só poderiam assumir a importância de que é possível capturar a imaginação de um punhado de pessoas que estão compartilhando o que pensam com a sua bolha algorítmica (PARISER, 2012). De muitas maneiras, as mídias sociais alteraram a noção de comunicação de “um para milhões”, testemunhado nas mídias do século XX, para algo descentralizado e de complexo entendimento.

As democracias ocidentais possuem muitos mecanismos de controle, justamente estabelecidos para impedir grupos e indivíduos a acumulação de demasiado poder, conciliando interesses distintos. Mas com o ganho de relevância de líderes políticos que alegam lutar pela vontade de seus seguidores, cada vez mais se criticam abertamente obstáculos institucionais que possam impedi-los. Ancorados em intensas atividades e pretensa legitimidade digital capaz de criar pautas, estes líderes expõem abertamente que nenhuma instituição independente, nem os direitos básicos ou de minorias sociológicas devem abafar desejos de seus seguidores.

A grande questão é saber usar a internet como ferramenta capaz de reanimar o sistema democrático da mesma maneira que parece desnudar as contradições desse mesmo sistema. Se antes parecia um grande sonho ter uma ferramenta tecnológica capaz de aproximar cidadãos das deliberações democráticas pressionando seus representantes, vemos também em boa medida concretizada a profecia de que as grandes massas podem clamar por medidas antidemocráticas e autocratas. Quando os direitos individuais e coletivos mais básicos são postos à prova, as lacunas por onde forças autoritárias se movem devem ser questionadas no que tange justamente às brechas sociais e econômicas. De qualquer maneira, nunca é demais pensar no que deveria ser o óbvio: Qualquer que seja o nome, um sistema democrático sem direitos e ganhos sociais ou um liberalismo antidemocrático, estará inexoravelmente fadado a terminar em autoritarismo, pobreza e tirania.

Da mesma maneira, como defensores da democracia e pautas de minorias que usaram as mídias sociais para lutar por seus direitos já vislumbrariam a dificuldade que teriam para solidificar qualquer conquista, líderes autoritários que surgiram talvez necessitem imaginar um futuro mais difícil do que hoje encontram, “seja quem for o vencedor no momento”, escreveu George Orwell, “sempre vai aparentar ser invencível”.⁷ Depois que esses políticos chegam ao poder e não cumprem muitas de suas promessas trazendo miséria e destruição, qualquer oposição democrática sempre poderá encontrar algum lugar para ter sua voz repercutida, senão nas mesmas redes sociais que inicialmente aparentaram estarem tomadas por discursos raivosos, em novas esferas que irão surgir ou se reanimar.

Considerações Finais

A participação política das democracias modernas limitada a movimentos partidários e encontros presenciais é vista cada vez mais como um conjunto de empecilhos envelhecidos, sendo acusada por políticos autoritários como obstáculos às vontades pretensamente populares. Se antes a participação popular pós qualquer período eleitoral era vista primordialmente em manifestações, onde qualquer cidadão incapacitado por qualquer motivo ou mesmo pouco afoito a ter tal comportamento não vislumbrava outra coisa senão estar condenado a mero receptor não só de uma notícia, como da política em si, hoje, a disfarçada não neutralidade das plataformas digitais e seus algoritmos são plenamente capazes de estruturar realidades selecionando eventuais conteúdos, concedendo a noção de que qualquer indivíduo pode ser um formador de opinião pertencente a algum ideal maior que si. Não parece prudente afirmar que a era das comunicações digitais terá capacidade por si só de promover uma participação mais legítima, e parece razoável imaginar que a rapidez cada vez maior das mudanças não pode ser assimilada e normatizada naturalmente, seja por qualquer cidadão ou Estado. A revolução 4.0 apenas acentua a aparência de lentidão do Estado e de seus aparatos cheios de empecilhos capazes de negar a necessidade do cidadão por uma conexão direta com os políticos e debate público. Tal conjuntura abre espaço para o sequestro promovido por políticos de pautas falsamente democráticas. Se vivemos num período em que os direitos consagrados pela democracia sofrem

⁷ George Orwell, “*Second Thoughts on James Burham*”, *Polemic*, v.3, 1997. (Tradução livre).

ataques de parcelas reacionárias que associam qualquer direito como um convite à impunidade e corrupção, políticos que conseguiram angariar adeptos se aproveitam de conjunturas sociais cada vez menos promissoras, ainda mais quando tais descontentamentos são potencializados por esses atores que sabem determinar não apenas o debate público criando cortinas de fumaça, mas agendas políticas.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. *As Etapas Do Pensamento Sociológico*. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

BOBBIO, Norberto, verbete “Democracia e Liberalismo”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura – A crise da democracia*. Zahar, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Democracia e sociedade autoritária*. Revista Comunicação & Informação, 2012.

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UNB, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. Atualmente vigora um capitalismo social e do desejo. [Entrevista concedida] a Pedro Lipcovich. *Revista IHU Online*, p.12, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/39543-atualmente-vigora-um-capitalismo-social-e-do-desejo-entrevista-com-maurizio-lazzarato>. Acesso em 18/09/2022.

MARX, Karl, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATEUCCI, Nicola, verbete “Liberalismo”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília, 2000.

_____. verbete “Soberania”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília (2000).

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

RIFKIN, Jeremy. *A Era do Acesso*. São Paulo. Editora Makron, 2004.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

SCHUMPETER, JOSEPH A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Ed. Abril Cultural, SP (Os Economistas). Introdução e capítulos 1 e 2, 1982.

THOMPSON, B. John. *A mídia e a modernidade*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Vol. 1. Brasília: UNB, 2004.

Pedagogias de memes pró-vacinas no contexto da Pandemia de Covid-19

Kaio Eduardo de Jesus Oliveira¹

ORCID: 0000-0002-5390-0593

Edvaldo Souza Couto²

ORCID: 0000-0002-2648-9399

Cristiane de Magalhães Porto³

ORCID: 0000-0001-5622-030X

Resumo: Os memes estão no centro da mediação do debate público de nosso tempo e foram amplamente utilizados no contexto pandêmico da Covid-19, especialmente nas campanhas pró-vacinas. Nesse contexto, o artigo buscou responder à questão: quais pedagogias foram construídas por meio da linguagem dos memes nas campanhas de vacinação contra covid-19 no Brasil? O objetivo foi analisar pedagogias produzidas por meio de memes da internet em campanhas oficiais de vacinação, a fim de destacar narrativas, discursos, sentidos e significados presentes. O método utilizado foi o qualitativo, de cunho descritivo e analítico, através de análise de conteúdo. O estudo concluiu que as apropriações e replicações de memes sobre vacinas articulam um repositório sobre diversos temas que mobilizam e geram diferentes discursos pedagógicos importantes para a divulgação científica que articulam e mediam as narrativas em rede.

47

Palavras-chave: Tecnologia educacional. memes. vacinação. pandemia de Covid-19.

¹ Professor Adjunto no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas- CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. Doutor em Educação pela Universidade Tiradentes (Bolsa PROSUP/CAPES). Estágio doutorado sanduíche na Universidade Aberta de Portugal - UAB PT (Bolsa PDSE - 2017). Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes (2015). Graduado em Geografia pela Universidade Tiradentes (2012). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3068130562799977>.

² Possui pós-doutoramento em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutorado em Educação (UNICAMP), Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É professor Titular na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Departamento de Educação II. É professor permanente no programa de pós-graduação em Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0777871871325302>.

³ Doutora Multidisciplinar em Cultura e Sociedade - UFBA. Mestrado em Letras e Linguística UFBA. Pós-Doutora em Educação - Proped - UERJ. É professora Titular da Universidade Tiradentes - UNIT, onde atua como docente do Programa de Pós-Graduação, atua como editora científica desta Instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3435445286863278>.

Pedagogies of pro-vaccine memes in the context of the Covid-19 Pandemic

Abstract: The memes are at the center of public debate mediation in our time and they were largely used in the context of Covid-19 pandemic, especially in pro vaccines campaigns. In this context, the present article aimed to answer the question: which pedagogies were built through meme language in Covid-19 vaccination campaigns in Brazil? The objective was to analyze pedagogies produced by internet memes in official vaccination campaigns, with the aim of highlighting narratives, speeches, present senses and meanings. The method used was qualitative, descriptive and analytical. The method of analysis was the content analysis. This research concludes that the appropriations and replications of memes about vaccines articulate a repository about many subjects that mobilize and generate various important pedagogical speeches for scientific divulgation that articulate and mediate the network narratives.

48

Keywords: Educational technology. memes. vaccination. Covid-19 Pandemic.

Pedagogías de los memes pro-vacunas en el contexto de la Pandemia del Covid-19

Resumen: Los memes están en el centro de la mediación del debate público en nuestro tiempo y han sido ampliamente utilizados en el contexto de la pandemia de Covid-19, especialmente en campañas pro-vacunación. En ese contexto, el artículo buscó responder a la pregunta: ¿qué pedagogías se construyeron a través del lenguaje de los memes en las campañas de vacunación contra el covid-19 en Brasil? El objetivo fue analizar pedagogías producidas a través de memes de internet en campañas oficiales de vacunación, con el fin de resaltar narrativas, discursos, sentidos y significados presentes. El método utilizado fue cualitativo, descriptivo y analítico. El método de análisis fue el análisis de contenido. El estudio concluyó que las apropiaciones y réplicas de memes sobre vacunas articulan un repositorio sobre diversos temas que movilizan y generan diferentes discursos pedagógicos importantes para la divulgación científica que articulan y median narrativas en red.

49

Palabras clave: Tecnologia Educacional. memes. vacunación. Pandemia de COVID-19.

Introdução

Os memes estão no centro da mediação do debate público de nosso tempo, seja por meio de aplicativos de mensagens instantâneas ou mídias sociais. Vale lembrar o contexto de isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, que proporcionou a intensificação da comunicação em rede, mediante a potencial audiência provocada pelo confinamento decorrente das medidas sanitárias estabelecidas. Durante a “quarentena”, o humor e a autoria em redes sociomaterializados nos memes se espalharam mediando a tragédia e articulando diferentes modos de comunicar os fatos vividos.

Uma pesquisa, desenvolvida por pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia, publicada pela *Psychology of Popular Media*, apontou que pessoas que tiveram mais acesso a memes ficaram mais relaxadas e menos ansiosas em relação aos problemas emocionais causados pela pandemia. A pesquisa concluiu que os memes sobre a pandemia de Covid-19 ajudaram as pessoas a lidar com o estresse gerado por ela (MYRICK, 2021). Com isso, é possível afirmar que os memes desempenharam um papel de destaque na comunicação *on-line*, durante os primeiros meses de Pandemia.

De acordo com outra pesquisa publicada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre o comportamento dos brasileiros nas redes sociais a partir de publicações sobre o novo coronavírus no primeiro semestre de 2020, as pessoas compartilharam mais memes do que mensagens de preocupação e medo. Segundo a pesquisa, o humor e os memes integraram 42% do debate sobre coronavírus (FGV, 2020).

Esses dados evidenciam que, sendo fenômenos da cultura digital, os memes se tornaram uma linguagem expressiva de nossa comunicação na internet, especialmente em contexto pandêmico, seja mediando o debate público ou construindo momentos de catarse, em um cenário de preocupação mundial sobre questões de saúde pública. Isso mostra como as narrativas meméticas produzidas a partir do humor, da comicidade e da sátira têm construído pedagogias que orientam as experiências em rede, produzem sentidos e subjetividades e materializam representações sobre diferentes temas em nosso tempo.

Deste modo, é importante discutir como esta linguagem tem afetado a produção discursiva e as narrativas do debate público. Devemos considerar, por exemplo, que durante a pandemia gêneros e coleções de memes mediarão a

discussão sobre as vacinas e foram apropriadas também nas peças publicitárias, na comunicação política e em campanhas oficiais de vacinação pelo Brasil.

Nesse contexto, nosso estudo buscou responder a seguinte questão: quais pedagogias foram construídas por meio da linguagem dos memes nas campanhas de vacinação contra covid-19 no Brasil? O objetivo principal da pesquisa foi analisar pedagogias produzidas por meio de memes da internet em campanhas oficiais de vacinação, a fim de destacar narrativas, discursos, sentidos e significados presentes.

O estudo foi desenvolvido com uso do método qualitativo, de cunho descritivo e analítico. Para análise dos dados, usamos o método de análise de conteúdo, a fim de identificar os recortes e coleções de memes ligados às campanhas oficiais de vacinação em alguns municípios brasileiros. Esta opção metodológica permitiu entender como as apropriações e replicações de memes sobre vacinas articulam um repositório sobre diversos temas que mobilizam e geram diferentes discursos pedagógicos importantes para a divulgação científica que articulam e mediam as narrativas em rede.

Na seção seguinte discutiremos o que são memes na cultura e digital, como este fenômeno sociomaterializa experiências comunicacionais permeadas de humor, ludicidade e produção de sentidos e subjetividades. Em seguida evidenciaremos como os memes se articulam enquanto linguagem e como mobilizaram experiências pedagógicas e discursivas nas campanhas de vacinação, pelo Brasil.

51

Memes na Cultura digital

Os memes, muitas vezes, são vistos como conteúdos desprezíveis ou simples manifestações de piadas que repercutem um fato ou acontecimento cotidiano em ambiência digital. Também podem ser entendidos como peças de *trollagem*, cujo objetivo é desestabilizar ou “ofender” alguém por meio de uma brincadeira na internet. No entanto, essas noções são frutos de uma compreensão ainda superficial sobre o fenômeno, que representa bem mais que um formato de brincadeira on-line. Destacamos que os memes compõem uma linguagem que materializa representações e significados diversos na internet.

A ideia de meme não se limita a uma linguagem da internet, embora neste trabalho os memes da internet sejam objeto de pesquisa. Como reforça

Shifman (2014, p. 24), “os memes não nasceram com o advento da internet; eles sempre fizeram parte da sociedade humana”, por conseguinte, ainda que circulem predominantemente na internet, também podem figurar em outras mídias.

Para além das definições que compõem grande parte dos trabalhos nos últimos anos, além da origem associada a Richard Dawkins (1979), os memes têm se notabilizado pelas características específicas com que materializam diferentes modelos de comunicação e de linguagem. A polissemia, por exemplo, pode ser entendida pela capacidade de um determinado meme adquirir um novo ou variados sentidos. Isso instaura uma relação de sentido entre as palavras e locuções, com uma mesma carga semântica, que expressam significados diferentes pelo valor dos elementos estéticos, mesmo pertencendo a campo semântico similar ou diferente.

Deste modo, numa ação de interpretação sempre atribuímos um sentido individual ao ler um meme, ou ao associar uma experiência estética à nossa visão de mundo, embora eles possuam diferentes formas de leitura e interpretação. Ao compartilhá-los, implicamos uma aprovação ou desaprovação do seu conteúdo, que pode ou não ser ressignificado e seguir adiante.

A ideia de meme enquanto linguagem está implicada na experiência de autoria on-line e reconfiguração de conteúdos que cada usuário pode desempenhar em um ambiente digital. Por isso, nem sempre a produção está ligada a um padrão de qualidade gráfica ou ao seu formato, mas simplesmente a representação das experiências do autor ou do grupo ao qual está ligado. Por isso, Knobel e Lankshear (2019) afirmam que os memes representam um conjunto de experiências que os usuários de mídias sociais “vivenciam”. Para que se compreenda seus significados é preciso que sejam lidos social e culturalmente, o que exige uma ação de letramento digital (FERRAZ, 2019).

Os memes aparentemente se destinam ao entretenimento. Mas, para além disso, têm se notabilizado como formatos de debate público e discussão política, repercussão de acontecimentos, comportamentos e tendências culturais, modos de ensinar e aprender, modos de produzir e compartilhar informação. É por isso, que no caso deste estudo, nos concentramos em analisar memes sobre vacinas, como um tipo de linguagem que se articula a determinados modos de produzir e compartilhar ciência por meio de elementos lúdicos e efêmeros. É fato que a produção de conhecimento é um arcabouço do sistema social. Portanto, é importante destacar que, a partir dessa rede de compartilhamentos de memes,

“o público precisa compreender que às vezes a ciência funciona não por causa de, mas apesar dos indivíduos envolvidos no processo de produção e disseminação do conhecimento” (DURAN, 2005, p. 25).

Entendemos que os memes representam uma opção de propagação de conteúdos reduzidos, pelo exercício de síntese ou substituição de frases e mensagens, seus gêneros e formatos conseguem se encaixar ao longo do cotidiano. Na esfera do cotidiano conectado em rede, o consumo efêmero de informações sintetizado e mediado por diferentes características permite que os memes se espalhem com intensidade e alcancem um amplo e diversificado público por meio de experiências de humor e ludicidade.

Bergson (2004) destaca a função pedagógica do humor. Para ele, o riso é um fenômeno social que serve para punir comportamentos desviantes e pressionar seus responsáveis a retomar os padrões socialmente aceitos. Isso ajuda a explicar como a profusão de memes, sobre diferentes temas, podem atuar a partir da ação de popularização de informações, mesmo que pela ironia e pela brincadeira ligada às narrativas persuasivas e críticas em múltiplas situações do nosso cotidiano.

É preciso considerar a função social e pedagógica do riso. Por isso, Bergson (2004) destaca três observações sobre o riso e o lugar do cômico. A primeira é que não há comicidade fora do que é propriamente humano. A segunda é a insensibilidade que acompanha o riso, aquilo que anestesia o coração. Desprovido de emoções e voltado para inteligência, o riso vira deboche, é arma de resistência, mas também mecanismo de desqualificação de pessoas ou acontecimentos. A terceira é que o riso se refere e exige a cumplicidade grupal. O riso é sempre riso de um grupo. Não desfrutaríamos do cômico se nos sentíssemos isolados. O riso precisa de eco. Tais observações indicam que o riso é pedagógico, se desenvolve e modula ações e comportamentos sociais a partir de uma contextualização do fenômeno em questão.

Os memes são lugares essenciais do cômico. Rir ou fazer rir com os outros e sobre os outros é deliberadamente astucioso, é uma forma zombeteira de manifestar insatisfações, repudiar uma situação de abuso de poder, as opressões, normas sociais inadequadas, desvios de toda ordem. Nesse sentido, a ironia, o deboche e o escracho, comum aos memes, se estabelecem na estreita relação entre o riso e o espírito crítico. Não por acaso, o riso exige um deslocamento, a desnaturalização do olhar, o estranhamento, a perspicácia. Todos esses elementos são pedagogias

suscitadas e criadas com e pelo riso (ARAPIRACA, 2017). Presentes nos memes, essas pedagogias são marcas visíveis de como, pelo riso, construímos e difundimos nossos modos de ser nas sociedades fluídas das redes.

Segundo Oliveira (2020, p. 86) “a construção da linguagem dos memes faz com que o sujeito seja inserido em uma ambiência justaposta, onde o potencial imagético e semiótico pode ser aguçado e torna-se fundamental na construção dos sentidos”. Essa situação pode ocorrer, com um importante fator adicional que é a comunicação via mensagens compartilhadas, reproduzidas e ressignificadas de maneira instantânea (COUTO, 2020). Tudo isso a partir da autoria de cada usuário de uma rede, vinculada diretamente ao conteúdo ou relacionada a ela, que acontece devido às características do ambiente digital. É por isso que entendemos que a produção de sentidos com os memes causa deslocamentos da linguagem original para outros discursos secundários.

A integração e o modo como a linguagem dos memes nos ambientes digitais articulam e agrupam vozes discursivas pode ser observada sob a ótica da multimodalidade, termo derivado da psicologia e ampliado por estudiosos da linguagem para designar o uso integrado de diferentes recursos semióticos em eventos comunicativos. Assim, a produção de diferentes tipologias de memes tem representado modos de expressão de variados grupos na internet, por meio de narrativas, sentidos e subjetividades (OLIVEIRA; PORTO; SANTOS, 2022).

Um meme pode ser, portanto, uma estrutura replicada pela linguagem digital, em um processo de ressignificação pela autoria de cada sujeito, implicada em conteúdos propagados pela internet. Este tipo de linguagem tem integrado as nossas experiências culturais e os modos de dizer na comunicação on-line, a partir de múltiplos campos de experiência, ou setores de produção de conteúdo, como a publicidade, o jornalismo, a produção musical, etc.

É a partir dessas abordagens que, a seguir, analisamos um conjunto de memes ligados à campanhas de vacinação no Brasil. Uma vez que a linguagem dos memes na internet tem alcançado diferentes públicos e interlocutores por meio das práticas de compartilhamentos e disseminação em variadas mídias, diferentes redes sociais digitais e grupos em aplicativos, como no de WhatsApp. Portanto as campanhas de vacinação com memes se notabilizaram como modo de mediação e de construção de narrativas e experimentações coletivas dos sujeitos por meio de discursos de persuasão, ou até mesmo contra discursos e combate à desinformação.

Metodologia da pesquisa

Na construção desta pesquisa planejamos diferentes etapas, que foram suscitadas a partir da observação direta do debate público estabelecido mediante as controvérsias em torno da produção e testes das vacinas contra a Covid-19. Deste modo, esta investigação se deu mediante uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e analítico (CRESWELL, 2011; STRAUSS; CORBIN, 2008) e a técnica de coleta e análise dos dados foi a da análise de conteúdo (BARDIN, 2015; MORAES; GALIAZZI, 2013; FRANCO, 2020).

Como os memes compõem uma ambiência dinâmica, efêmera e com produção de informação veloz e constante, para efeito desta proposta levamos em consideração apenas posts relacionados a fatos e questões científicas colocadas em evidência nas campanhas de vacinação contra Covid-19 no Brasil. Ou seja, que exemplificam a sociomaterialidade do objeto, mediante as subjetividades e rastros inerentes à temática aqui discutida.

É importante destacar que as etapas da análise de conteúdo, propostas por Bardin, (2015) permitiram estabelecer um exame detalhado, decompondo cada meme e suas coleções em partes constituintes e distinguindo as singularidades em diversas formas. Assim, a descrição e análise, adiante, foram realizadas por entendermos as peças como fragmentos de ações de divulgação científica, que nem sempre são intencionais, mas que mobilizam enunciados e a unidades de informação que exigem um exercício de leitura, bem como de tradução de seus significados que permitem um debate sobre ciência, por meio de sua representação e correlação dos fatos.

Deste modo, o presente objeto de estudo não foi investigado com a finalidade específica de analisar comparativamente experiências de divulgação científica, mas de evidenciar que as coleções de memes nas campanhas oficiais de vacinação de órgãos e entidades de Saúde pública podem impactar a aprendizagem social sobre vacina, os regimes de crenças e a produção de sentidos e significados das pessoas, ao passo que os memes simplificam a comunicação de ciências e a propagação de informações

Segundo Oliveira (2020), além de produzir sentidos, subjetividades e afetar os regimes de crenças dos sujeitos no debate público sobre determinados temas, os memes constroem experiências de aprendizagem. Assim, puderam em

algumas situações potencializar as campanhas de vacinação por meio de um tipo peculiar de linguagem que é inerente ao contexto contemporâneo da cultura digital e que está presente no cotidiano dos sujeitos.

Neste exercício foi possível observar como essas produções atuaram para informar, produzir narrativas, promover e divulgar a ciência para a população. Deste modo, os memes selecionados a partir da observação direta do debate público nas campanhas de vacinação no Brasil foram coletados a partir da análise e levantamento dos perfis de secretarias municipais de saúde e órgãos de gestão da saúde pública no Brasil.

Inicialmente coletamos um corpus de 16 diferentes coleções de memes, com grande difusão e impacto no debate público das redes sociais no primeiro semestre de 2021. No entanto, a análise de conteúdo ajudou a elucidar a análise de quatro coleções de memes diretamente associadas às principais controvérsias em torno das vacinas. Os critérios para a análise dos memes e dos respectivos perfis dos órgãos no Instagram Brasil para a pesquisa se concentraram nos seguintes indicadores: a) tipo do conteúdo sobre vacina, relacionado à linguagem dos memes; b) periodicidade de atualização dos perfis e replicação de memes; c) interatividade articulada pelo tipo de meme; d) intencionalidade comunicativa da campanha.

A análise de conteúdo teve como propósito evidenciar quais pedagogias e situações de aprendizagem as coleções de memes possibilitaram nas campanhas de vacinação. Compreendemos, para esta análise, que os memes podem promover um deslocamento da linguagem e da ação da divulgação científica devido à incorporação de elementos lúdicos e estéticos, implícito às práticas culturais contemporâneas. Tais aspectos possibilitam o engajamento e interatividade por meio da autoria individual e colaborativa, em que qualquer sujeito pode se apropriar e integrar a produção de sentidos e não apenas consumi-los, mas também produzir a própria versão, ao passo que pode se apropriar dos discursos e das informações.

Durante a campanha de vacinação, os memes referentes às vacinas se tornaram uma forma mais leve e com uma linguagem própria dentro do contexto pandêmico. Por isso, a seguir evidenciaremos, por meio de memes coletados nos perfis da Prefeitura municipal de São Cristóvão - SE, Prefeitura de Juiz de Fora - MG, Governo do estado de São Paulo e Prefeitura de Patos de Minas - MG, como estes artefatos discursivos materializaram uma experiência pedagógica que mobilizou o corpus empírico da observação, coleta e análise nesta pesquisa.

Assim, como veremos a seguir, cada modo de representação possui uma função particular no ato de exibir, interagir e organizar os signos e os elementos empregados, seja em qual formato for. Estas características interferem e mediam os efeitos de sentido pretendidos e as composições estéticas de algumas narrativas. Os memes analisados enquanto objetos de pesquisa possuem um caráter persuasivo, uma vez que tensionam narrativas sobre vacinas, incorporados às intencionalidades pedagógicas das campanhas de vacinação e sua tentativa de produzir efeito sobre a população.

Memes e narrativas sobre vacinas: resultados e análises

As campanhas de vacinação pelo Brasil materializaram um esforço persuasivo durante a Pandemia da Covid-19 para conscientizar e popularizar informações sobre a produção de vacinas, bem como alertar sobre sua importância social. Destacamos que as campanhas de vacinação têm como objetivo a conscientização de pessoas ou grupo de pessoas para a erradicação de uma ou mais doenças que assolam uma determinada região, ou a fim simplesmente de preservar uma erradicação já obtida.

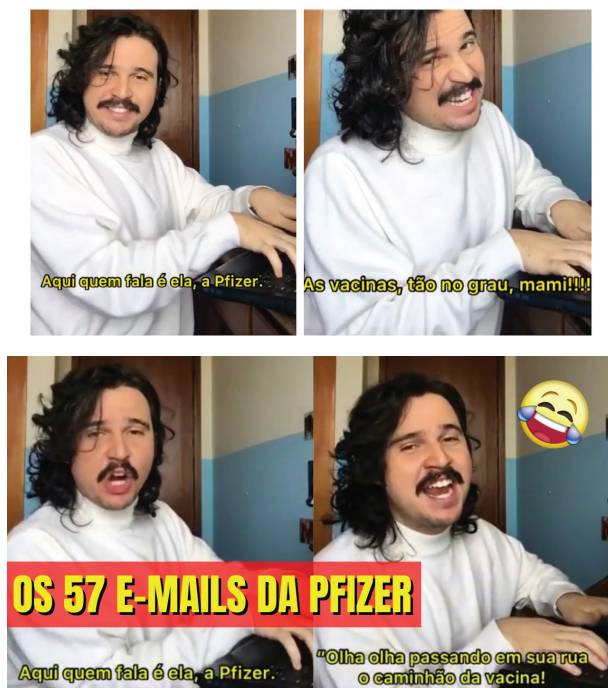
57

Portanto, os memes desempenharam um papel importante ao serem apropriados como dispositivo pedagógico e de propagação de informações oficiais, como evidenciaremos a seguir. Algumas narrativas com memes produziram pedagogias e mediaram o debate público, ao passo que incorporaram peças publicitárias nas campanhas oficiais de órgãos de gestão da saúde pública pelo país. Isso se deu porque os memes passaram a incorporar o vocabulário das pessoas, como também a mediar as crenças e as ideologias de muitos sujeitos, mesmo que na produção de um contradiscurso ao negacionismo e às narrativas anticidência em formatos reduzidos em rede.

A Imagem 1 trata-se de recortes derivados de um vídeo produzido e publicado pelo ator e humorista Rafael Chalub, conhecido como Esse Menino (@essemnino). O vídeo ironizava a notícia de que o Governo Federal brasileiro não estava respondendo os e-mails da Farmacêutica Pfizer, produtora de vacinas, o que gerou indignação popular. Por meio da sátira do diálogo imaginário entre a farmacêutica e o presidente Jair Bolsonaro, o ator estabelece uma perspectiva crítica, se apropriando de humor e sarcasmo ao representar o fato e a rejeição às vacinas que marcou controvérsias no debate público nos primeiros meses de 2021.

A popularização do vídeo e suas frases como “*aqui é ela, a pi-fãizer*”, “*tá passada?*” e “*beijinhos científicos*” foram reapropriadas em diferentes memes que passaram a incorporar a comunicação em rede e o diálogo das pessoas, ao passo que repercutiam os fatos ligados à construção da narrativa.

Imagem 1: Coleção de memes Pfizer @esemenino



Fonte: Google imagens: Acesso em 22 jan. 2022.

Ao analisar os sentidos e significados deste meme podemos perceber que os processos de representação estética foram replicados por meio de uma paródia na linguagem multimodal. Esta característica realiza um processo conceitual simbólico peculiar, pois quem o produz e replica em rede associa a valores estéticos que se relacionam ao modo como o interlocutor pode traduzir a mensagem proposta. Isso passa a fazer sentido pela conexão entre a comicidade e a narrativa em questão, que se liga a questões sociais e políticas. Não obstante, as frases ditas pelo ator no vídeo passaram a ser incorporadas em outras situações, especialmente como sátira para a produção de discursos contra a atuação do Presidente Jair Bolsonaro e do Governo Federal do Brasil na campanha nacional de vacinação.

A Imagem 2 mostra como as frases utilizadas em contexto original explícito na imagem 1 foram reapropriadas pela comunicação oficial da campanha de vacinação no município sergipano de São Cristóvão. Deste modo, o meme deixa de ser apenas uma brincadeira on-line, no campo do humor e do riso, e passa a desempenhar uma

função pedagógica na comunicação institucional com o propósito de conscientizar as pessoas quanto à relevância da vacinação contra Covid-19.

Imagem 2: Memes apropriados em campanha de vacinação



Fonte: Conta oficial no Instagram da Prefeitura de São Cristóvão. Captura de tela: 19 dez. 2021.

Ao produzir um exercício de enunciar, por meio de um meme, a prática de persuasão passa a se estabelecer a partir do que é reapropriado pelo humor e pela comicidade. Sem perder sua função comunicacional e se associando a “função pedagógica do riso” (BERGSON; 2004), estabelecendo uma comunicação multimodal. O meme em questão passou a produzir relevância e efeito de sentido em nosso modelo de comunicação em rede, uma vez que denunciava e criticava comportamentos desviantes em relação à adoção da vacina.

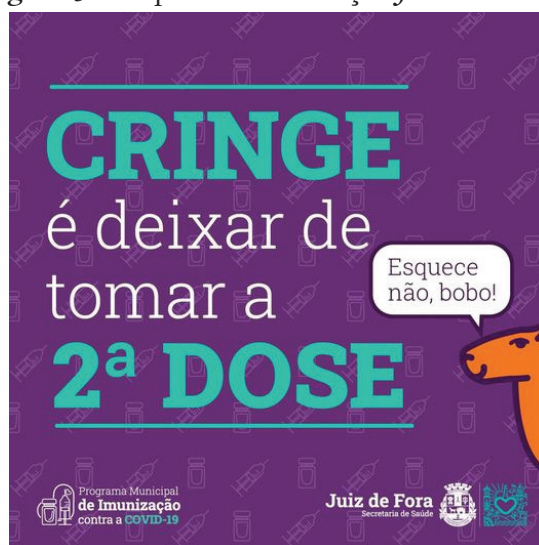
De acordo com Chagas e demais autores (2017), os memes de internet podem desempenhar uma função persuasiva na expectativa de angariar simpatizantes a uma determinada corrente ideológica, estimular ações populares coletivamente performadas no ecossistema digital flexível e interativo, ou ainda favorecer um processo regular de sociabilização com o debate público. Essa compreensão pode auxiliar no reconhecimento de que os memes que circulam por diferentes ambientes on-line podem produzir sentidos, subjetividades e singularidades a respeito de questões que influenciam diretamente nossas práticas habituais e fluxos comunicacionais.

Deste modo, os memes da Imagem 2 servem, também, para desconstruir narrativas de negação das vacinas, comportamentos de escolha e seleção do melhor imunizante, dúvida em relação a comorbidades, que foram controvérsias replicadas por memes no debate público. Bentes (2016) destaca que os memes, em algumas situações, potencializam a desinformação e o regime de crença de diferentes grupos quanto à inteligência popular, o humor e a ironia. Os regimes de pós-verdade produzem mais do que fatos e informações, trabalham com os regimes de crença, visões de mundo, preconceitos e sentimentos. Se antes o propósito da mentira era criar uma falsa visão do mundo, agora trata-se de reforçar opiniões, preconceitos e sentimentos, além de não apresentar ou analisar fatos.

Embora possam parecer elementos triviais e leigos, podem refletir estruturas culturais, sociais e psicológicas significativas em nosso cotidiano, criticam a cultura e a política, divulgam saberes de muitas ordens, contribuem para inovar e popularizar ideias e comportamentos ciberculturais (OLIVEIRA; COUTO; PORTO, 2021).

Assim, a Imagem 3 apresenta um meme desenvolvido pela campanha de vacinação do município de Juiz de Fora-MG para aumentar a adesão de jovens à vacinação. Além de elementos iconográficos que possuem ironia, como a representação de uma anta, o meme também estabelece suas representações com gírias e expressões coloquiais características de determinadas faixas etárias ao tratar com cringe o jovem que deixa de se vacinar ou tomar a segunda dose do imunizante.

Imagem 3: campanha de vacinação Juiz de Fora-MG



Fonte: Perfil oficial do Instagram Prefeitura de Juiz de Fora-SE. Captura de tela: julho. 2022

Percebemos na Imagem 3 que o meme relativiza e sintetiza o debate público sobre diversas questões inerentes à pandemia, como o fato de associar a campanha de vacinação às expressões que são populares no vocabulário jovem. O meme estabelece um exercício crítico pela ação de interpretação. Vale destacar que *cringe* é uma gíria adaptada do inglês para designar alguém que é visto como brega, vergonhoso, ultrapassado e fora de moda, ou para se referir a situações desconfortáveis e constrangedoras.

Portanto, de acordo com o meme produzido e replicado pela Secretaria municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG, ao não tomar as doses da vacina contra Covid-19 o indivíduo automaticamente se tornaria ultrapassado e fora de moda. Deste modo, com diferentes elementos discursivos, o meme produz um discurso persuasivo voltado ao público jovem e demanda compreensão de determinadas expressões para a apropriação e entendimento de seus sentidos.

Os modos de dizer, as performances, as cores, o formato e a semântica passam a exercer uma função representacional em rede, que também exercem um exercício crítico ao contra discurso de negação das vacinas estabelecidas pela opinião pública. A linguagem dos memes permite que autores de textos visuais descrevam as experiências entre a intencionalidade e a representação, por meio de processos que se realizam de forma narrativa com diferentes símbolos.

O humor ligado às singularidades estimula e acelera o processo de reprodução dos memes por meio das informações contidas nos signos, nas cores e na iconografia. É assim que as narrativas mobilizam um quantitativo significativo de pessoas que são tensionadas pelos discursos e pelos significados que, de algum modo, correlacionam-se com seus regimes de crenças (OLIVEIRA, 2020).

A partir dessas interpretações, observamos que os memes apresentados na imagem 4 que foram produzidos e utilizados pela campanha oficial de vacinação do Governo do estado de São Paulo, o estado mais populoso do Brasil, evidenciam a construção de uma narrativa persuasiva para a adesão de crianças à vacinação. A coleção de memes, tem como personagem central da narrativa a Galinha Pintadinha, que originalmente é um projeto infanto juvenil em formato audiovisual veiculado em plataforma de vídeo e *streaming*, mas também popular em diferentes produtos e suportes.

O uso da personagem Galinha Pintadinha nos memes da campanha de vacinação da saúde pública de São Paulo se apropria da multimodalidade para veicular uma estratégia persuasiva e de inserção em um contexto discursivo próprio do público infantil. A multimodalidade está ligada, neste caso, ao uso de uma linguagem quase universal através de sua comunicação não verbal, de fácil compreensão, lúdica e popular para o segmento de público em questão. No entanto, para compreender os memes sobre a Galinha Pintadinha e sua turma é preciso estar atento à linguagem e aos elementos inseridos nesses imaginários.

Imagem 4: Governo do Estado de São Paulo



Fonte: Conta oficial do Instagram do Governo do estado de São Paulo. Captura de tela: jan. 2022

Estes memes, ao construírem uma brincadeira digital por meio de elementos de linguagem que permitem a comicidade, o humor, a ludicidade e o riso, criam uma outra experiência de divulgação científica. Um aspecto interessante deste processo comunicativo é o do riso que cria um distanciamento que propõe situações de aprendizagem. Segundo Bergson (2004), isso acontece porque os objetos sem vida são inerentemente reversíveis, podem ser repetidos indefinidamente e suas partes são intercambiáveis. Não existem emoções no universo das coisas. Portanto, quando nossa imaginação consegue transferir a necessidade da imunização pela vacina para o âmbito das coisas, a ameaça é anulada e torna-se risível. Mesmo que momentaneamente. Assim, o riso tem o poder pedagógico de suspender o medo e aliviar a tensão.

Não obstante, embora não possibilitem de imediato o riso, os memes da Imagem 5, replicados pela Prefeitura de Patos de Minas-MG, se apropriam de elementos da cultura pop, do cinema e da televisão para estabelecer o processo comunicativo por meio de um exercício de intertextualidade. Além da representação com imagens, também utilizam expressões que são populares nas respectivas produções.

A primeira imagem traz uma mensagem tensionada a partir da série Round 6, popular em 2021 em uma plataforma de *streaming*. A segunda imagem apresenta uma narrativa com elementos simbólicos e estéticos do seriado *Power Rangers* (uma franquia americana de entretenimento construída em torno de uma série de televisão em *live-action* de super-heróis), popular na televisão brasileira nos anos 1990.

Imagem 5: Campanha oficial de vacinação com memes por prefeituras



Fonte: Instagram da Prefeitura de Patos de Minas- MG. Captura de tela: fev. 2022.

Nas representações narrativas construídas por meio desta coleção de memes podemos encontrar processos de ação, de reação, mentais e verbais, materializadas por elementos estéticos, em diferentes situações. No primeiro, ao evidenciar associar uma estratégia de punição aos que não tomarem a vacina e, no segundo, ao associar os tipos de vacina disponíveis à saga de super heróis. Ou seja, narrativas que associam vacinas a comportamentos de personagens da cultura pop. Sejam como heroínas ou pela punição a quem não buscar o imunizante.

É importante ressaltar que as funções que realizam os significados representacionais, interativos e composicionais por meio dos memes, como estes, ocorrem simultaneamente, da mesma forma que oferecem os significados verbais, orais e escritos. Assim, para fazer a leitura destes memes é preciso se associar ao contexto cultural e social em que seus elementos estéticos se originam.

Contudo, as atitudes e gestos humanos são risíveis na medida em que nos fazem pensar o humano como um elemento mecânico, no qual compreenderíamos em detalhes as formas, aplicações e ciclos (BERGSON; 2004). Portanto, o efeito cômico estabelecido nas campanhas oficiais de vacinação, com o intermédio de memes da internet, surge dessas circularidades e repetições que a vida social por vezes assume, uma continuidade das ações humanas que sugere a imperfeição e a distração do ato individual ou coletivo numa espécie de ruído, feito de ser intruso ao meio e ao tempo

Considerações finais

Apesar da visibilidade que temas ligados à esta pesquisa conquistaram em meio à pandemia é fato que a divulgação científica e a popularização de informações sobre ciência ainda enfrenta muitas dificuldades no Brasil. Um dos aspectos mais tensos foi o processo de vacinação. Como o processo de vacinação ainda era visto como algo perigoso à vida das pessoas, o movimento “antivacina” cresceu e, com ele, a redução de pessoas vacinadas após a primeira dose. Logo, percebemos o quanto é importante divulgar ciência e, também, como os memes exerceram um papel importante neste cenário. Pois, por meio deste tipo de comunicação, conseguimos fazer chegar a um maior número de pessoas informações e conhecimento que elas próprias, por intermédio de suas realidades locais e de seus fluxos pessoais, vão utilizar e aplicar.

A capacidade de ensinar e aprender com os memes pode até ser limitada em sua profundidade, mas é inquestionável em termos de eficácia. Rir da nossa própria tragédia, sintetizar informações complexas em narrativas curtas, representar intencionalidades e modos de dizer e expressar-se em rede, integraram a função pedagógica desta linguagem durante a Pandemia. Desse modo, os memes fizeram parte da campanha de vacinação em muitas cidades brasileiras, conectando-nos, reforçando o nosso senso de comunidade, construindo momentos de comicidade, pressionando sujeitos a adotar comportamentos e produzindo formas de ensinar e aprender em rede.

A partir do objetivo deste trabalho podemos concluir que os memes, enquanto experiências compartilhadas de sentidos, possibilitaram a construção de um modelo peculiar de comunicação e divulgação científica. Isso por meio de estratégias persuasivas e cômicas, na medida em que tencionaram e mobilizaram o debate público, sintetizando e resumindo informações ao serem inseridos no contexto discursivo e narrativo das pessoas.

O *corpus* empírico utilizado nesta análise permitiu identificar, avaliar e evidenciar os usos de memes com funções pedagógicas nas campanhas de vacinação, por órgãos e entidades ligadas à saúde pública no Brasil. Além disso, foi possível exemplificar por meio de recortes, como as principais características destes artefatos tensionam o debate público com o objetivo de mobilizar a vacinação em diferentes faixas etárias, produzir conscientização e conhecimento sobre a produção de vacinas, descredibilizar e rebater informações enganosas.

Diante das principais conclusões obtidas com este trabalho foi possível perceber que os memes, além de promover situações de aprendizagem, também produziram um contradiscurso ao negacionismo científico e à desconfiança sobre o processo de vacinação. Deste modo, concluímos que, embora relativize e simplifique a mensagem, os memes se notabilizam justamente por se inserem facilmente no imaginário e no regime de crenças das pessoas, pela semântica, pela ludicidade e pelo riso.

As descobertas com a pesquisa não configuram o foco total das discussões deste tema. Entretanto, demonstram de que formas a linguagem dos meme, em ampla difusão em nosso tempo, tem desempenhado um papel específico na construção dos sistemas simbólicos, ao articular os objetos da comunicação e a vida cotidiana dos atores sociais na cultura contemporânea em rede.

Nossa pesquisa aponta que a produção de narrativas, mediadas pela linguagem de memes, têm efeitos positivos: o despertar da comunidade científica para a importância da comunicação com a sociedade, além da necessidade de uma autocrítica e reflexão sobre para quem e porquê se faz ciência; usos dos memes como estratégias para desmontar argumentos anti-ciência, dentre outros. Inúmeros são os efeitos negativos da produção de discursos anti-ciência e de negação a fatos científicos; tratamentos preventivos ineficazes, efeito manada, acentuação da polarização política, rechaço aos dados científicos e aos cientistas, xenofobia e fatos científicos questionados. Esses aspectos negativos, de variadas maneiras, foram combatidos por meio dessas coleções de memes com ciência e efeitos pedagógicos. Essa é mais uma função pedagógica dos usos de memes nas sociedades ciberculturais.

Referências

- ARAPIRACA, M. **Riso e educação**. Prólogo de uma paideia. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENTES, I. A memética e a era da pós-verdade, 2016. **Revista Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-memetica-e-a-era-da-pos-verdade>. Acesso em 22/07/2022.
- CRESWELL, J. W. **Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research** (4th ed.). Lincoln, NE: Pearson; University of Nebraska Press, 2011.
- CHAGAS, V. **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- COUTO, E. S. Pedagogias das conexões. Produções de conteúdos e redes de compartilhamento. In SALES, M. V. S. (org.) **Tecnologias digitais, redes e educação: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 57-78.
- DAWKINS, R. **The Selfish Gene**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- EXTRA. Coronavírus: Brasileiros postam mais memes do que mensagens de medo na web. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/coronavirus-brasileiros-postam-mais-memes-do-que-mensagens-de-medo-na-web-24278071.html>. Acesso em 25/04/2023.
- FERRAZ, Obdália (org.) **Educação, (multi)letramentos e tecnologias**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- MYRICK, Jessica Gall. **Consuming Memes During the COVID Pandemic: Effects of Memes and Meme Type on COVID-Related Stress and Coping Efficacy**. *Psychology of Popular Media*. <https://doi.org/10.1037/ppm0000371>.
- OLIVEIRA, K. E; PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (Org.). **Memes e Educação na Cibercultura**. Ilhéus: Editus, 2022.
- OLIVEIRA, K. E. DE J.; COUTO, E. S; PORTO, Cristiane. “Não sou obrigado a ser Cult: o museu de memes enquanto espaço de Educação, Inovação e divulgação científica. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 64, p. 210-225, 19 nov. 2021.
- OLIVEIRA, K. **A ciência dos memes e os memes da ciência: educação e divulgação científica na Cultura digital** (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Tiradentes: Aracaju, 2020.
- SHIFMAN, L. **Memes in a Digital Culture**. Cambridge, MA: The MITpress, 2013.

A educação popular como contraponto das políticas neoliberais para educação

Ricardo Santos de Almeida¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1266-2557>

Emerson Rodrigues Bezerra²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2209-7563>

Franciele dos Santos Fausto³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3598-3436>

¹ Doutorado: Educação pela UI (2022) reconhecido pela UNIVALI (2022). Doutorando em Geografia na UFSM. Mestrado: Geografia pela UFS (2016). Especializações: Cartografia e Sensoriamento Remoto pela FAMEESP (2022); Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - com Ênfase em Didática pelo IFRN (2020), Geografia Humana e Econômica pela UNINTER (2019), Administração Pública pela UCAM (2016); Geografia e Meio Ambiente pela UCAM (2014); Educação do Campo pela UCAM (2013); Formação para a Docência do Ensino Superior (2011). Graduações: Pedagogia pela UNINTER (2018), Geografia Licenciatura pela UFAL (2014), Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela FAA (2009). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955679764505968>.

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão (2019). Participou como colaborador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID/MEC/CAPES) (2017 - 2018). Participou como colaborador no projeto de extensão “Observatório das Escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas.” (2016 - 2017). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6189580669285782>.

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão. Participou do Programa Institucional de Bolsas em Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) no período de 2017/2018. Participa do grupo de estudos em Educação do/no Campo, no qual se encontra desde 2016. Realiza pesquisa em Educação do/no Campo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5590070029474642>.

Resumo: A educação tem sido um elemento de muitas discussões, principalmente enquanto dimensão importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sabe-se que os desafios são muitos e que é necessário problematizar determinadas formas de como ela, a educação, se apresenta, e quais as suas intencionalidades. Nesse sentido, este trabalho busca revisitar alguns pensamentos que influenciaram os contextos educacionais de alguns momentos históricos da sociedade, todavia, com um olhar mais centrado nos desafios e perspectivas da Educação Popular para/na contemporaneidade. Enquanto metodologia, foi utilizada a revisão bibliográfica acerca das discussões sobre Educação, Sociedade e Educação Popular, a partir das contribuições da sociologia da educação com Durkheim (2009), e outras reflexões feitas por estudiosos da área da Educação como Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), entre outros. Como resultados, percebemos que são muitos os desafios da Educação Popular. No entanto, destaca-se a perspectiva neoliberal de sociedade enquanto uma realidade muito fluente nos dias atuais, visto que, compromete uma educação de qualidade e demonstra aversão a uma prática educativa que defenda a pauta da prática social.

Palavras-chave: Educação. Educação Popular. Neoliberalismo

Popular education as a counterpoint to neoliberal policies for education

Abstract: Education has been an element of many discussions, especially as an important dimension for the development of any society. It is known that the challenges are many and that it is necessary to problematize certain forms of how it, the education, presents itself, and what its intentions. In this sense, this work seeks to revisit some thoughts that influenced the educational contexts of some historical moments of society, however, with a more focused look at the challenges and perspectives of Popular Education in contemporary times. As a methodology, the bibliographical review on the discussions about Education, Society and Popular Education was used, based on the contributions of the sociology of education with Durkheim (2009), and other reflections made by scholars in the area of Education as Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), among others. As results, we realize that there are many challenges of Popular Education. However, the neoliberal perspective of society stands out as a very fluent reality today, since it compromises quality education and demonstrates aversion to an educational practice that defends the agenda of social practice.

70

Keywords: Education. Popular Education. Neoliberalism

Educación popular como contrapunto a las políticas neoliberales para la educación.

Resumen: La educación ha sido un elemento de muchas discusiones, principalmente como una dimensión importante para el desarrollo de cualquier sociedad. Se sabe que los desafíos son muchos y que es necesario problematizar ciertas formas de cómo educar y cuáles son sus intenciones. En ese sentido, este trabajo busca visitar algunos pensamientos que influyeron en los contextos educativos de algunos momentos históricos de la sociedad, sin embargo, con una mirada más centrada en los desafíos y perspectivas de la Educación Popular para/en la contemporaneidad. Se utilizó como metodología una revisión bibliográfica sobre las discusiones sobre Educación, Sociedad y Educación Popular, a partir de los aportes de la sociología de la educación con Durkheim (2009), y otras reflexiones realizadas por estudiosos del campo de la Educación como Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), entre otros. Como resultado, nos damos cuenta de que hay muchos desafíos para la Educación Popular. Sin embargo, la perspectiva neoliberal de la sociedad se destaca como una realidad muy fluida en la actualidad, ya que compromete la calidad de la educación y demuestra aversión a una práctica educativa que defiende la agenda de la práctica social.

Palabras Clave: Educación. Educación Popular. Neoliberalismo.

Introdução

Se existe um desafio que precisa ser travado nos dias atuais, chama-se Educação. Nota-se que os contextos de negação de direitos e os planos neoliberais para a sociedade tem apresentado muitas propostas tendenciosas, a exemplo, uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho, concretizada a partir da reformulação de diretrizes e planos desenhados sob o discurso de “Educação para Todos” e direcionados para a Educação Nacional.

É nesse contexto que esse trabalho se torna relevante na medida em que propõe a reflexão sobre os desafios e perspectivas para a Educação e Educação Popular na contemporaneidade, entendendo quais são os mecanismos que precisam ser enfrentados para a efetivação de uma educação de qualidade e formação humana como aponta Tonet (2006).

Como elemento de análise aborda-se alguns pensamentos que influenciaram os modos de se pensar educação, problematizando de que forma ela vem sendo constituída até os dias atuais. Para subsidiar a discussão, as contribuições de autores como Durkheim (2009), Gadotti (2000), Brandão (1985), Freire (1987), entre outros, se farão pertinentes para uma breve contextualização das trajetórias epistemológicas do pensamento educacional, como é proposto no primeiro momento deste trabalho.

Em seguida, discute-se a educação enquanto política pública social, apontando como desafio a perspectiva neoliberal de sociedade e seus desdobramentos para Educação de forma geral e principalmente a para a Educação Popular, embora não estatizada, mas fomentada no seio educacional, enquanto prática social, visto que o pensamento neoliberal elabora um ideário de educação pautada apenas no trabalho dissociado de causas sociais, culturais, políticas, entre outras, o que justifica a elisão da educação popular. Autores como Saviani (1986), Azevedo (1997), Cerqueira (2008) e outros, farão parte dessa discussão.

Para inteirar as reflexões aqui propostas, apresenta-se a Educação Popular como o reflexo das novas dimensões educacionais, apontando o contexto histórico em que se constituiu, bem como suas finalidades e desafios enfrentados. Pretende-se nessa discussão problematizar quais os pensamentos que influenciaram a Educação Popular e refletir sobre sua importância para o contexto atual. Desse modo, pensadores como Freire (1987), Graciani (1999), Brandão e Fagundes (2016) serão consultados para esse estudo.

Nesse sentido, espera-se que o/a leitor/a revise alguns pensamentos que marcaram as perspectivas educacionais de determinados momentos históricos e que a partir disso reflita sobre quais epistemologias a Educação Popular está pautada. Indo além, é necessário que os sujeitos que pensam educação comprometam-se em entender as dinâmicas que influenciam a as formas de se fazer educação, compreendendo a educação popular como aliada as questões pertinentes aos diversos processos educativos e compromissada com e para o povo em formação e transformação social.

Trajetórias epistemológicas: diferentes perspectivas de educação

Sabe-se que a relação educação e sociedade é um campo de tensões e reflexões até os dias atuais. De acordo com Durkheim (2009) é necessário considerar que esses dois aspectos se tornaram de grande relevância para entender a dinâmica de constantes transformações sofridas nos âmbitos políticos, culturais, sociais e educacionais da sociedade, as quais Gadotti (2000, p. 3) aponta como um período de “crise de concepções e paradigmas”

É sob a ótica dessa inter-relação, educação e sociedade, e também sob a perspectiva de crise de ideias e percepções, que busca-se compreender em que medida esses elementos influenciam nos campos conceituais e paradigmáticos da própria educação, tendo em vista que a atualidade enquanto enfoque espaço-tempo é marcada por aceleradas inovações tecnológicas e ideológicas, influenciando consequentemente no âmbito educacional (DURKHEIM, 2009).

Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre as perspectivas educacionais atuais, a começar pelos contextos sociais, políticos e históricos, os quais permitiram novas configurações no entendimento de educação. Esse exercício nos possibilita elaborar uma visão panorâmica das novas abordagens no campo da educação e nos leva a perceber o quanto este entendimento está articulado com as demandas da sociedade, a qual, de acordo com Gadotti (2000, p. 3) “É um momento novo e rico de possibilidades”. Assim, a provocação reflexiva nesse primeiro momento é necessária à medida em que ambos os fatores implicam na vida e na educação do homem, demandando o nosso olhar sensível sob essa interação e também nos fazendo participantes desse contínuo debate.

Neste seguimento, entende-se que a educação contemporânea ganha novos olhares na medida em que é influenciada por fatores externos, os quais podem ser compreendidos no âmbito da sociedade. A este fato, atribui-se a importância

de visitar alguns pensamentos que influenciam a educação tendo em vista uma análise sobre a atual e futura conjectura educacional, assumindo o compromisso de refletir sobre algumas posturas já adotadas, transformadas e reconfiguradas diante da educação constituída na atualidade.

É pertinente que fique compreendido que não existe um único modelo de educação, e que no decorrer da história muitas concepções ganharam espaço de debates sobre qual necessidade ou intencionalidade ela, a educação, deveria corresponder (BRANDÃO, 1985).

Gadotti (2000) ressalta que em meio à tanta perplexidade e crises de concepções é importante apontar algumas expectativas e perspectivas para uma educação do futuro, pois, na medida em que essas crises nos alcançam, a imobilidade intelectual seria na ótica dele um ato de covardia. Por este motivo, refletir sobre as práticas e as novas teorias educacionais dariam subsídio para as próximas gerações apontando caminhos para efetivar uma educação que contribua para o desenvolvimento do homem em seus diferentes aspectos, possibilitando também um olhar crítico diante dessas constantes mudanças.

Cortella (2009) nos diz que a educação tem como fatores constituintes a presença do homem em harmonia com conhecimentos, habilidades e avanços. Em alguns percursos históricos, a efetivação da educação era atrelada à perspectiva de domínio social de alguns sujeitos em detrimento de outros, a qual apenas uma pequena parcela da sociedade tinha direito à educação. Esta afirmação caracteriza de forma geral a perspectiva de educação tradicional, a qual visava logo de início a educação de uma minoria constituída pela burguesia, somente esta, unicamente poderia ter o domínio e acesso ao conhecimento. Ou seja, por esse entendimento, a educação ainda era limitada e não era vista como possibilidade para todas as pessoas, os indivíduos em vulnerabilidade econômica e social eram vedados a tal modelo educacional.

Como já foi mencionado, a sociedade vive em constantes avanços no sistema global de informação e produção tecnológica independente de seu tempo histórico. Diante desses avanços, a educação instituída na sociedade de classes escravistas da Idade Antiga compreendida como educação tradicional sofreu mudanças significativas em relação aos dias de hoje embora possam ser notados alguns aspectos dessa vertente educacional nas atuais dimensões educacionais. Segundo Gadotti (2000, p. 4):

A educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual. Todavia,

o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico (GADOTTI, 2000, p. 4).

Na medida em que a educação tradicional vê o desenvolvimento do homem por uma lógica dissociada das relações sociais, por se tratar de uma educação para interesses de poucos, o vigente modelo de educação traz a discussão para o campo da contribuição das esferas sociais, políticas e ideológicas na educação do indivíduo, promovendo profundos embates acerca desses aspectos enquanto influência para os modelos educacionais.

Uma mudança significativa e profunda durante essa transição foi a respeito da concepção de educação, a qual deixou de ser um aspecto relacionado à instrumentalização do saber e de certas limitações, assumindo uma postura de dimensões intangíveis visto que de acordo com Gadotti (2000, p. 4) “A educação, no século XX, tornou-se *permanente e social*”. Perante essa afirmação, pode-se constatar que há um modelo de educação com uma tendência mais voltada para o social, a qual visa o desenvolvimento dos indivíduos fundamentando-se no estudo das estruturas da sociedade, compreendendo assim um indivíduo capaz de entender a sua realidade singular e coletiva à partir das suas aprendizagens, sejam elas científicas, em forma de saberes aprendidos na escola ou aprendizagens cotidianas, que impulsionam uma postura reflexiva diante do seu entorno social (CORTELLA, 2009).

Assim outras expectativas são estabelecidas entre sociedade e educação, na medida em que as contribuições desta última se expandem em termos ideológicos e em contribuições teóricas sob a perspectiva de uma educação emancipadora do ser humano, segundo Freire (1999), e não mais como condição de uma pirâmide hierárquica, a qual envolve idade, saberes, relações de poder econômicos e culturais, entre outros mecanismos limites para uma educação que abarcasse as dimensões que constituem os indivíduos.

É importante salientar que, embora, existam alguns empasses sobre tais avanços na educação sob enfoque das dimensões conceituais, Gadotti (2000, p. 4) revela, que:

É verdade, existem ainda muitos desníveis entre regiões e países, entre o Norte e o Sul, entre países periféricos e hegemônicos, entre países globalizadores e globalizados. Entretanto, há ideias universalmente difundidas, entre elas a de que não há idade para se educar, de que a educação se estende pela vida e que ela não é neutra (GADOTTI, 2000, p. 4).

Desta forma, ainda que os processos de efetivação da educação sejam problematizados, é preciso atentar-se para alguns ganhos nos campos teóricos-conceituais que foram relevantes no encaminhamento de um novo olhar para a educação, visto que muitos avanços da educação enquanto ciência devem de forma significativa as novas percepções que ocorreram com o passar dos anos.

Diante desses avanços conceituais, a educação passou então a ser um dos aspectos mais discutidos até os dias de hoje, tanto pela sua importância na organização da sociedade e também pelos impactos que esta provoca nas relações do homem entre si e com o mundo. Assim, algumas formas estruturais começaram a ser pensadas para que a educação fosse ofertada de igual modo a todas as sociedades, surgindo então a construção de sistemas educacionais, os quais seriam responsáveis por monitorar e organizar as formas de como a educação está sendo efetivada para os indivíduos.

É nessa perspectiva que surge o modelo de uma educação internacionalizada, um sistema educacional fundamentado no objetivo de oferecer uma educação igual para todos. Segundo Gadotti (2000, p. 5) “[...] o fenômeno da globalização deu novo impulso à ideia de uma educação igual para todos, agora não como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum”. O órgão responsável por estruturar as ações da educação seria a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, a partir de então, assumiria a responsabilidade de deliberar as ações da educação para a sociedade, visto que, o entendimento de educação para todos era apenas uma forma de distribuição curricular, a qual eliminava todas as formas de reconhecimento das singularidades de cada sociedade que receberia tais deliberações do órgão.

As formas de organizar-se sobre uma base curricular comum igual para todos ganha mais espaço do que os próprios indivíduos que são sujeitos da educação, e para isso pode-se inferir que nesse modelo de educação, pouco se considerava algumas dimensões pertinentes às peculiaridades dos indivíduos, tais como, cultura, modelo econômico, situação social, entre outros. De acordo com Gadotti (2000, p. 5) “Como resultado, tem-se hoje uma grande uniformidade nos sistemas de ensino”. Não seria esta a intenção de transformar os sujeitos sociais em máquinas humanas? Ou ainda, fazer imperar a teoria da administração clássica, onde os sujeitos devem repetidas vezes fazer sem pensar sobre o seu fazer?

Dessa forma, em meio a tantas tendências de sistematizar a educação, qual é a importância de aprofundar-se no conhecimento dos aspectos relevantes

à compreensão das relações do homem na/com a sociedade nos contextos educacionais? Em concordância com Freire (1987, p. 78) “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” Assim, é possível refletir em questões como: para quem é a educação que pensamos? Como ela se faz? Os sujeitos falantes do processo educativo estão presentes nos currículos? Ora, é preciso considerar a relevância da realidade social do homem sob a ótica do contexto educativo, visto que, sua construção social se dá pelas interações que este estabelece com outros indivíduos via diálogo e também por meio das suas relações na sociedade, seja por meio do trabalho, ou por meio de suas contribuições intelectuais ou pelas suas vivências diárias (TONET, 2006).

Assim, surge uma perspectiva de educação baseada nos paradigmas holonômicos, uma nova tendência de educação adotada por alguns estudiosos, cujo fundamento tem o estudo do todo, na complexidade e integridade da vida do homem, estabelecendo uma perspectiva de educação para compreensão da própria realidade. Esse paradigma parte do pressuposto de que a educação precisa considerar outros aspectos para além do desenvolvimento cognitivo do homem, assim, conforme nos diz Gadotti (2000, p. 5):

Esses paradigmas sustentam um princípio unificador do saber, do conhecimento, em torno do ser humano, valorizando o seu cotidiano, o seu vivido, o pessoal, a singularidade, o entorno, o acaso e outras categorias como: decisão, projeto, ruído, ambigüidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade (GADOTTI, 2000, p. 5).

Resultando em uma perspectiva de educação que parte das análises micro do homem e das dimensões que o cercam, sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas, para uma abordagem macro das estruturas gerais da sociedade como essas que já foram citadas.

As ideias empreendidas pelo paradigma holonômico abre um leque de possibilidades para a educação do homem na medida em que age como impulso para outras formas de organizar a sua educação, a qual a educação popular se adequa perfeitamente em sua finalidade de fomentar a emancipação e a transformação social, considerando, portanto o sujeito como um todo, e não como uma parte, como vimos na perspectiva da base nacional curricular comum.

Com a universalização da educação básica as tensões ficavam ainda mais visíveis, na medida em que admitia-se uma educação de larga escala, foi possível estabelecer momentos de amplos debates acerca de qual educação seria ofertada,

refletindo principalmente sobre o âmbito escolar, o que segundo os estudiosos adeptos da perspectiva holonômica deveria ser um espaço relacionado a perspectiva de uma escola cidadã, projeto idealizado por Freire (1999), voltada para o conhecimento das realidades sociais que adentravam aos muros da escola, colocando-se frente a um modelo neoliberal e capitalista que influenciava muitas práticas educativas que eram voltadas para formação necessária ao mercado de trabalho.

Deste modo, era emergencial problematizar a educação posta e estabelecer novos rumos para a educação do futuro. De acordo com Gadotti (2000, p. 7):

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. Por isso, acredita-se que a pedagogia da práxis, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural, neste momento de perplexidade (GADOTTI, 2000, p. 7).

Assim, surgem novas configurações pedagógicas para construir um novo modelo de educação, as quais articulavam-se para superar uma educação que visava a transmissão e tecnicização do conhecimento, era projetada uma educação que assumisse a postura de construir, de permitir e tornar os sujeitos também construtores dos saberes, possibilitando a conscientização dos indivíduos acerca da sua realidade social, como é posto na prática social da educação popular.

O avanço da tecnologia também é um aspecto que contribui consideravelmente para novas configurações de educação, uma vez que possibilita a rápida disseminação de informações assumindo um papel importante no processo de democratização do conhecimento, assim como influencia na formação de novos espaços em que a educação pode ser efetivada. “As novas tecnologias criaram novos espaços de conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos.” (GADOTTI, 2000, p. 7). Deste modo, outras dimensões são pensadas na perspectiva de educação atual visto que ela não é compreendida apenas no espaço escolar, mas é vista como processo que acontece nas próprias relações sociais, independente de espaços pré-determinados (TONET, 2006). Dito de outro modo, a educação não é somente a institucionalizada pelo sistema de ensino.

Diante desses novos paradigmas e pensamentos inovadores no âmbito da educação, ela própria, a educação, foi direcionando suas ações de acordo com as crescentes mudanças sofridas no campo conceitual e recortes históricos que influenciaram suas perspectivas e práticas. Suas novas abordagens possibilitam uma perspectiva de educação que promove a transformação social através do desenvolvimento do pensamento crítico, da participação e da autonomia dos sujeitos perante a sociedade (FREIRE, 1996). Pressupostos que sinalizam a práxis da educação popular na perspectiva freiriana.

Educação como política pública social: os impasses entre educação e neoliberalismo

Os estudos sobre as políticas públicas no Brasil surgiram em meados da década de 80, articulados ao campo da sociologia e da ciência política. O contexto que demarca as discussões sobre tais políticas públicas é influenciado pelo processo de redemocratização da organização política no Brasil o qual de acordo com Azevedo (1997) vivenciava um período pautado em frágeis políticas econômicas estabelecidas por um regime autoritário resultando na negação aos direitos sociais básicos, dentre eles, a educação.

79

Diante desse contexto, Azevedo (1997) afirma que a questão social que está contida na organização das políticas públicas, extrapolou as áreas da sociologia e da ciência política e torna-se um aspecto debatido em outros campos de estudo. Em seu livro “A educação como política pública”, a pesquisadora discute sobre a crise internacional na organização dos serviços públicos, refletindo como essa problemática atinge a área da educação. Desse modo, a autora alerta para a necessidade de investigar a educação enquanto “política social de natureza pública” (AZEVEDO, 1997, p. 3).

Podemos dizer que as políticas públicas são os meios pelos quais podem ser assegurados os direitos e o exercício da cidadania dos sujeitos. Pelo entendimento de Azevedo (1997, p. 5-6):

As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Nesse sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (AZEVEDO, 1997, p. 5-6).

Ainda em concordância com Azevedo (1997, p. 61) “[...] uma política pública para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada”. Por essa afirmação e tomando como elemento reflexivo o contexto de crise apresentado pela autora, acreditamos ser relevante que a educação ganhe espaço nessa discussão como uma dimensão a ser estudada com mais sutileza a partir das questões sociais que a ela estão unidas.

No entanto, para elaborar tais reflexões é necessário que pensemos a educação, antes de mais nada, como um campo de relações de poder estabelecidas entre Estado e sociedade e que esse contexto é marcado por diferentes influências ideológicas no âmbito político e econômico e pedagógico. De acordo com Azevedo (1997, p. 5) “Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico analítico próprio das políticas públicas”.

Assim, nossa intenção é compreender a perspectiva de educação apresentada no contexto neoliberal tendo em vista refletir sobre quais as perspectivas e aspectos estabelecidos na constituição de uma educação nesse contexto. Nesse sentido, realizaremos uma breve leitura acerca do neoliberalismo como paradigma influenciador das políticas públicas e como essa abordagem corrobora para afirmar uma concepção de educação passiva de ser problematizada.

Alguns estudiosos acreditam que política e educação são ações distintas, mas estão interligadas, conforme a perspectiva de Saviani (1986, p. 89):

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição consolidação-expansão da infra-estrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc (SAVIANI, 1986, p. 89).

Essa afirmação revela uma relação de dependência entre política e educação. Saviani (1986) apresenta uma vertente de educação que está envolvida com as questões organizacionais e estruturais relacionados ao campo da política, o que do nosso ponto de vista torna a dimensão educativa uma forte influenciadora das políticas públicas e vice-versa.

Freire (1980, p. 6) nos diz que “educar é um ato político.” Desse modo, tudo que há direcionamento ou intencionalidade antecede uma ação política. A

educação por sua vez, como dimensão que envolve diferentes sujeitos e múltiplas condições para sua efetivação, deve refletir sobre quais são as influências do campo político que estão intervindo em suas ações, elaborando questionamentos como: Para que educar? Quem educar? Como educar? Quais as condições necessárias para se educar? Freire (2001, p. 14) nos diz que “não há educação sem política educativa que estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios [...]”. Nesse sentido, a educação precisa adotar a dimensão política tendo em vista alcançar os seus fins de forma sistematizada e organizada, de maneira tal que possibilite diferentes meios pelos quais uma educação de qualidade seja efetivada, considerando a formação dos sujeitos tanto nos aspectos cognitivos, lidando com a subjetividade dos indivíduos, e com aspectos que estão atrelados ao processo educativo, sejam eles sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Dada essa condição, justificamos o esforço reflexivo que será pensar sobre a educação atual a partir da influência das políticas públicas, pois pontuar tais questões no âmbito da educação promove a reflexão sobre “a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em Ação” (AZEVEDO, 1997, p. 5).

Refletir sobre a relação educação e neoliberalismo exige que compreendamos quais são os fundamentos que constituem o pensamento neoliberal. Logo, para entender de que maneira esse aspecto influencia o âmbito educativo é necessário saber quais as pautas desse paradigma econômico.

De acordo com Azevedo (1997, p. 9) “As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente.” O liberalismo surgiu como teoria das liberdades individuais em que defendia o direito de cada indivíduo em sua singularidade sem a intervenção de qualquer outro setor em suas decisões. Desta forma, inviabiliza a práxis pedagógica da educação popular no contexto educacional enquanto prática social.

Para Campos (2007) o liberalismo apoia-se em 5 dimensões: individualismo, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. Segundo o pesquisador, esses aspectos devem ser defendidos pelo Estado ao mesmo tempo que não podem ser interferidos por ele, considerando que o desenvolvimento da sociedade está estruturado pelos direitos e oportunidades individuais de cada sujeito, sem considerar outros contextos, inclusive o econômico ou social. Assim Azevedo (1997, p. 10) aponta que na perspectiva neoliberal:

Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social (AZEVEDO, 1997, p. 10).

Diante desse ponto de vista, percebemos que essa corrente ideológica, de cunho político e econômico pressupõe uma sociedade em que a vontade individual, supere as necessidades coletivas, tendo em vista o crescimento econômico a qualquer custo, desconsiderando contextos como: posição social, raça, gênero, condições socioeconômicas, entre outros. O que na nossa perspectiva são elementos essenciais a serem problematizados para se efetivar o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Sabe-se, perfeitamente, que o sujeito, enquanto indivíduo, não tem como arcar com as despesas da educação, por exemplo, principalmente quando esta é tratada como mercadoria, e custa muito caro.

Ainda segundo Azevedo (1997, p. 11) a lógica do “Menos Estado e mais mercado” nos diz que o pensamento neoliberal questiona alguns mecanismos de intervenção do estado nas formas de organização social e política, atribuindo ao próprio estado o controle sobre as formas de produção no âmbito econômico e na vida social, infringindo assim as liberdades individuais dos sujeitos. Nesse sentido, a autora afirma que:

Defensores do “Estado Mínimo”, os neoliberais creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. [...] a referência básica é igualmente o livre mercado. Os programas e as várias formas de proteção destinados aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho (AZEVEDO, 1997, p. 12-13).

Dada essa afirmação, e do ponto de vista da análise neoliberal a preocupação com as camadas menos favorecidas, torna-se um impasse no desenvolvimento do mercado e da economia, pois, segundo essa ótica, à medida que o estado por meio das políticas públicas, organiza mecanismos para desconstruir as desigualdades sociais, ele interfere na vontade dos sujeitos em competir e não possibilita meios para tornar os indivíduos autônomos frente às questões relacionadas ao âmbito do trabalho.

Cerqueira (2008) nos diz que essa perspectiva econômica já perdura desde o fim da segunda guerra mundial, tendo como fundador o economista e filósofo Friedrich Hayek, o qual através do seu livro “A caminho da servidão” elaborado em 1944 buscou consolidar o senso de racionalidade nos modos de fazer economia, enaltecendo o interesses individuais de empresários e empresas.

Desde então a sua influência se alastra nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive busca no campo da educação impregnar um modelo educativo preocupado apenas com os meios de produção, na perspectiva técnica do ensino, do capitalismo competitivo e no desenvolvimento de habilidades apenas para o mundo do trabalho, desconsiderando a pluralidade da ação educativa.

Nesse sentido, o próximo passo é refletir sobre como o pensamento neoliberalista influencia a educação. Azevedo (1997, p.15) alerta que:

Em relação à política educacional, pode-se dizer que o vírus neoliberalizante não a contagia na mesma proporção em que atinge outras políticas sociais. A educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção estatal, é uma das funções permitidas ao “Estado Guardiã”. Friedman, por exemplo, não inclui a educação entre as 14 áreas as quais julga inadmissível serem subsidiadas pelos recursos públicos. Muito ao contrário, a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para redução das desigualdades (AZEVEDO, 1997, p. 15).

Esse discurso que destaca a educação como um elemento necessário ao desenvolvimento de uma sociedade e como um aspecto preponderante para sanar as desigualdades sociais, precisa ser problematizado.

Vimos anteriormente, que a vertente neoliberal tende a promover a competitividade e que o seu principal objetivo é alargar os lucros do mercado. Sendo assim, o âmbito educacional torna-se alvo de suas pautas, refletindo na dinâmica escolar, sua organização e perspectivas. Azevedo (1997, p. 16), em relação às influências neoliberais na educação, nos diz que: “qualquer tipo de educação que se volte para o treinamento vocacional não deve, pois, ser subsidiada pelos fundos públicos, dado que um melhor preparo profissional vai se refletir, no futuro em melhores salários”.

Dada essa afirmação, percebemos que a educação é estabelecida como dimensão de preparo para o mercado, salário, profissionalização, entre outros. Não queremos questionar que tais fatores não sejam essenciais para se pensar a educação contemporânea. Ao contrário, defendemos ser necessário que os aspectos

acima citados, sejam parte de um conjunto para a vida em sociedade, mas que sozinhos não constituem uma educação capaz de ir além de práticas educativas voltadas para o capital.

Nesse sentido, o que nos inquieta é saber que seres humanos, que são sujeitos dessa educação, carregam em si muito mais do que a condição do saber, aprender e reproduzir. Eles trazem consigo habilidades, sentimentos, realidades e sonhos, os quais divergem dos diversos parâmetros que o contexto social os impõe. Desse modo, a educação que tem prioridade nos planos neoliberais, tende a invisibilizar dimensões que constituem a pluralidade dos indivíduos, defendendo o mercado, o mérito e o esforço individual como elemento determinante no desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade. Assim, Coraggio (1996, p. 225) problematiza que:

Pelo mesmo fato, seria errôneo supor que, obtido o acesso massivo ao sistema, o único problema que resta é a retenção, e que o caminho para encará-la é a melhoria da qualidade dos fatores intra-educativos. Enquanto não se atuar sobre o contexto, e a própria educação for considerada como parte de um processo de transformação efetiva desse contexto, qualquer política nesse sentido será ineficiente (CORAGGIO, 1996, p. 225).

84

É necessário consolidar uma educação que pense em formação humana no horizonte da transformação social, que trate o interior dos indivíduos, promovendo uma sociedade com mais empatia, respeito, solidariedade e que apresente um caráter biófilo, despertando nas pessoas a atração pela vida e seu crescimento, a atitude de construção coletiva a partir das necessidades humanas, tal como se pratica com a educação popular.

Educação popular: o reflexo das novas dimensões educacionais

A partir das discussões apresentada por Durkheim (2009), Gadotti (2000), Tonet (2006) e Freire (1999) os quais compreendem a educação como ação indissociável da sociedade, torna-se pertinente recorrer a Graciani (1999), Brandão e Fagundes (2016), Freire (1987) entre outros já mencionados anteriormente, para buscar entender em que contexto surge a educação popular, a quem era destinada e quais eram as suas intencionalidades. Torna-se importante compreender como a educação popular influenciou na criação de novos modelos pedagógicos, visto o que já foi discutido, é pertinente que se entenda a educação enquanto resultado das complexas ações e intervenções da sociedade no modo de ser/saber/viver do homem.

As perspectivas atuais da educação de acordo com Gadotti (2000), impulsionam novas formas de organizar o pensamento e o posicionamento dos indivíduos na sociedade. A educação popular, por exemplo, como o próprio nome revela, surgiu como possibilidade das camadas menos favorecidas socialmente, de observarem e interferirem na dinâmica da sociedade, assim como realizarem uma leitura sobre o contexto do qual estão inseridos.

A educação popular, no contexto do seu surgimento, apresenta um viés de construção política e ideológica. Sua criação pressupôs uma organização sistematicamente pedagógica, social e conscientizadora e, talvez, por este motivo, sua estabilização sofreu resistências e enfrentamentos diante da forma como a sociedade era organizada e ainda é. Do ponto de vista de Freire (1987) a relação que existia era de “opressores e oprimidos”. Em concordância com Graciani (1999, p. 48, *apud* GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8):

A educação popular passou por muitos momentos epistemológico-educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram a vida de tantos militantes populares (GRACIANI, 1999, p. 48, *apud* GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8).

Como podemos perceber, a vertente da educação popular, surge em um contexto autoritário, cuja ação de reivindicar os direitos básicos do ser humano, tornava-se uma afronta perante o modelo de sociedade posto, como discutido, o neoliberal. Nesse sentido, a educação popular tinha como objetivo estabelecer o ato de educar enquanto ação política, visto que defendia uma educação para a liberdade e para a consciência social, política, econômica, entre outros aspectos da realidade dos sujeitos. A educação popular visa, de acordo com Graciani (1999, p. 49):

[...] a educação como produção e construção do conhecimento, a luta por uma educação emancipadora, a defesa de uma educação como prática de liberdade e como precondição da vida democrática, pela relação dialógica, critério e parâmetro do descobrimento da razão de ser das coisas, e de um planejamento comunitário e participativo [...] se contrapõe à educação do colonizador e que seja capaz de reverter a realidade de opressão e dominação dos vários segmentos populares (GRACIANI, 1999, p. 49).

Diante dessa leitura, é possível inferir que a proposta da educação popular, tinha enquanto eixos norteadores o questionamento, a reflexão, autonomia, participação, diálogo, entre outros contributos. O objetivo era promover nos

sujeitos o sentido de pertencimento a uma sociedade que também foi feita para eles, problematizando sobre as condições de desigualdades sociais em que se encontravam.

Segundo Gadotti (2000), a educação popular é uma das novas concepções teóricas e práticas constituída na perspectiva de uma educação do futuro. De acordo com o pesquisador, essa vertente educacional surgiu no Brasil nos anos 1960 idealizada por Paulo Freire e tinha como eixo fundamental uma prática educativa baseada na conscientização.

Uma breve contextualização histórica acerca da sua efetivação no Brasil, destaca-se pela ótica de outros pesquisadores que no ano de 1947, a Unesco, através da educação de base, tinha como objetivo alcançar países em subdesenvolvimento e com altos índices de analfabetismo. No Brasil tinha como foco a educação de adultos, dos povos do campo, extensão rural, entre outros. Nesse período, a educação de base tinha como objetivos educacionais promover ações pautadas no ler, escrever e calcular (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016). Assim, o analfabetismo era para o Brasil um grave problema, visto que era tido como aspecto de impedimento ao crescimento da economia brasileira.

Diante de tamanha problemática, Paulo Freire, importante educador brasileiro, elabora uma mudança na concepção de educação a partir das movimentações direcionadas às propostas de alfabetização de adultos que se desencadeou na década de 1960. A cultura tornou-se um aspecto relevante na educação dos indivíduos que constituíam a população em vulnerabilidade social, permitindo-lhes que a partir da sua realidade pudessem reconhecer o seu lugar na sociedade e desenvolver a consciência crítica diante dos contextos políticos, sociais, culturais e educacionais. Segundo Brandão e Fagundes (2016, p. 93):

Decorrente desse processo, viria o movimento de construção de uma nova concepção de educação, cujo foco não seria mais instrumental, mas um método dialogal, ativo, participante, crítico e criticizador sobre sua vida, suas relações com o meio e sua percepção como sujeito ativo, tendo a cultura como resultado de seu trabalho (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 93).

É pertinente destacar que durante a década de 1960, após essa perspectiva de educação apresentada por Paulo Freire, foi um momento de inquietação da sociedade, visto que esse período também foi marcado pela criação dos movimentos populares, os quais deliberavam práticas educativas à partir das peculiaridades de

cada cultura e realidade social existente no Brasil. Assim, é possível afirmar que a educação popular começou a redimensionar a leitura do mundo e da sociedade, principalmente do povo e da cultura brasileira.

A cultura popular, passou então a ser um mecanismo de aprendizagens, em que através de suas ações promoviam o conhecimento da diversidade, do plural e também da singularidade dos sujeitos. Os estudiosos da época demarcam que a educação empreendida a partir da cultura popular tinha como objetivos, segundo Brandão e Fagundes (2016, p. 98 *apud* FÁVERO, 1983):

[...] alfabetização, núcleos populares, praças de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura e todos os outros que se propõem à mobilização popular – meios de conscientização, politização e organização do povo (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 98 *apud* FÁVERO, 1983).

Rompendo com a concepção de uma educação instrumental ou tradicional como muitos conheciam e vivenciavam, ganhando uma nova perspectiva para além de uma educação que tinha como centralidade a transmissão de conteúdos e formar mão de obra barata.

Durante a década de 1980 outros fatores também marcam o surgimento e a necessidade de reconfigurar uma nova perspectiva de educação orientada segundo as fragilidades da sociedade. Graciani (1999, p. 51) nos diz que:

O sistema educacional aparece, neste final de milênio, com muitos problemas sedimentados ao longo de sua existência, principalmente na década de 80, considerada uma década perdida, mas com contradições significativas em que se percebeu uma mobilização e reorganização da sociedade civil, além de uma redemocratização e a promulgação de direitos, com a constituição Brasileira de 1988. Entretanto, observou-se também um processo estagnador no campo da educação, da economia e da cultura. A recessão, o desemprego, a crise institucional generalizada, principalmente do Estado, a corrupção e a degradação social e, conseqüentemente, o abandono da infância e da adolescência de rua, são os exemplos típicos da década de 80 (GRACIANI, 1999, p. 51).

É possível perceber que o período descrito acima foi um momento de grandes transformações e embates na sociedade civil. Como foi relatado, trata-se de um momento de avanços e também de retrocessos, deixando como resultados o descaso e a invisibilidade das crianças e dos adolescentes de rua.

Diante desse quadro, algumas políticas públicas foram definidas para assegurar uma melhor qualidade de vida para os indivíduos da sociedade que

encontravam-se em vulnerabilidade sócio econômica. No entanto, faltava consistência na execução dessas políticas públicas tendo em vista que era um contexto histórico e político marcado pela desigualdade social, corrupção e indiferença pelas camadas menos favorecidas, as quais eram grande parte da sociedade brasileira.

A educação por sua vez, é um aspecto que se tornou o *locus* de importantes discussões, tendo em vista, a necessidade de dialogar sobre as necessidades dos sujeitos em vulnerabilidade social, junto aos processos educativos que lhes são oferecidos. Ao passo que a década de 1980 também foi marcada pela “irresponsabilidade dos governantes, e de um sistema educacional cada vez mais insuficiente para modificar o ensino escolar significativo” (GRACIANI, 1999, p. 51). Dessa forma, não era suficiente garantir apenas o acesso dessas camadas menos favorecidas ao espaço escolar ou o acesso à educação básica, ou seja, ter políticas públicas educacionais que permeiem o acesso, não garantem a permanência, sobretudo, daqueles que são estudantes trabalhadores, pobres, negros, indígenas, ciganos, camponeses – os expropriados e expatriados da terra. Era necessário, reconfigurar as perspectivas de educação vigente até o momento, tendo em vista construir novos caminhos no campo dos processos educativos que permitisse aos sujeitos refletir sobre sua construção social, assim como tornarem-se indivíduos autônomos, conscientes e participantes nas decisões da sociedade.

É por esse entendimento que surgiram as primeiras tentativas de uma educação do povo, a educação popular. “O que se percebe, na trajetória dessa concepção de educação popular, é que ela incidiu em mudanças na consciência política, social, nível cultural e, principalmente, na capacitação dos setores oprimidos [...]” (GRACIANI, 1999, p. 57).

Foi também durante a década de 80 que a educação popular ascendeu, ao passo que conseguiu unir diferentes sujeitos da sociedade na luta pelos direitos básicos de sobrevivência. Ou seja, a medida que a desigualdade social crescia o movimento da educação popular nascia, para contestar toda ordem vigente existente, entre oprimido-opressor, proletário-burguês, escravo-livre, negros-brancos, pobres-ricos, mulher-homem esta dualidade social fez com que houvesse o despertar para sair da condição de minoridade e ascendesse a maioria existencial, por meio da educação popular. Desse modo, Graciani (1999, p. 57) relata que:

Na década de 80, observou-se a vinculação da educação popular, dos movimentos sociais, a um novo campo problemático, o da defesa dos Direitos humanos, principalmente ligados à mulher, aos indígenas, às crianças e aos adolescentes, e como novos sujeitos de direitos – cujos discursos passaram a ser os mais fortes e candentes do século XX (GRACIANI, 1999, p. 57).

É de conhecimento geral que esses sujeitos históricos e socialmente tiveram seus direitos violados. Por este motivo, a ligação dos movimentos sociais e a vinculação da educação popular com esses indivíduos está intrinsecamente ligada a resistência à uma sociedade desigual, que a todo tempo reforça os mecanismos de exclusão social.

Nesse sentido, a educação popular reconfigura a educação tradicional, possibilitando que a concepção própria de educação tomasse novas posturas para com os sujeitos, viabilizando que os indivíduos se tornam ativos, emancipados, autônomos e sobretudo conscientes da sua realidade. Conforme aponta Gadotti (2000, p. 6), assinalando que:

Durante os regimes autoritários da América Latina, a educação popular manteve sua unidade, combatendo as ditaduras e apresentando projetos “alternativos”. Com as conquistas democráticas, ocorreu com a educação popular uma grande fragmentação em dois sentidos: de um lado ela ganhou uma nova vitalidade no interior do Estado, diluindo-se em suas políticas públicas; e, de outro, continuou como educação não-formal, dispersando-se em milhares de pequenas experiências (GADOTTI, 2000, p. 6).

Podemos considerar que a educação não-formal surge como escape diante das resistências à educação popular, visto que esse modelo de educação se tornou um meio de movimentar as classes menos favorecidas frente às desigualdades que estabelecia-se na década de 1960.

Logo, as pequenas experiências vivenciadas na sociedade a partir das reconfigurações da educação popular, permitiu mais unidade aos sujeitos na medida em que dá visibilidade ao conhecimento experiencial dos indivíduos permitindo que as aprendizagens se deem através das suas vivências e realidades frente ao modelo de educação tradicional que impedia essas interações.

Algumas mudanças teóricas de perspectiva social e formativa surgiram na constituição da educação popular, principalmente no período das décadas de 60 e 80, em que novas contribuições, tanto no campo político quanto no pedagógico, foram alinhando-se. Consoante com o que diz Gadotti (2000, p. 15):

Se a educação popular não morreu, como um modelo teórico e como prática social, foi porque soube ler esse novo contexto. Para além da pura conscientização e da organização popular, a educação popular preocupa-se hoje com a produção e a formação para o trabalho, que não se confunde com a profissionalização. Afinal, o trabalhador não pode parar de trabalhar para ficar só estudando. Ele estuda trabalhando. O trabalho, a produção, estão cimentados com o projeto político-pedagógico da educação popular. A educação popular não está fazendo hoje uma opção entre desenvolvimento e luta cultural, como fazia ontem, porque agora se percebe melhor do que antes que ambos fazem parte da mesma necessidade humana de desenvolvimento popular (GADOTTI, 2000, p. 15).

Nesse segmento, como é possível pensar a educação de sujeitos em contextos de vulnerabilidades sociais? Como se estabelece o educar para a vida social? Em que medida pode-se contribuir para que os sujeitos sejam instruídos e educados a partir da leitura do mundo e ao mesmo tempo compreendam a sua realidade? Tais problematizações ratificam a necessidade da conscientização do próprio movimento que não busca por manter a dualidade existencial, mas a equalização das possibilidades existenciais, como estudar e trabalhar. Por outro lado, se faz necessário que o empregador esteja também consciente desta necessidade, daí a importância das políticas da intersectorialidade.

Assim, é importante destacar o importante papel da educação popular que através de suas práticas, busca responder a tais questionamentos, incluindo em sua abordagem pedagógica questões pertinentes aos indivíduos, como o próprio trabalho e a vida social como aspectos indissociáveis.

Nota-se que a Educação Popular visa para além da conscientização desenvolver atitudes atentando-se ao bem social e não ao bem-estar social do neoliberalismo, pois a inserção de pautas relevantes como saúde, gênero, desigualdade social, entre outros, junto aos processos educativos se faz necessários na mobilização social, tendo em vista que tais bens sociais devem ser mantidos pelo estado e não pelo próprio indivíduo que vive em vulnerabilidade social.

Por este motivo, suas intenções são vistas pelas camadas mais favorecidas da sociedade, como uma afronta aos interesses de uma minoria que depende de uma educação forjada para formar sujeitos e cidadãos submissos aos ideais hegemônicos de uma organização social já posta e que a práxis da educação popular tem por finalidade fomentar processos outros de formação, onde não esteja em pauta a

competitividade, mas sim a solidariedade para que todos possam se desenvolver socialmente, organicamente como sujeitos protagonistas de suas histórias de vida. Ressignificando assim processos excludentes em artefatos emancipatórios e encorajadores de superação do status quo, cujo, quem não detém capital cultural parece estar fadado ao fracasso, a educação popular mostra historicamente que muitos sujeitos superaram seus limites existenciais devido a sua organização e mobilização, lutando por condições de justiça social e melhores condições de vida, primando, portanto, por um justo e digno viver.

Considerações analíticas

Diante do que já foi discutido, fica evidente que há fortes resistências frente à uma educação emancipadora e que pense nas questões essenciais presentes na sociedade, que são inerentes aos diversos sujeitos que a constitui. Questões como vulnerabilidade social, que perpassam fatores econômicos, culturais, etnia, gênero e outros, são essenciais para se pensar uma educação no horizonte da prática social, isto é, uma educação popular. No entanto, os desafios para efetivar uma educação que considere os diferentes contextos sociais, são percebidos através de um modelo de sociedade que visa o lucro e a formação de mão de obra barata a partir de processos educativos e de escolarização, por isso que há o processo dialético da educação popular e da educação escolarizada, logo a educação popular não pode jamais se estatizar ou se institucionalizar como a escolarização, para não perder seu *status* de problematizadora da realidade e das desigualdades sociais vigentes.

Uma vertente educacional que preza por práticas mecanicistas e meramente técnica assume deliberadamente e compactua com o viés neoliberal de sociedade, negando e suprimindo as subjetividades e realidades que constituem os diferentes sujeitos, portanto, tornando os sujeitos massa de manobra. Desse modo, a Educação Popular surge como mecanismo de enfrentamento a esse modelo enrijecido que se instala de diversas formas, seja por meio de deliberações legais ou pela negação de uma escola democrática e autônoma.

É relevante atentar-se que a educação popular, pensada para além dos muros da escola, tem sofrido ataques pela sua maneira de tratar as mazelas sociais da sociedade, a marginalização dos movimentos sociais, por exemplo, torna-se um meio de invisibilizar as pautas sociais defendidas pelos sujeitos em movimento, conscientes e críticos da realidade vigente.

Levando em consideração esses apontamentos, torna-se necessário refletir acerca do papel do/da educador/a frente à educação desses sujeitos, visando encontrar respostas a tais implicações que perpassam o conhecimento das relações entre sociedade e educação como aspectos de grande influência na constituição do indivíduo enquanto sujeito social. Assim, é pertinente pensar uma educação no horizonte da prática social, emancipatória, autônoma e, sobretudo humana, isto é, a práxis da educação popular, promotora da problematização da realidade, contestadora dos processos de violações dos direitos sociais, como a educação, a saúde, a segurança, a moradia, ao bem social comum.

Referências

- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A Educação como Política Pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47204>.
- CAMPOS, Judas Tadeu de. Paulo Freire e as novas tendências da educação. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-15, dezembro, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3196>. Acesso em 19/03/2022.
- CERQUEIRA, Jackson. Bomfim Almeida de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008. <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi39.7594>.
- CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas para educação. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORTELLA, Mario Sergio. *A Escola e o Conhecimento*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Editora 70, 2009.
- FREIRE, Paulo. Educar é um ato político. *Diário do Povo*, [S.l.], p. 6, 14 ago. 1980.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios** / Paulo Freire. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, p. 03-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>.

GRACIANI; Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua**. São Paulo: Cortez. 3 ed. 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. In: **Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana**. 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852/721>. Acesso em 19/06/2022.

Corpo: Exercícios poéticos de si

Maria dos Remédios de Brito¹

ORCID: 0000-0002-0478-5285

Dhemersson Warly Santos Costa²

ORCID: 0000-0002-1412-9142

Resumo: Há uma aposta nas travessias poéticas para pensar modos de criar e inventar a si mesmo, pois em um corpo nunca se chega em sua integralidade. A digressão perpassa pelo corpo atravessado pelos órgãos e por suas (des)organizações, enfrentamentos com a memória, com o que não podendo ser falado, mas experimentado por meio de três exercícios poéticos: da escrita, do desenho e da colagem. Não se trata de pensar em cura, mas em um trabalho diário do corpo para consigo mesmo, que remete a escuta de si em suas variações, pois a arte abre a carne e o corpo se intensifica em sentidos e em vidas. A arte como uma espécie de clínica poética, por meios dos seus gestos criadores, o corpo do artista de refaz, diz de outro jeito, sim, a arte passa pelas entranhas do criador, embora não fique nela.

94

Palavras-chave: Corpo. Exercícios poéticos. Desenho. Escrita.

¹ Professora da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia, atua nos programas de Pós-graduação em Filosofia e Arte da mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6896268801860211>.

² Doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas. Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (2019). Graduado em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (2016) campus de Altamira-PA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8840721380992544>.

Body: Poetic exercises of the self

Abstract: There is a bet on poetic crossings to think about ways of creating and inventing oneself, because a body never reaches its integrality. The digression runs through the body crossed by the organs and their (dis) organizations, confrontations with memory, with which it cannot be spoken, but experienced through three poetic exercises: writing, drawing and collage. It is not a question of thinking about healing, but of a daily work of the body towards itself, which refers to listening to itself in its variations, as art opens the flesh and the body intensifies itself in senses and in lives. Art as a kind of poetic clinic, by means of its creative gestures, the artist's body remakes it, says it in another way, yes, art passes through the entrails of the creator, although it does not remain in it.

95

Keywords: Body. Poetic exercises. Drawing. Writing.

Cuerpo: Ejercicios poéticos del yo

Resumen: Hay una apuesta por los cruces poéticos para pensar formas de crearse e inventarse, porque en un cuerpo nunca se llega en su totalidad. La digresión recorre el cuerpo atravesado por los órganos y sus (des)organizaciones, enfrentamientos con la memoria, con lo que no se puede decir, pero se experimenta a través de tres ejercicios poéticos: la escritura, el dibujo y el collage. No se trata de pensar en curar, sino en un trabajo cotidiano del cuerpo hacia sí mismo, que se refiere a escucharse a sí mismo en sus variaciones, pues el arte abre la carne y el cuerpo se intensifica en sentidos y vidas. El arte como una especie de clínica poética, a través de sus gestos creativos, el cuerpo del artista se rehace a sí mismo, dicho de otro modo, sí, el arte pasa por las entrañas del creador, aunque no se queda ahí.

96

Palabras clave: Cuerpo. Ejercicios poéticos. Diseño. Escribiendo.

O que pode um corpo?

O corpo é uma problemática que atravessa o pensamento da tradição, ora afastando-os, ora reunindo-os em torno da questão central: *O que pode um corpo?* A história filosófica perspectiva o homem por uma lente idealista que dicotomiza corpo e mente, valorando a alma em detrimento da carne. A alma como instância superior, um guia para o corpo sensível deformado. O corpo como mero instrumento de aperfeiçoamento, habitat da alma, uma massa disforme, desprezível, mundana, perecível. Toda essa racionalidade é maquinada não apenas no mundo físico, mas também moral, arrastando o corpo para sua miserabilidade, dilacerando-o, expondo suas vísceras, suas culpas, suas vergonhas. Por que odiamos tanto o nosso corpo? Por que desprezamos tanto nossa existência, nossa animalidade? Por que buscamos tanto uma razão em outro mundo se o nosso corpo é essa grande razão? Para desfazer essa leitura, outros modos vitais devem ser criados e para isso é preciso uma travessia de volta ao corpo, retornar à carne, à nossa animalidade. É vital descer das alturas celestiais, do mundo das ideias, retornar à Terra, ao mundo do sensível, é o nosso desafio, somos animais terrenos e pertencemos a este mundo, façamos, então, do corpo nossa linha mestra, como aconselha Nietzsche (1990, p. 142) “tomar o corpo como ponto de partida e fazer dele o fio condutor, eis o essencial”... Façamos do corpo nosso horizonte, nosso leme, nosso grito de guerra, deixemos nosso corpo navegar por entre corpos, afinal, somos corpos entre corpos catalisando e disparando afetos a cada novo porto, a cada novo encontro. Somos corpos, somos jogos de forças em combate, por isso, somos corpos plásticos, instáveis, móveis e mutáveis... São estas forças intensivas que nos definem, nos modelam, nos dobram, desdobram e redobram.

O corpo é uma travessia singular que se define pela sua capacidade de afetar e ser afetado. Somos corpos particulados, compostos de camadas, de linhas, algumas mais rígidas, outras maleáveis, fluídas. Com isso, o corpo é afetado em diferentes intensidades, por múltiplas porções de alegria e de tristeza. Por essa razão, não se sabe ao certo o que pode um corpo, não se sabe em que medida um corpo pode ser afetado... Lembra Deleuze (2014, p. 147) “a estrutura de um corpo é a composição de sua relação. O que pode um corpo é a natureza e os limites do seu poder de ser afetado”. Esse corpo, portanto, se compõe e decompõe, arranjando e desarranjando outros corpos conforme a potência dos encontros.

Diante dessas perspectivas, o corpo não é uma matéria amorfa, não se transita sozinho pelo mundo, existe sempre outra força, outro corpo (ainda que não

humano), um encontro ainda por vir. Quando um corpo encontra outro, e se deixa ser afetado por suas potências, uma atmosfera é criada. Os encontros maquinam linhas de desejo que afetam e transformam os corpos, colocam-nos em variações contínuas. Já não se é mais um Eu significante, antes, estamos nos tornando aquilo que nos afeta, aquilo que nos alimenta. O corpo, para retomar Nietzsche (2009) e a metáfora da digestão, funciona como um estômago gigante que se alimenta de encontros, digerimos aquilo que nos afeta, que nos movimenta e excretamos o resto. O corpo, por essas linhas, se nutre de outros corpos para conservá-lo e expandi-lo, ele se desloca, se divide, se multiplica e se espalha no território.

No encontro entre dois corpos, entre a terra, a água e a semente, florescem afetos, forças que dão passagem a alegria e a tristeza, isto mesmo, os encontros tristes fazem parte da vida, há também afeto na tristeza, um aprendizado. É importante ter em mente que encontros nos atravessam a todo tempo, há sempre um encontro a cada esquina dobrada, a cada música tocada, a cada página de livro folheada, a cada leitura feita, a cada poema escrito, a cada traço feito. “Mil encontros tu terás!”, porém nem todos são potentes para nos afetar, estilhaçar ou embaralhar. Tudo é uma questão de intensidade. Entre um encontro e outro, um corpo e outro, estão os signos e suas potências para violentar o pensamento e o corpo.

Distinguem-se, na esteira de Deleuze (2014) dois tipos de encontro: intensivos e extensivos. Os extensivos são de natureza rotineira, poderíamos inclusive dizer que eles congestionam a vida. Os encontros intensivos, por outro lado, são fertilizados por uma força inexplicável que nos violenta, arrastando o corpo para o deserto, inclusive nos levando a ter outros encontros. Não se sabe a ordem dos encontros intensivos, o que se sabe é que eles violentam o pensamento em prol de uma vida mais sensível. Os corpos desejam o encontro intensivo, a mistura, a alteridade. Toda criação nasce de um encontro, não é possível fugir deles, nem sair ilesos. O encontro entre dois corpos é pura intensidade. Os encontros são esses canais de vazamento que colocam em perspectiva as potências criativas de um corpo sem fundo, um corpo de intensidades. Um corpo estilhaçado, borrado nas fronteiras em contanto com o sensível, com os afetos. Um encontro é atravessado por uma multiplicidade sem a certeza dos seus efeitos, afinal não sabemos o que pode um corpo, nem as forças que o mobilizam, é preciso experimentar. O traço marcante dos encontros é a surpresa, não decidimos efetivamente o que irá nos afetar, os encontros são de outra natureza, da ordem do acaso, do involuntário – e, é

bom que assim o seja, há sempre uma força inesperada que nos ricocheteia o corpo, uma força que está além dos domínios das nossas mãos, da nossa racionalidade, dos nossos sentimentos.... Uma força que rasga a superfície do corpo, abrindo-o para uma vida mais digna, alegre, criadora. Não há como sair de um encontro intensivo sem ser afetado, sem que algo mude em sua composição, sem que as suas moléculas entrem em variações contínuas.

Deleuze, inspirado em Nietzsche e Espinosa, problematiza o corpo dentro de uma organicidade, pois este atravessa todo um campo social produzindo e sendo produzido pelos encontros. Um corpo plástico e resistente que não se subjugava a maquinaria social com suas normas e leis de julgamento, um corpo-fluxo, corpo-corte, corpo-processo, corpo-movimento, corpo em funcionamento, em produção, um corpo que é desorganizado, desarranjado. Deleuze, igualmente, alerta que não se sabe ao certo o que pode um corpo - por isso é preciso experimentar - e nos coloca, juntamente com Guattari (2012), o desafio ético: como criar para si um Corpo sem Órgãos? E podemos pensar um desafio clínico poético, pois se não se chega efetivamente em um corpo sem órgãos, ao menos sendo necessário fabricá-lo cotidianamente, desfazer as segmentaridades duras, raspar os estrados do ressentimento, da culpa, do castigo, as violências impostas, da miséria naturalizada.

O Corpo sem Órgãos é uma paisagem, um corpo sem imagem, destituído de rosto, desorganizado, uma declaração de guerra ao organismo, à função e à estrutura. O Corpo sem Órgãos se assemelha ao corpo da criança recém-nascida, um corpo vitalista em expansão de forças, cuja forma não é fixa, um corpo que ainda não conhece as regras, os limites, os segredos, o que há são blocos de intensidades. No Corpo sem Órgãos a interpretação dá lugar à experimentação, não é possível pensá-lo distante da experimentação, nele as intensidades circulam, vibram e desarranjam os corpos. Um estado de arte o atravessa, o faz vibrar.

É com este corpo terreno, mundano, frágil e perecível que sentimos o mundo, ao mesmo tempo que o produzimos e somos produzidos por ele, por isso esse corpo é plástico, é potência de criação, construído e reconstruído a cada travessia, inventando a si mesmo diante de um encontro. Inventar para si um corpo é um exercício de enfrentamento, mas também é um trabalho diário de cuidado de si, de escuta, de autoria do próprio corpo singular. O que isso tem a dialogar com a arte, esse campo criador do sensível? O artista é aquele que faz uso do seu corpo-vivo, impressionante, o corpo vem sempre primeiro, muito antes da

consciência. A obra passa pelo vivido no vivível, abrindo o (in)sensível ao sensível, o (in)visível ao visível, o (in)pensável ao pensável...Com isso, o corpo do artista é essa casa, essa abertura também para outras formas de vida.

Inventar para si um corpo

O homem, esse animal estranho, animal confuso, incerto, segue tateando o mundo, segue de lado, de frente, de costas, animal cheio de medos, de angústias; animal que se veste de tantas cores, multicolor; animal que se pergunta, que sente desespero e carrega em si uma inquietude demasiadamente humana. Desumanizar um pouco, talvez, para elaborar outras perguntas, sentir outras vidas em seu corpo, esse que ainda pouco se sabe.... É uma luta para dar forma a esse corpo humano, uma luta diária de embates e comandos. Dar forma à própria vida, moldá-la, converter-se em fonte de alguma coisa, presenciar um modo, inventar para si um estilo, de modo que o corpo possa ser ele mesmo um fazer em obra. Ser autor do próprio corpo, tornando-o existencial, experimental, produzir com ele e nele uma espécie de cena, transmutá-lo, mesmo tomando para si todos os preços do mundo. Isso tudo perpassa por aquilo que Nietzsche poderia chamar de uma “segunda” natureza, essa que seria primordial para que se tome posse da “primeira” natureza. Tarefa nada fácil (BRITO, 2015).

Então, um corpo deve encarnar a vida, assenhorear-se dela, fazendo do pensamento um ato de intensidade para que o pensador, em sua automodelação/transfiguração, saiba de algum modo que habita em suas entranhas um quase estranho, mas o estranho pode e deve passar por uma escuta amorosa diante das multiplicidades de vozes que atravessam as forças de seus corpos e de seus encontros. Não é fácil produzir uma administração sobre si mesmo, não é fácil orquestrar a potência que dele emana. A tarefa do grande homem, aquele que deseja ser senhor de si mesmo, é configurar uma transformação de si ou, como diz Foucault (2010), um cuidado de si. Nada disso tem ligação com um individualismo, mas sim com um processo lento de trabalho para forjar uma singularidade, aquilo que é de mais particular em cada indivíduo.

Não se pode efetivamente dizer o que um corpo pode – no máximo, se pode experimentar esse corpo, fazê-lo escorregar entre as veias do mundo, desenraizá-lo das fontes segmentárias e dogmáticas, impor para si vitalidades. Experimentar o

corpo é desafiador e, inclusive, é perturbador quando não se sabe o que ele pode, se está de alguma forma sem o seu comando, ser estranho a si mesmo. É preciso certa prudência quando olhar o abismo, pois ele pode devorar esse observador; certa prudência nas aventuras humanas, pois o humano é ser que não se sabe quem é. Nada disso quer dizer não faça experiência, ao contrário, experimente a vida, mas não se deixe virar um farrapo humano, como alerta Deleuze (2012), pois não se sabe o que pode um corpo entre outros corpos. É duro criar para si um corpo, talvez, no corpo não se chegue, mas sempre será possível desenhar, rabiscar, polir a pedra, raspar o mármore, dar para si um determinado comando, certo estilo, mesmo que nunca esteja acabado ou dado por um fim. A arte, assim, pode nos ensinar. Os três exercícios poéticos que seguem não visam representar, mas apresentar uma vivência do corpo em traços poéticos.

O corpo em exercícios de si

Exercícios de experimentação inventiva do corpo pela escrita.... Quando tudo dói, o corpo vai inventando sintomas para viver, para nascer.... São cartas colhidas em momentos duros que exige do corpo uma aposta da vida.... Coletar sensações por entre linhas e palavras faz com que o corpo grite: Eu ainda existo e persisto! Eu tento, eu vou! Inventar um corpo é um caso de exercício, de tentativas.... Nunca se sabe se nele seria possível chegar.

...CARTA RIO-MAR...

Quantos sons tem o Rio-Mar? Creio que vários! No meu Rio-Mar tem um som que gosto de cultivar. O som nauseante... O meu Rio-Mar tem náusea, umas das afecções mais terrível do humano. Alguma coisa da ordem do paradoxo, pois esse sentimento parece ser contra o desejo, ponto fundamental para a produção. No entanto, o apetite não deixou de cessar em mim. Essa doença do mar causada pelo balanço da embarcação, esse enjoo, essa sensação desagradável, experimentada no interior do corpo, por vezes, vem seguida de vômito, não é nada belo e nem poético, ao contrário, destaca a decomposição, a decadência do corpo, pois o mesmo parece sentir alguma coisa da ordem do insuportável, alguma coisa atravessa o corpo que não pode perdurar na carne e nem nos sentidos. Uma experiência que invade o corpo e o torna precário. Similar a tal decadência são as alergias corporais, as secreções, as fezes, as feridas, aparições que entram no corpo adoecido por dores psíquicas e outras enfermidades... Aparições nada belas! Coisas feias! Se for pensar na nossa sociedade atual muitas dessas dores não podem ser visíveis e nem relatadas. Ora, a náusea aqui colocada, vem na esteira de Nietzsche, é um saber dizer não, contudo, há uma operação em paradoxo, uma violência apresentada quando não se suporta mais, uma incapacidade de falar, de olhar o mundo, de refletir... Uma sensação que percorre os órgãos corporais apontando o que não pode permanecer, como um comportamento, um fazer, um gesto, uma fala, um crime, uma posição política, uma traição, uma mentira, uma falta. O nojo atravessa a experiência. O estado nauseante é aquilo que não pode mais permanecer perto, mas também pode ser uma espécie de atitude estética acerca da decomposição. É um sentimento do antialimento, do antigosto, da convalescença, contudo, me parece que não é um simples negar, na medida em que o nauseante não permite digerir o insuportável. Há, portanto, uma radicalidade neste estado, o que não pode ser engolido deve ser vomitado. Pode sair, por exemplo, processos poéticos nesse aparente estado de declínio? Que poderes podem atravessar o estado nauseante do corpo? Que desejo pode emergir do nojo? Que estética pode ser criada? Que corpo pode se experimentado?

...SOU UM CORAÇÃO BATENDO...

É apenas um pequeno retrato, um minúsculo retrato, talvez um ponto, o menor possível, alguma coisa mole, frágil, redonda, líquida, configurava uma espécie de imagem arredondada, aparentemente mole, sem nitidez formal. Entre claro, escuro, imagem borrada, acompanhava uma interioridade, uma profundidade, como se estivesse em uma caverna, em uma cuba, precisamente, encontrei um nome: ovo.

Tudo que sei dessa imagem mole, frágil, é que não sei nada, mas ao mesmo tempo parece que sei, que tenho algo a dizer, mas não do em si da imagem, mas do que atravessou a imagem.... Ela pulsou! Tudo que permite narrar de sua existência está ligeiramente amarrada, colocada, grudada em mim.... Uma necessidade de dá-lhe vida, uma narrativa, quem sabe.... Mas, essa vida dada pela escrita não é.

Onde está sua visualidade? Manchada no meu corpo, pertencente aos riscos da memória, linha traçada é tatuada no meu sangue. Essa presença é um pequeno feixe de luz, branda, pálida imagem viva de uma potência geradora.... Ela só existe porque eu ainda existo, assim suponho. A minha possível alegria, ao retratar o que efetivamente não sei quem foi, quem seria, ou se seria alguma coisa, é que eu a senti.... Senti, senti uma virtual efetuação.... Como existir, mas ao mesmo tempo ser um virtual? Eis o aparente paradoxo. O que é sentir esse menor possível? Esse mistério que foi sua presença? Essa presença já ausente...esse contar no tic tac do relógio por sua presença.... Eu nem sei quem era, veio, chegou até mim, não me pediu permissão...entrou.

Sua presença instaurou um efeito no corpo, nos seios, no sono, no cheiro ... essa presença misteriosa alterava um território, era tudo sutil, necessitando de uma dobra, uma outra dobra dentro da dobra, fora da dobra, uma dobradura da dobradura que poderia entrar em conexão com a própria dobra dessa dobra do ponto menor possível da dobra. Alguma coisa se mantinha em alerta!

Que voz é essa que nunca escutei em sua efetuação, mas que cheguei a ouvir? Que voz é essa que permanece sem história, mas que teve um mundo para si? Que voz é essa que reclamou uma permanência, se fez presente no momento que chegou e partiu?

Um rosto? Não vi, mas sei que posso criar, dizer vários rostos.... Isso, efetivamente não importa. Um rosto não importa mais do que uma marca, um risco bordado na pele... um pulsar rapidamente (bumbumbumbummmmmmbummm).... Esse coração só bateu no meu mundo. Que minhas mãos quiseram alisar sua cabeça...pois, foste um coração batendo dentro do meu...

RESSUSCITA-ME!

Ressuscita-me, antes que tudo morra.... Quem pode se permitir a tal tarefa descomunal? Dar vida ao outro quando a sua própria já está quase falida.... Seria pedir uma tarefa monstruosa, se fosse para alguém... Não! Esse pedido nunca poderia ser feito para o outro, esse pedido é para mim mesma, mas me encontro sem força, sem qualquer esperança possível, pois fui morta! Morta por saber do horror que abriga aquele que esteve mais próximo de mim.... Eu morri várias vezes, durante essa vida tive que morrer, mas ressuscitei outras, me arranquei pelos cabelos e fui. Só que essa morte, essa foi difícil de me levantar, acho que nem levantei! Eu não esperava, ela veio como um fantasma, sem me olhar, sem me avisar.... Mas confesso, fui eu que não quis olhar, todos os horrores já estavam ali, há muito tempo.... Eu nem desconfiei que eu já estava morta com a indiferença, com a porta do quarto fechada, com os silêncios no interior da casa, com os corpos separados na mesma cama, depois em quartos separados, com as despedidas a distância, com a falta de abraço, com a falta de carinho, com a falta de cuidado, com as ausências nos domingos, com os telefonemas às escondidas.... Com todas as mentiras.... Com a falta de amor, acima de tudo. O pior de tudo, que essa morte ainda está aí.... Na presença de amores servis.... Eu constatei, há em todos um charlatão. Eu mesmo sinto esse charlatanismo bem próximo de mim, na espreita... cuido para não deixar que me vença..., pois um charlatanismo vencido, dói...dói muito.

Corpo por traços, cores e linhas

Exercícios do corpo entre cores e linhas



Fig. 1. Maria dos Remédios de Brito (Remédios Brito), Convalescência, 2019. Desenho, 25,4x25,4 cm.



Fig. 2. Maria dos Remédios de Brito (Remédios Brito), Aurora, 2019. Desenho, 25,4 x 22,32 cm.



Fig. 3. Maria dos Remédios de Brito (Remédios Brito), *Corpo diluído*, 2019.
Desenho, 25,4 x 19,29 cm.

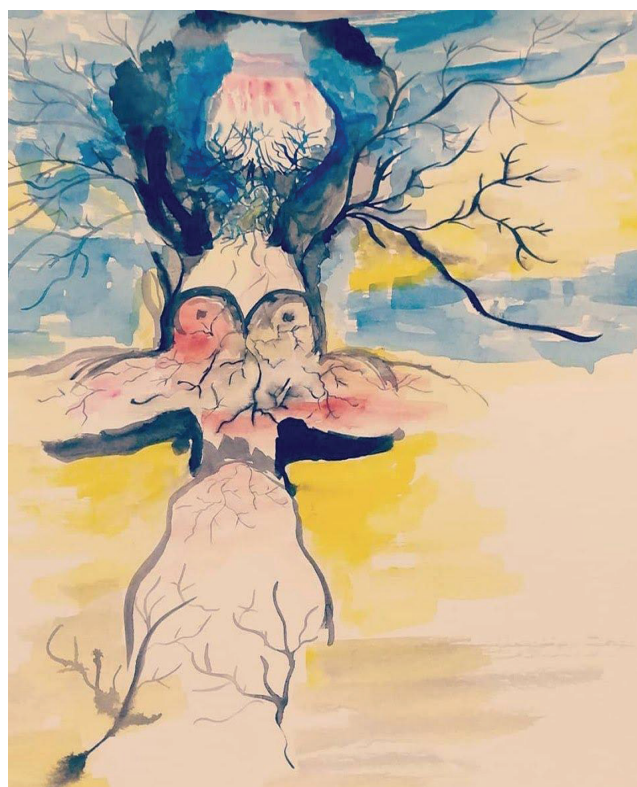


Fig. 4. Maria dos Remédios de Brito (Remédios Brito), *Alvorada mulher*, 2019.
Desenho, 25,4 x 25,4 cm.

Corpos des/cos/turados

Há no viver uma espécie de rasura, uma falta de jeito, uma fragilidade, uma falha, uma gagueira, um campo de ritmos dissonantes, o que se chamaria de estilo, um modo de estar no mundo, de criar vidas. Isso tudo não tem ligação nenhuma com a pessoa, mas com certas combinações. Cada corpo frágil carrega em si sua potência e sua força e seus desassossegos. Essa casca-raspa vital, frágil, não é debilidade, mas manifestações eventuais de outros modos de viver e de existir que convocam desorganizações dos órgãos, diante de um corpo que, algumas vezes, parece encouraçado, fechado diante da vida que não cessa de desterritorializar. Que variações são possíveis? Que conversações podem ser inventadas? Que experimentações outras podem ser criadas? Que improvisações esse corpo pode criar? Como escapar das trincheiras que representam sua forma? Ensaiai modos de existência é escapar da representatividade estruturante, das ideias de modelagens e produzir movimentos de atravessar o muro, rasgar o rosto, desfazer camadas de organismo e liberar sonoridades, ou certas marcas no coletar ziguezagueante e obstinado de um devir outro, possibilitando adentrar em outros mundos possíveis.

Não se sabe, efetivamente, o que pode o corpo. Resta-nos a aventura da experimentação. O corpo experimenta porque alguma coisa entra em estado de agitação, mesmo que seja silenciosamente. O corpo precisa sair, se configurar de outras formas, encontrar gestos, inventar palavras, produzir imagens, criar aberturas, acionar alianças com as crianças, com as cachoeiras, com os corpos dissonantes, com os vegetais, com as rochas, com as forças que habitam o fora. O corpo é uma composição de forças em constante estado de agitação, com isso um corpo vai sendo criado a cada novo encontro. Tudo isso nos faz pensar num corpo que sente esse suspirar da pele.

Um corpo é rasgado, estilhaçado, fragmentos de uma superfície de contato misturada com matérias vivas das linhas de costura, compõe-se de corpos animados, dínamos. Um corpo em (des)costura atravessa o deserto da vida entre corpos e desejos instigado pelo acontecimento vital. Um trabalho com o corpo, uma travessia, uma experimentação com agulhas, linhas e restos de órgãos. Nas fissuras do corpo, ali onde as linhas atravessam a matéria, habita uma vida e seus movimentos aberrantes que colocam em perspectiva a plasticidade dos corpos.

Inventar para si um corpo é a inspiração vital que atravessa um exercício poético de feitura imagéticas que vem com o desejo de problematizar outras

estéticas do corpo que não passam pela ordem do biológico, como perspectivado nos livros didáticos de Biologia, mas um corpo que se abre para a criação de vidas (im)possíveis. As feitura imagéticas são mobilizadas neste ensaio poético como uma espécie de grito, uma passagem para a experimentação do corpo. Não se pretende com esse exercício poético buscar uma verdade do corpo, uma vez que as feitura imagéticas são aberturas que dão passagem aos processos inventivos, rasgando e fissurando a imagem representacional de corpos produzidos em livros didáticos de ciências, costurando outras possibilidades de (r)existência, de inventar para si um corpo, um estilo, um traço, uma vida.

Uma travessia é iniciada. Entre palavras e imagens, corpos surgem, pedem espaço, gritam. Vou folheando páginas de livros didáticos de biologia, uma linguagem dos corpos é encenada. Corpos condenados à organicidade biológica, à identidade dos órgãos, à fixidez da vida, ao mesmo tempo, estes



corpos travam batalhas, pois o corpo é como uma cidade e nele acontecem enfrentamentos políticos, os órgãos reivindicam a fluidez dos desejos e declaram grito de guerra contra o organismo. Por essas veredas, pensar outras estéticas do corpo, uma política dos órgãos, inventar um corpo, ser autor de si mesmo é esforço mobilizado no ensaio poético: *Corpo em Costura*, *Corpo em Abertura*, o qual não vem como panaceia, mas como exercício de experimentação.

Fig. 5. Dhemersson Warly Santos Costa, *Corpo em Costura*, 2019. Técnica de colagem.

Um ensaio poético que nasce das rasuras de um livro de biologia. Os corpos foram recortados, os órgãos foram dilacerados. Esse corpo estilhaçado deseja novos arranjos, outras composições. Uma maquinaria do corpo entra em perspectiva. Subvertemos, aqui, o uso funcional das suturas cirúrgicas – técnica milenar que foi aprimorada pelas ciências médicas para costurar feridas, fechar o corpo e suas vísceras, impedir a entrada de invasores invisíveis – para pensar *um corpo em costura*, um ato criativo, uma possibilidade de fabular um outro corpo não biológico. A costura não vem para fechar o corpo, enclausurá-lo em sua unidade orgânica, mas para abrir o corpo a outras composições, *um corpo em abertura*, um corpo-obra em que cada um é um artesão de si e que se transmuta a cada travessia.

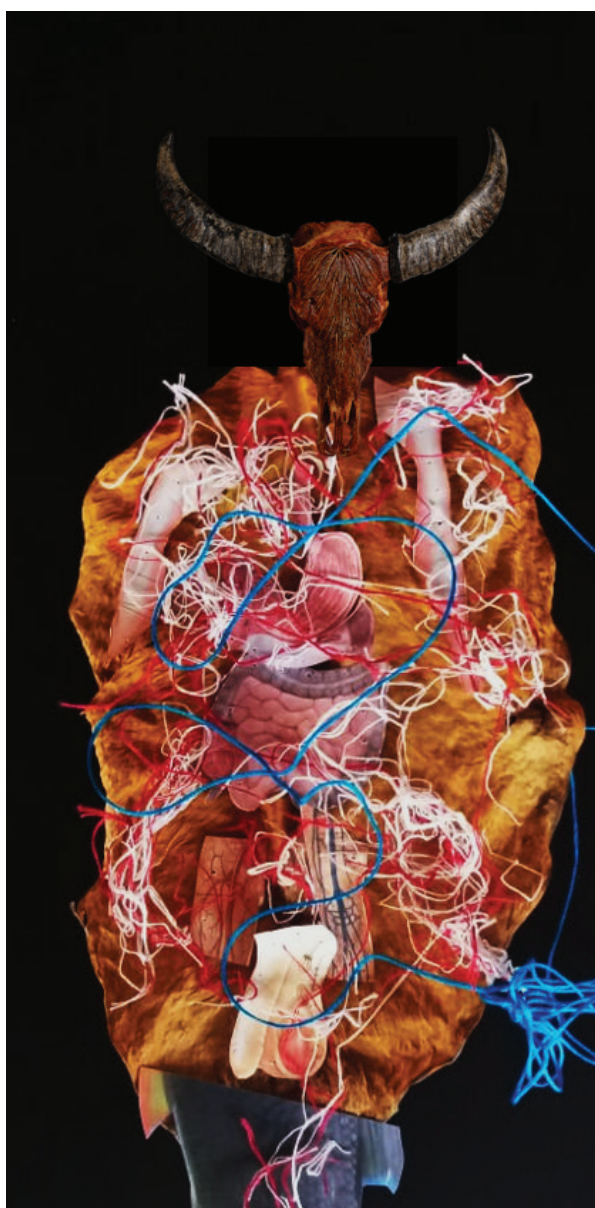


Fig. 6. Dhemersson Warly Santos Costa, *Corpo em Costura*, 2019.
Técnica de colagem.

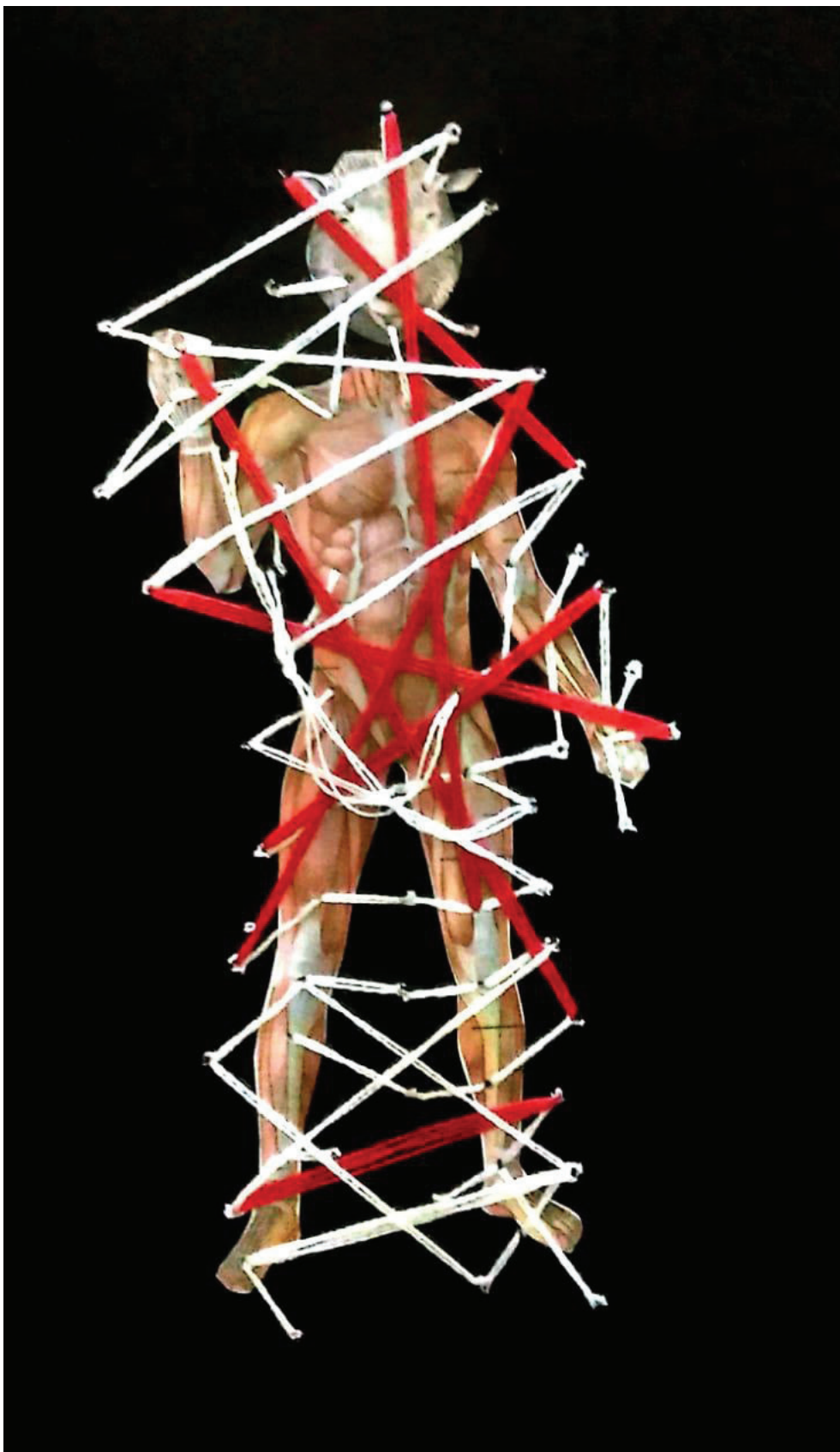


Fig. 7. Dhemersson Warly Santos Costa, *Corpo em Costura*, 2019.
Técnica de colagem.

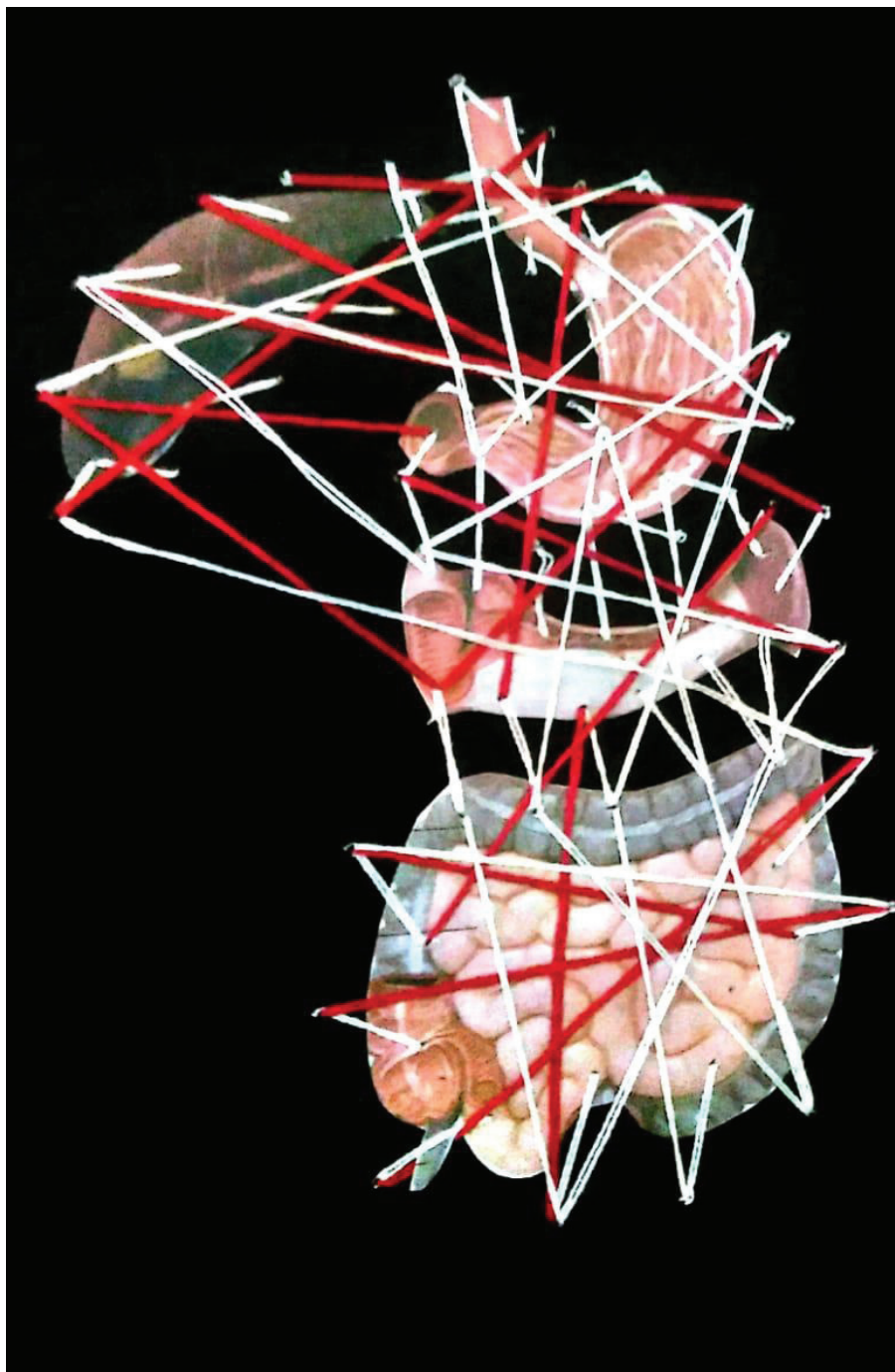


Fig. 8. Dhemersson Warly Santos Costa, *Corpo em Costura*, 2019.
Técnica de colagem.

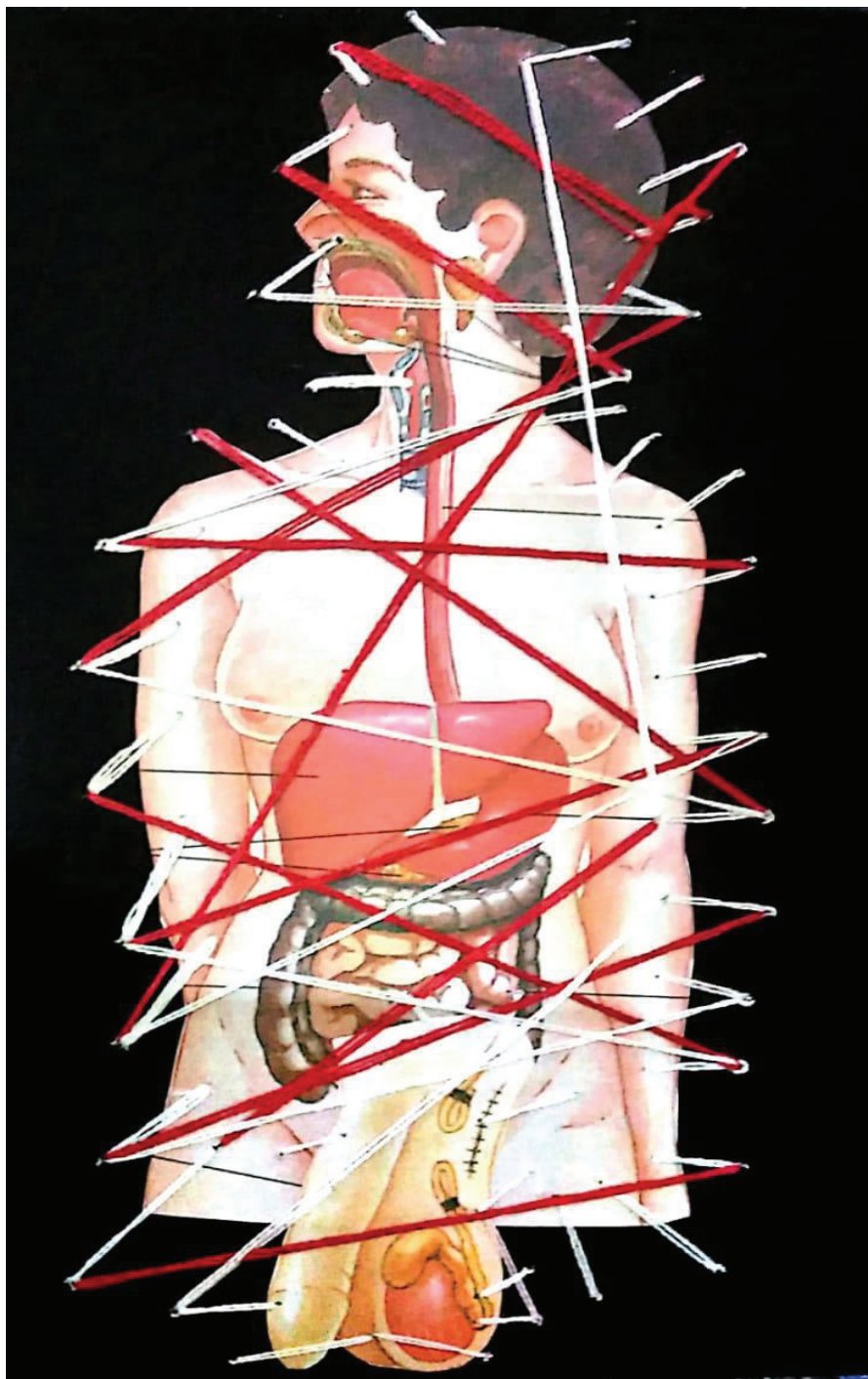


Fig. 9. Dhemersson Warly Santos Costa, *Corpo em Costura*, 2019. Técnica de colagem.

Travessias

Dois corpos que apostam na transformação de si pelo ato criador. Não se está falando em cura, mas em trabalho diário do corpo para consigo mesmo, trabalho que remete a escuta, a um diálogo com o corpo na sua maior profundidade. Há uma aposta na arte como possibilidade de abertura da carne, do corpo atravessado por memórias, por sensações, por afetos...esse corpo pode fazer travessias inventivas e criar novos sentidos, novos processos de subjetivação, possibilitando com que a arte seja potencializada pela vida em sua maior potência criativa, uma clínica poética. Para que o corpo não sucumba ao real dogmático, a arte produz o real, fazendo mundos possíveis. Assim, esses dois corpos se autoconduzem por meio de processos de criação, elaborando gestos de si.... Que outros corpos entrem nessa travessia...

Referências

- BARRENECHEA. M.A, *Nietzsche e o corpo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- BRITO, M. R. de, *Entre as linhas da educação e da diferença*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.
- DELEUZE, Gilles. *Spinoza-philosophie pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 2014.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs vol. 3*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FOUCAULT. M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- JACOPINI, Juliano Rice. *Corpografia: indícios de criação para o ator-dramaturgo*. In: IX CONGRESSO DA ABRACE. 9. 2016. Campinas: UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. *Anais*. p. 1543-1560.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Além do Bem e do Mal*. tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Fragmentos póstumos Friedrich Nietzsche*. *Trans/Form/Ação*. Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, v. 13, p. 139-145, 1990.

Resenha do livro «Democracia digital e a ditadura dos dados» de Byung-Chul Han¹

Guilherme Howes²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-2979>

João Gabriel Dornelles Howes³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9648-5987>

Resumo: Este texto trata de uma resenha. Em “Infocracia” Byung-Chul Han analisa a digitalização da vida social e a crise da democracia. O texto foi publicado em 2022 pela Editora Vozes, no Brasil, e apresenta uma análise de nossa sociedade atual que, de muitas maneiras, encontra-se diante de uma crise generalizada da democracia e isso em sentido global. Essa crise é indissociável do atual avanço da extrema direita e do domínio que as redes sociais exercem em nossas vidas.

Palavras-chave: inteligência artificial. sociedade da informação. mídias sociais. democracia digital.

¹ HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson, Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 2022.

² Bacharel em Ciências Sociais, Licenciado em Sociologia, especialista em História do Brasil, Mestrado em Ciências Sociais e Doutor em Educação. Toda formação pela UFSM. Discente do Curso de Direito da UNISM/Santa Maria e professor de Teoria Social e Ciência Política na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5587890154156833>.

³ Discente do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9677472125724496>.

Digital democracy and data dictatorship

Abstract: This text is a review. In “Infocracy” Byung-Chul Han analyzes the digitization of social life and the crisis of democracy. The text was published in 2022 by Editora Vozes, in Brazil, and presents an analysis of our current society which, in many ways, is facing a generalized crisis of democracy and that in a global sense. This crisis is inseparable from the current advance of the extreme right and the dominance that social networks exert in our lives.

115

Keywords: artificial intelligence. information society. social media. digital democracy.

Democracia digital y la dictadura de datos

Resumen: Este texto es una revisión. En “Infocracia” Byung-Chul Han analiza la digitalización de la vida social y la crisis de la democracia. El texto fue publicado en 2022 por Editora Vozes, en Brasil, y presenta un análisis de nuestra sociedad actual que, en muchos sentidos, enfrenta una crisis generalizada de la democracia y en un sentido global. Esta crisis es inseparable del avance actual de la extrema derecha y del dominio que ejercen las redes sociales en nuestras vidas.

116

Palabras Clave: inteligencia artificial. sociedad de información. redes sociales. democracia digital.

Quando o sul-coreano Byung-Chul Han chegou à Universidade de Freiburg, na Alemanha, no início de 1980, para estudar filosofia, o mundo digital ainda era restrito ao universo corporativo, totalmente conectado por cabos e a IBM ainda não tinha sequer lançado o PC, o computador pessoal que iniciou a transformação da comunicação digital na distopia dos tempos atuais. Aos 21 anos, ele não só transita de seu continente para o Velho Mundo, mas transita também intelectualmente da metalurgia para a psicanálise, para a teologia e para a literatura. Sua interpretação sobre as relações sociais da era digital é tão transdisciplinar quanto sua formação e sua trajetória de vida.

Infocracia: digitalização e a crise da democracia é o 19º livro do autor editado no Brasil pela Vozes. Esta edição de 2022 vem à luz apenas um ano depois do lançamento de seu original alemão e demonstra a centralidade do autor como intérprete dos fenômenos que afligem a sociedade deste início da terceira década do século XXI. Isso expressa que sua leitura não é somente necessária, mas urgente, se quisermos conhecer as nebulosas conexões entre a comunicação no mundo virtual e as emergentes formas democráticas moduladas pelos algoritmos de nossa era digital.

Infocracia é um texto breve, de apenas 107 páginas, extremamente contundente e de leitura absolutamente acessível. O texto está dividido em 5 partes onde cada subtítulo dá conta de um tema totalmente independente um do outro, porém todos referentes à questão política na era digital. Não há elementos pré-textuais ou pós-textuais (tais como introdução, prefácio, apresentação, posfácio e conclusão) nem mesmo bibliografia. O estilo textual de Han tem um tom ensaístico, com frases curtas, compondo parágrafos breves, bastante agudos na abordagem argumentativa, carregando ideias síntese, em grande medida redigidos aforisticamente.

A primeira parte trata da “forma de denominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos.” (p. 07). Denominada *Regime de informação*, essa forma de denominação é o exato oposto ao «regime disciplinar» que, diferentemente, disciplinava os corpos e suas energias. No primeiro, o controle incide sobre informações e dados. Por outros termos, segundo Han, o poder agora não decorre do controle dos meios de produção, mas do “acesso

a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos.” (idem). O capitalismo industrial exerceu a dominação por meio do regime disciplinar, fabricando além de mercadorias corpos dóceis, adestrando os seres humanos como obedientes animais do trabalho. Era um poder biopolítico sobre o corpo. “O sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, supõe-se livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa” (p. 09). Ao contrário do regime de soberania pré-moderno, um espaço cujo palco era a própria esfera pública, “o regime disciplinar moderno não é uma sociedade do teatro, mas uma sociedade da vigilância” (p. 11). As pessoas agora não estão dispostas como em um palco, separadas e classificadas, mas situam-se em uma grande máquina panóptica em que o que é de fato visível não são os dominadores, mas os dominados. “O regime de informação se garante sem uma coação disciplinar” (p.13), na medida em que são os próprios dominados que se produzem, põem-se volitivamente em cena.

Nesse regime biopolítico de dominação, não são as pessoas que são realmente livres, mas a própria informação. A “transparência” aqui adquire um contorno peculiar. Ela se torna a política de tornar-se visível. Nela, como em uma sala escura, o ser humano torna-se ao mesmo tempo transparente e invisível, dentro da “caixa-preta algorítmica” (p. 16). Nesse regime de informação, a liberdade “não significa agir, mas clicar, curtir e postar” (p. 19), encerrando o “tempo do ser humano de massa” (p. 22), e dando vida a “enxames digitais” (p. 48), agindo em função de um “inconsciente digital” (p. 23). Se para Carl Schmitt, na primeira metade do século XX, o soberano era quem decidia sobre o estado de exceção, na era do capitalismo da informação, soberano é quem decidirá sobre as ondas do espaço, “quem dispõe das informações em rede” (p. 24).

Infocracia, que dá título ao livro, dá nome também à segunda parte do texto. Em resumidas contas, ela é a própria degeneração da democracia. Nessa nova “midiocracia” (p. 27), as “notícias se tornam similares a uma narrativa. A distinção entre ficção e realidade desaparece.” (p. 29). Transforma-se, nesse sentido, em uma “teatrocracia” onde a “política se esgota em encenações midiáticas de massa” (idem). “O discurso degrada-se em show e propaganda” (p. 30) e o conteúdo mesmo da política acaba desempenhando um papel cada vez menor. A degradação da política decorre de sua perda de substância, reduzida a imagens telecráticas de si mesma.

Na terceira parte do texto, “O fim da ação comunicativa” (p. 47), o autor desenvolve o argumento de que mergulhamos em “um universo de informações completamente próprio para cada um de nós” (p. 53), na medida em que as identidades se desvencilham da alteridade, pois “não ouvimos mais o[s] outro[s] de maneira atenta” (p. 62). Ora, se “a democracia é uma comunidade de escuta atenta” (idem), a “desaparição do outro” (p. 52) nos torna elementos de “enxames digitais” (p. 48), cuja característica principal é a de serem “enxames efêmeros, fugidios, guiados por interesses” (p. 49). E é justamente isso que impossibilita a ação comunicativa, que para existir, não prescinde de esferas públicas estáveis e amplas. A “personalização algorítmica da rede” (p. 55) faz desaparecer o outro, forjando “infobolhas autistas” (p.52) criadas por máquinas que proporcionam o que o autor chama de “tribalização da rede” (p. 58).

Diante disso surge algo novo, a “Racionalidade digital” (p. 63), título da quarta parte do livro. Por definição, podemos caracterizá-la como “a forma de racionalidade que se sustenta sem discurso” (p. 65), na medida em que ela é oposta à racionalidade comunicativa, discutida na parte anterior do texto. Aqui, “o discurso é substituído por dados.” (p. 65). Os “dataístas”, os defensores do big data, “acham que não apenas a desintegração da esfera pública mas também a massa pura de informações e complexidade rapidamente crescente da sociedade e informações tornam obsoleta a ideia de ação comunicativa» (p. 63). Assim, os dataístas “tem em mente uma sociedade que se sustenta completamente sem política”. Mas, de fato, a questão mais interessante apontada pelo autor nesse item do texto é a relação entre dataísmo e infocracia: “Da perspectiva dataísta, a democracia partidária não existirá mais no futuro próximo. Dará lugar à infocracia como pós-democracia digital.” (p. 71).

Chegamos, então, à consequência principal de todas as circunstâncias apontadas por Han até aqui. “A crise da verdade» (p. 81) é a principal decorrência de uma sociabilidade modulada pela infocracia e também a derradeira parte do texto. Em síntese, a crise na verdade consiste na perda da “crença na facticidade” (p. 81). Nessa espécie de vazio, de um novo niilismo do século XXI, passam a circular “informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real.” (idem). Aqui, é fundamental desambiguar termos como mentira, fake news, facticidade e realidade. Nesse contexto, as “fake news não são uma mentira.” (p. 84). De forma simples pode-se entender a mentira com algo irreal,

que não acontece ou não aconteceu. As fake news não consistem simplesmente numa mentira porque elas forjam um novo tipo de realidade, não factual, mas hiper-real. “O novo niilismo não implica que a mentira foi feita verdade ou que a verdade foi difamada como mentira. Em vez disso, a própria diferenciação entre verdade e mentira é que foi anulada” (idem) e dentro dessa compreensão, “quem inventa uma nova realidade, não mente, em sentido habitual.” (p. 88).

O grande problema, nisso tudo, é que “a democracia não tolera o novo niilismo. Ela exige um falar a verdade. Apenas a infocracia se sustenta sem verdade” (p. 100). Não somente se sustenta, como se alimenta de ficcionalidades convertidas em factuais. O critério de verificação da realidade não é exatamente sua existência real em si, mas sim, é “a coerência narrativa que a torna fidedigna.” (p. 99). Se a crise da verdade é sempre uma crise da sociedade. “Sem verdade, a sociedade rui internamente” (p. 97). O que a mantém junta não é, portanto uma coerência interna, intrínseca, organicamente visceral, mas relações moduladas por variáveis algorítmicas, maquínicas, inauditas ao escrutínio humano, instrumental e economicamente determinadas. O texto de Byung-Chul Han, possivelmente não é o único necessário para compreender as relações sociais de nosso tempo, no entanto, sem ele, muito possivelmente nossa compreensão restará inconclusa e capitularemos completamente à inteligibilidade da sociedade infocrática. Por isso tudo, o texto de Han é fundamental e incontornável pelos interessados em compreender as arestas entre democracia e informação, entre as novas formas de poder e as novas tecnologias do mundo contemporâneo.

www.pucsp.br/revistaurora

ISSN 1982-6672